

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

STELLA D'ANGELIS RODRIGUES ROCHA

**O DIREITO À CIDADE EM UMA PERSPECTIVA DO CONSUMO SEGUNDO AS
FAMÍLIAS MORADORAS PÓS MUDANÇA HABITACIONAL: O CASO DO PAC
BEBERIBE EM RECIFE**

**RECIFE
2016**

O DIREITO À CIDADE EM UMA PERSPECTIVA DO CONSUMO SEGUNDO AS
FAMÍLIAS MORADORAS PÓS MUDANÇA HABITACIONAL: O CASO DO PAC
BEBERIBE EM RECIFE

STELLA D'ANGELIS RODRIGUES ROCHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco para obtenção do grau de Mestra.

Linha de pesquisa: Cotidiano, Bem-Estar e Desenvolvimento Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura Susana Duque Arrazola

RECIFE
2016

Ficha catalográfica

R672d Rocha, Stella D'Angelis Rodrigues
O direito à cidade em uma perspectiva do consumo segundo as famílias moradoras pós mudança habitacional: o caso do PAC Beberibe em Recife / Stella D'Angelis Rodrigues Rocha. -- Recife, 2016.
127 f. : il.

Orientadora: Laura Susana Duque Arrazola.
Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, 2016.

Inclui referências e anexo(s).

1. Direito à cidade 2. Consumo coletivo 3. Habitação social I. Arrazola, Laura Susana Duque, orientadora
II. Título

CDD 640

STELLA D'ANGELIS RODRIGUES ROCHA

O DIREITO À CIDADE EM UMA PERSPECTIVA DO CONSUMO SEGUNDO AS
FAMÍLIAS MORADORAS PÓS MUDANÇA HABITACIONAL: O CASO DO PAC
BEBERIBE EM RECIFE

Em 12/02/2016 esta dissertação foi aprovada com unanimidade pela Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Laura Susana Duque Arrazola
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Domésticas
Presidente e Orientadora

Prof.^a Dr.^a Raquel de Aragão Uchôa Fernandes
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Domésticas
Membro titular interno

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação
Membro titular externo

Prof.^a Dr.^a Maria Grazia Cribari Cardoso
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Sociais
Membro titular externo

Prof.^a Dr.^a Mariana Correia Trajano
Universidade Católica de Pernambuco
Departamento de Ciências Sociais
Membro suplente externo

Prof.^a Dr.^a Maria Salett Tauk Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação
Membro suplente interno

Para todos que agem por um Brasil socialmente justo.

AGRADECIMENTOS

Da UFRPE, minha gratidão à professora, orientadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (PGCDS), Laura Susana Duque Arrazola, por todo apoio, alegria e acolhimento durante o curso e, especialmente, na construção deste trabalho; à professora Raquel de Aragão Uchôa Fernandes, por todos os seus gestos de compreensão, incentivo e solidariedade que respaldam ainda mais seus valores humanos e, especialmente, por iluminar ainda mais o mundo, ao trazer a pequena Cora, renovação de esperança; à professora Maria Aparecida Tenório Costa, singular pela delicadeza em que é firme em seus propósitos de mudança social através da ética e da educação; à professora Irenilda Lima, pelo ânimo imensurável que nos transmite para que abracemos sem medo o sacerdócio da docência. À professora Maria Zênia Tavares pela simpatia e generosidade constantes e, especialmente, por creditar confiança na realização do meu estágio docente em sua disciplina na graduação de Economia Doméstica. À Ana Engracia, pelo incansável esforço em promover a administração dos interesses do PGCDS de forma sempre eficiente. Para a querida Shirley, proprietária da melhor gráfica, pela forma carinhosa e sempre solícita como trata a todos que a buscam no Departamento de Educação. À Andréa Ribeiro dos Santos, Sabrina Santos, Jaqueline de Andrade, Jaqueline Ferreira, Fátima Santiago e João Paulo Siqueira, pela sincera companhia durante esta formação pós-graduada. À Gabriela e equipe, por tornarem o espaço do PGCDS um ambiente agradável para o desenrolar das atividades acadêmicas através do melhor material de limpeza que dispõem: seus sorrisos!

Da família consanguínea, minha eterna gratidão a minha mãe, Iráida Rocha, aos meus irmãos, Sheilla, Mano e Dan, e sobrinhos, mas, especialmente, ao meu pai, Ramiro R. Rocha, a quem tudo devo nesta vida.

Aos meus amigos queridos que contribuíram com a realização deste trabalho através da inestimável companhia: Gláucia Tinoco, Andreia Sousa, Eliabe Souza, Ana Katarina Campêlo, Fernando Lopes, Gracyele Oliveira, Lurdes Pires, Juliana Freire, Paula Vanessa Queiroz, Ariella Dias, Cristiane Rodrigues e Gleison Lima. Estaremos sempre de mãos dadas!

À Sônia Maria Cavalcanti de Oliveira e família, todo o meu carinho, respeito e

gratidão pelo acolhimento afetuoso, pelo abraço sempre solidário. Estar com vocês é estar em casa. Para Everton Fernandes Lucena: independente da forma que se manifestar, nossa relação será sempre amor.

Agradeço a todos os moradores dos habitacionais sociais pesquisados pela confiança que viabilizou a realização das entrevistas que deram suporte a esta pesquisa. Os senhores e senhoras possuem todo o meu respeito!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, gostaria de dedicar especial agradecimento à professora Doutora Fátima Paz (*in memoriam*):

A gente jamais esquece quem nos acolhe, ainda mais quando esse acolhimento alicerça-se na confiança em nosso potencial. O abraço que recebi da prof^a Fátima como resposta aos meus questionamentos sobre a viabilidade das minhas ideias em torno de determinados fenômenos sociais, ficará registrado como estímulo permanente para o avanço na área de pesquisa que escolhi trilhar. É memorável o seu entusiasmo com os pequenos, mas grandiosos detalhes que revelam em profundidade a conduta humana e seus efeitos sobre a formação social.

Realmente, não foi por acaso que a escolhi como a minha orientadora. Apreciei a sua postura enquanto pesquisadora e docente desde o início. Uma conduta que contraria e ultrapassa por meio da sensibilidade social, um discurso científico que perde em utilidade quando não encontra respaldo ético nos hábitos cotidianos de quem o propala e nem o esforço necessário para colocá-lo à serviço da sociedade. Nunca vai ser demais lembrar que a utilidade do conhecimento está exatamente em sua difusão, em sua prática voltada para o bem coletivo.

Seu brilhantismo será sempre potencializado toda vez que cada ensinamento seu for aproveitado e, como ela mesma defendia: toda vez que cada conhecimento consiga provocar uma reflexão crítica acerca da importância de se considerar o outro na compreensão de si mesmo.

Obrigada por tudo, prof.^a Fátima! Sua proposta de gerar conhecimento científico sem prescindir do respeito à dimensão humana continuará guiando meus passos na Academia.

"A gente não faz amigos, reconhece-os."

“E da antiga casa

Sinto o calor cor de brasa

Que vem dos sentidos ao espírito.”

Jean Wahl

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo, compreender a percepção que as famílias beneficiárias do programa habitacional do PAC Beberibe possuem sobre a vivência do direito à cidade, levando em consideração a perspectiva do consumo dos bens de uso coletivo. Além da racionalidade econômica, o consumo pode ser interpretado também como um fator de distinção social e ainda como uma expressão política, quando pensado como um propósito de luta popular pelo acesso igualitário ao conjunto de bens e serviços disponibilizados no ambiente citadino. A observação destas interpretações do consumo, enriquece ainda mais os estudos que se dedicam ao processo de integração social, especialmente, quando se trata da esfera urbana e se admite a cidade como um produto do trabalho humano, imerso em um contexto capitalista que congrega não só a dimensão estrutural física, mas também a cultural, simbólica e a política que subjazem o viver cotidiano. E para atender os propósitos desse estudo, este último configurou-se como uma pesquisa qualitativa. Teve como universo empírico, as famílias que saíram de habitações miseráveis às margens do rio Beberibe e que hoje residem nos habitacionais sociais construídos através do Programa de Saneamento Integrado da Bacia do Beberibe (PAC Beberibe) executado no município de Recife em Pernambuco. Assim, após a seleção da amostra com base na técnica bola de neve, fez-se uso do aporte teórico da Análise do Discurso referente à linha francesa para nortear a busca pela compreensão do sentido dado à vivência do direito à cidade pelas famílias beneficiárias através de suas narrativas. Entre os resultados obtidos, destaca-se que é imprescindível que as políticas públicas voltadas para habitação social alicercesem-se no conceito de moradia em um sentido mais amplo que o de sua infraestrutura física, ao englobar a sensação de lar para o núcleo familiar e o atendimento dos outros direitos sociais, incluindo o acesso aos bens e serviços de consumo coletivo e a efetiva participação no desenvolvimento urbano a partir da apropriação da condição de cidadania.

Palavras-chave: Moradia. Consumo coletivo. Espaço urbano. Direito à cidade.

ABSTRACT

This paper chiefly aims at understanding the perception that recipient families entitled to the Housing State Program under PAC Beberibe have on experiencing their right to the city, taking into account the consumption perspective of collective use-driven goods. Besides the economic reasoning, consumption can be also construed as a social distinction factor, and also as political expression, when reasoned as a purpose of grassroots struggle for the equal access right to the ensemble of goods and services made available within the urban background. The perspective of the said consumption construing further enhances the studies dedicated to social inclusion process, in particular, when dealt with the urban setting and upon taking the city as a product of human labour, placed within a capitalist environment that brings together not only the physical structural dimension, but also the cultural, symbolic and the political dimension underneath the daily life. Aiming to meet the purposes of the said survey, the paper hereof turned out to be an exploratory, quality-led research. The empirical background of this paper comprised the families who have left the wretched dwellings in the banks of Beberibe River and currently live in council housings built according with Beberibe Basin's Integrated Sanitation Programme (PAC Beberibe), carried out in the municipality of Recife, State of Pernambuco. Hence, upon the sample selection based on the snowball sampling technique, the empiric contribution to the speech analysis was employed as related to the French line to guide the search for the meaning given to the right to the city as experienced by the recipient families through their own descriptions. Among the outcomes thus achieved, it should be stressed that it is becomes indispensable that social housing-oriented public policies are built upon the housing concept in a broader sense than its physical infrastructure, by encompassing the home feeling awareness and the entitlement to other social rights to the family, including the access to mass consumption goods and services and the actual involvement at the urban development, based upon the adoption of the citizenship status.

Key-words: Housing. Mass consumption. Urban space. Right to the city

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: A bacia do Beberibe e sua interseção com os municípios de Camaragibe, Recife e Olinda.....	79
Figura 02: Ambiente de habitação às margens do rio Beberibe.....	80
Figura 03: Tipos de habitação na área de intervenção do PAC Beberibe.....	80
Figura 04: Vista aérea do local dos habitacionais no bairro do Arruda.....	84
Figura 05: Estrutura do apartamento do habitacional social - PAC Beberibe.....	84
Figura 06: Organização da mobília em um apartamento do PAC Beberibe.....	90
Figura 07: Bens como antena parabólica e veículos automotores dos moradores..	90
Figura 08: Estacionamentos dos habitacionais – PAC Beberibe.....	91
Figura 09: Entrada de um habitacional social – PAC Beberibe.....	100
Figura 10: Área de lazer de um habitacional social – PAC Beberibe.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: As Regiões Político Administrativas do município do Recife.....	74
Tabela 02: Percentual da renda apropriada por estratos da população – Recife.....	76
Tabela 03: Percentual da renda familiar derivado do trabalho formal	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise do Discurso
ADH - Atlas do Desenvolvimento Humano
CF/88 - Constituição Federal de 1988
DIT - Divisão Internacional do Trabalho
EC - Emenda Constitucional
FNUR - Fórum Nacional pela Reforma Urbana
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAC Beberibe - Programa de Saneamento Integrado da Bacia do Beberibe
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PREZEIS - Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PROSAMIM - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
RPA - Região Político Administrativa
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CONSUMO: CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÕES	26
2.1 O consumo e suas diferentes expressões.....	26
2.2 O consumo na formação do Estado de Bem-Estar Social.....	29
2.2.1 Movimentos sociais e o Estado de Bem-Estar Social.....	31
2.2.2 O Estado de bem-estar capitalista: o consumo massivo como escopo da visão liberal.....	35
2.2.3 A provisão adequada dos meios de consumo coletivo no Estado brasileiro.....	40
2.3 O consumo e a formação da cidade.....	43
3 ASPECTOS DO COTIDIANO, CONSTRUÇÕES ASSOCIATIVAS E O PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÕES URBANAS PÚBLICAS.....	48
4 O DIREITO À CIDADE E O DIREITO À MORADIA.....	56
4.1 A apropriação da condição da cidadania: elemento determinante para a vivência e transformação de direitos.....	58
4.2 Pobreza, trabalho precarizado e suas implicações sobre o acesso à moradia.....	62
5 MOVIMENTO POPULAR COMO DETERMINANTE DA POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL.....	68
5.1 O tratamento público dado ao problema habitacional em Recife nos últimos anos.....	73
5.2 O PAC Beberibe e a provisão habitacional.....	78
6 O SENTIDO DADO À VIVÊNCIA DO DIREITO À CIDADE DO RECIFE PÓS MUDANÇA HABITACIONAL	81
6.1 Dados descritivos e discussão.....	81

6.1.1 Sobre os moradores entrevistados.....	81
6.1.2 Sobre os habitacionais sociais pesquisados.....	82
6.2 A busca pela apreensão do discurso.....	85
6.2.1 O consumo coletivo como mediador do processo de integração social entre a cidade e as famílias beneficiadas.....	85
6.2.1.1 Hábitos de consumo.....	85
6.2.1.2 A rearticulação da vida urbana em setores do cotidiano como trabalho, vida doméstica e vizinhança.....	92
6.2.2 Articulação e defesa de interesses coletivos entre as famílias moradoras dos habitacionais pesquisados.....	97
6.2.3 O sentido dado à vivência do direito à cidade pelas famílias moradoras dos habitacionais do PAC Beberibe sob a perspectiva do consumo coletivo.....	100
7 CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	123

1 INTRODUÇÃO

A questão urbana tem sido abordada por diferentes perspectivas teóricas no campo das Ciências Sociais, Humanas e Sociais Aplicadas. Uma delas, inspirada no pensamento crítico marxista, aborda essa questão dando destaque ao direito à cidade, tendo entre seus principais representantes, Henri Lefebvre em sua obra “O Direito à cidade”; e David Harvey em “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”. Essa abordagem provoca a reflexão sobre a importância das intervenções urbanas públicas e privadas considerarem a cidade como uma construção social complexa, que exprime a relação entre o direito de transformar o espaço urbano e “a complexidade do processo de urbanização, da produção do espaço, da reprodução ampliada do capital, das desigualdades sociais, econômicas e socioespaciais” (RODRIGUES, 2007, p.01).

Uma temática fundamental associada ao direito à cidade é a que trata do atendimento ao direito à moradia. O grande problema tem sido buscar soluções sobre como garantir, de forma coordenada, uma habitação infraestruturalmente adequada, os demais direitos sociais e de propriedade que envolvem a efetivação da moradia e a promoção da integração social com o meio urbano em uma nova base socioeconômica. Diante disso, uma proposta possível é o tratamento estatal da questão da moradia não só através da criação de um número suficiente de habitações, mas também por meio da preocupação com o momento após a entrega da habitação, ou seja, a rearticulação da vida das famílias que serão as beneficiárias dos programas de habitação social. Essa rearticulação abarca, principalmente, duas dimensões: i) interna, que relaciona-se ao novo convívio entre moradores no habitacional social, ou seja, como está se desenvolvendo a adaptação das famílias beneficiárias no novo cotidiano comunitário; ii) externa ao habitacional, que relaciona-se à integração social das famílias beneficiárias com os moradores do entorno do habitacional, com o bairro e, sobretudo, com a cidade.

Sobre a dimensão interna, não se deve desconsiderar as referências culturais e afetivas produzidas no espaço anteriormente habitado por mais precário que tenha sido. Isso inclui a vizinhança e a relação com o lugar. De outro modo, não se pode impor outros comportamentos e valores, como se as famílias beneficiadas com as novas moradias estivessem vazias de um passado, de um processo de socialização e prontas para serem 'preenchidas' automaticamente com condutas formatadas

pelos agentes públicos que elaboraram e/ou executaram o programa de habitação social e que, portanto, experienciam outra 'cidade' na mesma cidade. Assim, tratar um problema social como o da moradia, exige antes de tudo, a compreensão das suas causas e consequências, o que só se torna possível quando há um estudo que adentre nas relações sociais implicadas naquela problemática. Em outras palavras, um ponto de vista institucional não é suficiente para entender a diversidade das experiências urbanas vividas pelas diferentes camadas sociais da classe trabalhadora ou classes subalternas, afinal, por mais que haja familiaridade com determinada paisagem social, isso “não significa que se compreenda a lógica de suas relações” (VELHO, 1978, p. 08). Sendo assim, se a busca pela maior fidedignidade possível do contexto social que sofrerá alguma intervenção estatal não for considerada como um procedimento estratégico dentro do processo de planejamento e execução do programa de habitação social, ou seja, se existe a preferência em aplicar a visão do que se julga adequado alicerçada, por exemplo, no tecnicismo acrescido por concepções como a de que “qualquer coisa serve para quem nada possui”, aumenta-se o risco de se ter como resultado, o que Vigliecca (2015) constatou em suas pesquisas sobre habitação social no Brasil: o poder público constrói 'depósitos de prédios' objetivando a consecução de metas meramente numéricas, sem a menor preocupação com a promoção da cidadania.

Sobre a segunda dimensão, a externa ao habitacional, o poder de promover mudanças no espaço urbano é uma expressão do processo de integração social com a cidade e ganha maior relevância, principalmente, para os grupos sociais das diferentes camadas das classes subalternas, em particular as mais pauperizadas, que historicamente costumam-se manter em um estado passivo ao processo decisório público. Indo mais além, quando aquele poder não é exercido, configura-se o processo de acomodação, de ajustamento e não o de transformação do espaço que se vive (PAULO FREIRE, 1967). E como condição para aquela transformação, tem-se a necessidade de haver integração social, afinal, integrado, o sujeito se apropria da realidade de forma crítica e criativa.

A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza. Faz dele,

na feliz expressão de Marcel, um ser situado [...]. Não houvesse esta integração, que é uma nota de suas relações, e que se aperfeiçoa na medida em que a consciência se torna crítica, fosse ele apenas um ser da acomodação ou do ajustamento, e a História e a Cultura, domínios exclusivamente seus, não teriam sentido. Faltar-lhes-ia a marca da liberdade. Por isso, toda vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser [...] ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora. (PAULO FREIRE, 1967, p. 40-41).

Com base na importância da integração social dentro de um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, a plena vivência do direito à cidade torna-se um objetivo emergente. De acordo com Harvey (2014), o direito à cidade é muito mais que um direito de acesso aos bens que a cidade incorpora, por ser também o direito de mudá-la segundo os desejos individuais e coletivos. Em função disso, a mudança habitacional também deve estar acompanhada por um trabalho governamental que incentive o engajamento cívico dos moradores, de modo que esses últimos tenham condições efetivas de passar a interferir no processo de reinvenção da cidade a partir da consciência cidadã.

No entanto, a forma hodierna como o poder público trata a questão da moradia através da habitação social ainda está longe de considerar as dimensões anteriormente descritas, evidência que mantém a percepção de Santos (2008, p.17) ainda mais atual: “os problemas da habitação, do emprego e da marginalidade [...] recebem um tratamento que demonstra uma maior preocupação com as consequências da miséria urbana do que com suas causas.” Esse modo de pensar os problemas sociais provoca a reflexão de que quando não se discute as causas das misérias urbanas, não se discute, em verdade, a cidade que se vive e que se quer viver. E qual motivo lastreia o interesse em não propor democraticamente a discussão da cidade? Uma explicação possível, seria a que considera a qualidade de vida urbana como uma mercadoria, implicação direta de uma cidade que não se deriva da construção popular, mas de um contexto dinamizado pelo mercado de localizações. Sob essa lógica, a renda é o grande fator norteador e 'delimitador' da vivência da cidadania, ao separar quem pode ou não usufruir a cidade e, principalmente, quem pode reinventá-la.

A produção do espaço urbano é articulada por capitais de proprietários de terra, da incorporação imobiliária, edificação, construção pesada e mercado financeiro. “É a articulação desses capitais que acaba assumindo o comando

da cidade. O capital imobiliário, [...] disputa a semiperiferia e os pobres são empurrados para áreas distantes, desprovidas de infraestrutura. Habitação é uma mercadoria especial vinculada à terra, como pedaço de cidade, e isso faz toda a diferença. Ela é o produto de consumo privado mais caro para a classe trabalhadora. Está ligada à renda. Temos o nó da terra e o ardil da informalidade. A classe trabalhadora mora no ardil da informalidade. (MARICATO, 2013).

Ao partir do conceito de cidade como uma produção social moldada pelas relações capitalistas (LEFEBVRE, 2008) e organizada de acordo com a finalidade dessas últimas, Samuel Jaramillo (1977) explica que o solo urbano ao ser construído, passa a envolver relações derivadas do processo econômico realizadas através do consumo. No entanto, o consumo não só vincula-se às relações econômicas, está também intimamente ligado às relações socioculturais, de modo que os bens e serviços aos serem adquiridos, tornam-se elementos de distinção social (CANCLINI, 2010). Em consonância com esta ideia, Castells (1974 apud CANCLINI, 2010, p. 61) defende que o consumo pode ser percebido como um “lugar onde os conflitos entre classes originados pela desigual participação na estrutura produtiva ganham continuidade em relação à apropriação e à distribuição dos bens”. E a manutenção desses conflitos em torno da distinção social encontra-se na criação de novos conceitos pelo capitalismo, que ressignifica o que é valorizado ou não em função dos seus interesses. Essa dinâmica explica as mudanças na configuração citadina como as que transformam a periferia¹ em um espaço que atende os anseios dos segmentos mais abastados, abrindo a possibilidade para ocorrência do chamado processo de gentrificação².

Harvey (2006, p. 200) ressalta que o reordenamento geográfico, as estratégias espaciais da reestruturação urbana, o desenvolvimento desigual, são aspectos “[...] essenciais para a acumulação do capital, tanto historicamente como na atualidade”, o que confirma, de certo modo, as observações de Henri Lefebvre (1976 apud HARVEY, 2006, p.200), para quem o “capitalismo sobreviveu no século XX por um único meio: “pela ocupação do espaço, pela produção do espaço”.

A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto

¹De acordo com Pallone (2005), o termo periferia é algo típico do processo de metropolização ocorrido entre as décadas de 60 e 70. Essa palavra tem sido utilizada para designar loteamentos clandestinos ou favelas localizadas em áreas mais centrais, onde vive uma população de baixa renda.

² Significa “um fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia dos espaços de *habitat* populares (MENDES, 2008, p.05).

que o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos. [...] O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. (HARVEY, 2014, p. 30).

O consumo na sociedade capitalista contemporânea ou sociedade de consumo, adquire “uma dimensão e um espaço que nos permitem discutir através dele questões acerca da natureza da realidade” (BARBOSA, L., 2004, p.14). Diante disso, é fundamental a prevalência de ações públicas que contribuam com a resistência aos ditames da busca desenfreada pelo lucro. No campo da moradia, a resistência será viabilizada quando o problema habitacional não prescindir da discussão do direito à cidade. Essa estratégia ganha ainda maior significância, quando existe a urgência da integração social de camadas populacionais que constituem a chamada “cidade ilegal” (MARICATO, 2003) por experienciarem a pobreza e a exclusão da vivência de direitos que também são constitucionalmente tutelados. Em função disso, é importante questionar sobre como estão se rearticulando à vida urbana, sob a perspectiva do direito à cidade, as famílias que saíram de um estado de precarização e tiveram a oportunidade de morar em habitacionais sociais urbanos. Ou seja, se o que ocorreu não foi uma mera transferência de local, mas uma modificação estrutural capaz de tornar a unidade familiar beneficiária, a provedora de suas próprias necessidades e fiscalizadora do cumprimento de direitos como: a provisão com qualidade dos equipamentos comunitários³ e urbanos⁴; e a garantia do acesso ao solo urbano através da regularização fundiária⁵ via concessão de títulos de posse ou propriedade.

Com base no que foi exposto, a investigação que embasa a presente dissertação tem como **problema de pesquisa**, saber qual o sentido dado à vivência do direito à cidade pelas famílias moradoras dos habitacionais do PAC Beberibe. Acerca dos **procedimentos metodológicos** empregados, são de caráter qualitativo, abordagem considerada apropriada para o estudo do **objeto de pesquisa** que é a vivência do direito à cidade sob a perspectiva do consumo coletivo, por parte das famílias beneficiadas com os habitacionais do PAC Beberibe. Tais procedimentos foram orientados pelo atendimento dos **objetivos dessa investigação**, que são:

³Equipamentos definidos pelo §2º do art. 4º da lei nº 6.766/79 como sendo “os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.”

⁴ Equipamentos definidos pelo art. 5º da lei n. 6.766/79 como sendo os “equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.”

⁵ Possui previsão legal na lei nº 11.977/2009, especialmente no art.46 do referido diploma.

analisar o consumo de bens e serviços coletivos enquanto mediador do processo de integração entre a cidade e as famílias beneficiárias do PAC Beberibe; captar formas de articulação e defesa de interesses coletivos entre as famílias moradoras dos habitacionais pesquisados; e compreender o sentido dado pelas famílias à vivência do direito à cidade levando em consideração o consumo de bens e serviços coletivos. É também importante evidenciar que o rol de eventos previamente elencados como observáveis ampliou-se durante o processo de execução da pesquisa, porque revelaram-se novas situações ligadas aos objetivos traçados para este estudo. Tais situações, como as ligadas ao desenvolvimento da vizinhança e ao modo como a composição familiar foi alterada após a mudança habitacional, serão melhor aprofundadas em estudos posteriores, como a tese de doutorado que considerará esta dissertação como etapa inicial.

Para atender os objetivos propostos, a abordagem qualitativa revelou-se apropriada por ser a forma mais adequada para compreender um fenômeno social (RICHARDSON, 2012). No que diz respeito ao universo empírico, foi constituído pelos moradores dos habitacionais sociais do PAC Beberibe. Sobre a amostra, esta é caracterizada pelo tipo não-probabilística e foi determinada pelo processo de amostragem por saturação teórica, já que a “pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade” (DESLANDES, 1999, p.43) e a coleta de dados poderá ser finalizada quando se constatar que elementos novos para subsidiar a teorização almejada nas circunstâncias existentes não serão mais necessários (FONTANELLA et al., 2011). Acerca do modo como os entrevistados foram selecionados para a pesquisa, fez-se uso da técnica chamada bola de neve (*snowball*) cuja descrição é trazida por Baldin e Munhoz (2011, p. 332) como sendo:

Uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o ponto de saturação). O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa [...]. Portanto, a *snowball* (Bola de Neve) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede.

É importante destacar que a realização das entrevistas seguiu os requisitos exigidos por critérios éticos e de privacidade conforme estabelece o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo 2), que foi devidamente assinado por cada

morador antes da entrevista.

Sobre os dados quantitativos que foram utilizados como suporte para interpretação das informações qualitativas, eles são principalmente provenientes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); da Fundação João Pinheiro; e da própria pesquisa de campo realizada. Dessa última, também derivaram-se os dados primários que constituem as informações que qualificam o grupo social e o seu modo de vida, obtidos através da observação direta dos ambientes interno e externo dos habitacionais e por meio de entrevistas semi – estruturadas. Esse tipo de entrevista viabilizou atribuir especial importância à fala dos entrevistados, por conferir flexibilidade ao roteiro pré-definido de entrevista. Assim, foi possível extrair a percepção sobre elementos que compõem o contexto vivenciado das famílias pesquisadas por meio de suas falas, suas narrativas.

Para captar o sentido dado pelos entrevistados ao direito à cidade sob a perspectiva do consumo dos bens e serviços de consumo coletivo, valorizou-se a fala na maneira como foi expressa como matéria central de análise deste trabalho. E como apoio para se ter a compreensão perseguida, fez-se uso do aporte teórico que envolve a Análise do Discurso (AD) sob a perspectiva francesa, que tem como principal expoente, o filósofo francês Michel Pêcheux. Sobre a escolha dessa linha da AD, se justifica pela aproximação dos fundamentos teóricos que lhes deram origem com a abordagem predominante que embasa o referencial teórico desta investigação acerca da problemática urbana, que é a visão marxista da construção da cidade, visão esta que atribui especial importância à visibilidade das contradições inerentes ao capital e suas implicações sobre as relações sociais que compõem o tecido urbano, especialmente, quando a moradia é considerada como uma mercadoria e não como um direito social.

Afastando-se da vinculação estruturalista [...], Pêcheux desloca a ideia de construção de uma ferramenta metodológica e constrói seus trabalhos sob o viés de uma filosofia da linguagem de cunho marxista, em que a discursividade é sempre atravessada, constituída e constitutiva de formações ideológicas. Daí decorre a publicação de *Semântica e Discurso – uma crítica a afirmação do óbvio* em 1975, obra em que o autor assume a condição histórica de instauração dos discursos e revela um sujeito no interior da luta de classes, interpelado pelas formações ideológicas (FRANÇA, 2015, p.2).

Assim, entende-se que a AD possui vários estilos⁶ envolvendo diferentes

⁶ De acordo com Caregnato e Mutti (2006, p. 680), “não existe apenas uma linha de Análise de

tradições teóricas que variam segundo o tempo e o espaço de origem⁷. Além disso, conforme explica Narzetti (2010, p. 51), a AD francesa nunca se constituiu em um campo homogêneo:

Pode-se identificar no período de sua constituição (década de 60-70), a existência de ao menos três linhas de Análise do Discurso relacionadas, por sua vez, a três projetos teóricos distintos: a linha de Michel Pêcheux; a linha sociolinguística (desenvolvida por Marcellesi, Gardin e Guespin, dentre outros, na França); e, finalmente, a linha de Michel Foucault. Pode-se dizer que a AD francesa é o efeito geral dos confrontos e alianças táticas ocorridos entre essas três linhas.

Como desdobramento dessa heterogeneidade, a porção metodológica da AD não apresenta um algoritmo universal de técnicas a ser obrigatoriamente seguido para considerar a exploração dos sentidos da linguagem⁸ como válida. Sendo assim, pode-se dizer que a validação da aplicação da AD enquanto método de análise parece estar muito mais relacionada ao critério do uso do discurso como objeto. Por sua vez, esse critério justifica-se tanto pela ideia de “rejeição da noção [...] de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo” como pela “convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680).

Há em comum entre todas as correntes que analisam o discurso [...] o ideário de análise não focalizada no funcionamento linguístico, e sim na relação que o sujeito e esse funcionamento estabelecem reciprocamente. Ou seja, o objeto de estudo de qualquer Análise do Discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas (MELO, 2009, p.03).

Na esfera teórica, a “reflexão discursiva, enquanto disciplina de entremeio, remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações

Discurso; existem muitos estilos diferentes, provavelmente ao menos 57 variedades de análise de discurso, com enfoques variados, a partir de diversas tradições teóricas, porém todas reivindicando o mesmo nome.”

⁷ Poderíamos, a rigor, falar em análise de discurso germânica, americana, inglesa, italiana, brasileira, francesa etc, se pensamos essa disciplina desenvolvida em diferentes regiões do mundo com suas diferentes tradições de estudos e pesquisas sobre o discurso. Nesse sentido, o que entra em conta é que a história da ciência não é linear e não se produz sustentada só no eixo do tempo. A relação tempo/espaço faz parte do método de observação dessa história e, segundo o que temos praticado, quando falamos dessa história não “nos referimos a uma história única, universal e linear” [...] pois a consequência seria de pensar que há lugares e tempos em que não se passaria nada cientificamente, o que é uma abstração mutilante desta história (ORLANDI, p. 01).

⁸ De acordo com Orlandi (2007), a linguagem possui como característica principal, a incompletude. Desse modo, nem os sujeitos e nem os sentidos estão completos, pois não são constituições definitivas.

contraditórias entre teorias” (ORLANDI, p. 03). Essa perspectiva derivou-se da AD sob a abordagem francesa desenvolvida por Pêcheux entre as décadas de 60 e 70, para quem o campo do referido “entremeio” envolve:

a) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais, de suas transformações e também das ideologias; b) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; c) a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. [...] Em suas obras, Pêcheux ressalta que as três regiões do conhecimento citadas estão perpassadas transversalmente por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalista, que deve ser utilizada para explicar [...] a formação do significado (MINAYO, 2008, p. 319).

No esteio da abordagem da AD francesa, três conceitos essenciais são desenvolvidos além do de discurso e estão intimamente ligados à estruturação desse último. São eles: sujeito, sentido e memória. Sobre o que é sujeito, pode-se admiti-lo como “um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma posição. Essas posições [...] são lugares representados no discurso” (ORLANDI, 1998, p. 75). Já o conceito de sentido emerge como “uma conjuntura de significações que representa as vinculações ideológicas dos sujeitos” (FRANÇA, 2015, p. 02); enquanto que memória “deve ser entendida não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

Por fim, a compreensão de discurso envolve os três conceitos anteriormente expostos e pode ser obtida a partir da relação do discurso com o texto, que é uma expressão da materialidade verbal da linguagem. Obviamente, o texto não é o único instrumento de linguagem onde a estrutura discursiva pode ser percebida. Linguagens não verbais também podem expressar o discurso, como a imagem⁹, a arquitetura e até mesmo o silêncio. Em relação à matéria textual, de acordo com Gregolin (1995), os mesmos valores e a mesma narrativa de um determinado texto, podem ser encontrados em outros textos. No entanto, mesmo com aquela similitude, os textos diferenciam-se. E o que irá explicar essa diferença é justamente o modo como a discursivização¹⁰ de cada texto será erigido pelo sujeito. Da situação acima

⁹ Souza (1997) trabalha esse aspecto no artigo intitulado 'Discurso e imagem: perspectivas de análise não verbal'.

¹⁰ A discursividade é um acontecimento que nem a linguagem nem a história podem esgotar inteiramente: haverá sempre espaço para outro sentido, para outro discurso” (GREGOLIN, 2009 apud BRITO, 2012, p. 546).

colocada, pode-se depreender ainda que as narrativas vão se converter em discurso quando o “sujeito da enunciação [...] faz uma série de escolhas, [...] de espaço, de tempo e de figuras, contando a história a partir de um determinado ponto de vista. De outro modo, o discurso pode ser apreendido como “um dos patamares do percurso de geração do sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu” (GREGOLIN, 1995, p. 16-17).

Por sua vez, o entrelaçamento daqueles conceitos faz com que a AD francesa possa se orientar pelo “discurso como materialização ideológica” (MELO, 2009, p.03). Ou seja, a dimensão social na qual o sujeito se vincula passa a ser considerada na apuração dos sentidos da linguagem e a ideologia¹¹ reconhecida nessa última, como expressão de poder diretamente ligada à configuração do contexto histórico vivenciado pelo sujeito. Segundo Melo (2009), nos anos 60, a vigência do estudo da língua por ela mesma, passou a ser enfraquecida com a introdução de novas propostas teóricas. Dentre essas propostas, tem-se a preocupação em fazer com que a realidade social faça parte do estudo da linguagem, distanciando-se, portanto, da perspectiva estruturalista que vigorava onde a linguagem é explicada por ela mesma.

É importante destacar que mesmo a AD possuindo forte herança do estruturalismo¹², por ser uma disciplina que trabalha também nos espaços onde há contraposições teóricas¹³, não existem restrições específicas em relação ao seu uso

¹¹ De modo basilar, sem desconsiderar a complexa discussão nas ciências sociais acerca do entendimento sobre o que é ideologia, é importante evidenciar tal conceito na corrente marxiana e marxista. E um bom início para tal reflexão, é o entendimento trazido por LÖWY (1991, p. 12). Esse autor evidencia que para Marx a ideologia “é um conceito claramente pejorativo, conceito crítico que implica ilusão ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade. Mas o conceito de ideologia continua sua trajetória no marxismo posterior a Marx, sobretudo, na obra de Lenin, onde ganha outro sentido [...]: a ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Para Lenin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária”.

¹² Melo (2009, p.03) expõe a diferença entre os conceitos de discurso para o estruturalismo e para Michel Pêcheux: “em perspectivas estruturalistas a noção de discurso é a de conglomerado de palavras ou sentenças; o sujeito do discurso é um reproduzidor de um sistema linguístico [...] e a língua é uma estrutura invariável. Nesse caso, discurso se confunde com texto”. Já para M. Pêcheux, “o discurso é uma forma de materialização ideológica, como identificaram os marxistas em outras instâncias sociais. O sujeito é um depósito de ideologia [...] e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade.”

¹³ Como exemplo desta contraposição teórica, tem-se uma comparação basilar trazida por Borba (1999, p.23) entre o marxismo e o estruturalismo: “conclui-se que o homem, como elemento impulsionador de mudanças, vontade objetivada em luta com a Natureza, escapa ao núcleo do estruturalismo. O homem apresenta-se como um dado do sistema em funcionamento, apenas uma peça do jogo combinatório de relações, impotente para engendrar mudanças e comandar operações.”

enquanto método de análise para uma determinada abordagem teórica. Obviamente, algumas condições precisam ser atendidas, como a existência da materialidade do discurso e o objetivo de captar seus sentidos. Então, de modo geral, a gama de possibilidades de aplicação da AD é respaldada pelo argumento de se considerar o discurso como “a liberdade em ato”:

A Análise do Discurso relaciona língua e discurso. Em seu quadro teórico, o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas – que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo – são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso (ORLANDI, 2007, p.22).

Assim, uma vez evidenciado que a AD não possui um roteiro metodológico universal e obrigatório para validar a sua aplicação; e no campo da teoria, é uma disciplina que se desenvolve em espaços onde há contraposições teóricas, essa dissertação preocupou-se em ter o discurso como objeto de análise, restringindo-se a utilizar da abordagem da AD francesa, o aspecto teórico que dá suporte ao discurso como expressão das relações sociais, políticas e econômicas envolvendo ideologia e relações de poder singularizadas pelos sujeitos a partir dos sentidos que dão à realidade social experienciada. Desse modo, após confrontar o material gravado, o material transcrito e o material composto pelas observações obtidas diretamente *in loco*, tornou-se possível captar os sentidos implícitos e explícitos contidos nos discursos derivados especialmente dos seguintes aspectos: (i) esfera imagética das condições de moradia que envolve a estrutura física dos habitacionais e bairro pesquisados; (ii) manifestações como anseios, hesitações, afetos, memórias, desejo de mudança, revolta e também gratidão observados durante as entrevistas; (iii) hábitos de consumo e sua relação com a integração social com a cidade; (iv) e o contexto histórico social em que todos os aspectos anteriores estão inseridos.

Por fim, apresenta-se a estrutura deste trabalho. Dividido em sete partes, após o capítulo um, que consiste na introdução, o segundo capítulo apresenta uma discussão sobre o conceito de consumo e sua contextualização. Nessa parte do trabalho, apresentou-se a ideia de consumo e a possibilidade de diferentes interpretações para além da que o coloca costumeiramente como uma etapa do ciclo produtivo. É importante discutir essas diferentes interpretações, para que se possa

observar o consumo como um processo sociocultural e não como uma prática determinada apenas por um objetivo meramente econômico. Foi apresentada também uma breve discussão do consumo no desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, tanto sob a perspectiva dos movimentos sociais como sob a visão da abordagem liberal. Para finalizar o referido capítulo, discutiu-se o papel do consumo na formação da cidade, utilizando-se como apoio para tal vinculação teórica, a perspectiva marxista.

O terceiro capítulo, destina-se à reflexão sobre o cotidiano e sua relação com as organizações associativas que configuram o homem como um ser social. Complementa essa análise, a discussão sobre o conceito de lugar não restrito à delimitação territorial, mas, ao que o sujeito interpreta como lugar. Procura também provocar a reflexão sobre a importância de se considerar o entendimento daquelas organizações no processo de planejamento e execução de políticas públicas urbanas. O quarto capítulo apresenta os conceitos de direito à moradia e de direito à cidade e explica a recomendação de que não se deve discutir a questão da moradia desvinculada da discussão acerca da cidade que se quer viver. Já o quinto capítulo, tem como foco apresentar os aspectos basilares sobre a política de habitação social no Brasil como fruto da luta popular, como também evidenciar as especificidades principais do PAC Beberibe.

O sexto capítulo preocupa-se com a discussão dos dados derivados da pesquisa de campo que deu suporte a este trabalho, segundo os objetivos dessa investigação. Dentre os resultados, observou-se nos discursos obtidos que, em termos de vivência da cidade, os moradores entrevistados continuaram mantendo quase todos os hábitos anteriores, pois a mudança operada não viabilizou a sustentação de uma qualidade de vida em um outro patamar vinculado ao novo local de residência. Ou seja, os moradores continuam a vivenciar a rotina de dificuldades no novo cotidiano urbano e permanecem em uma posição de acomodação no sentido da visão de Paulo Freire, apesar do novo endereço residencial. Por último, o sétimo capítulo, apresenta a conclusão.

2 CONSUMO: CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÕES

2.1 O consumo e suas diferentes expressões

A relação entre grau de consciência sobre o que se consome e os padrões de consumo estabelecidos é um campo bastante amplo para discussão, principalmente, quando a análise parte do que se entende por consumidor. Em algumas áreas de conhecimento, o consumidor é um agente determinado por um modelo teórico, situação que torna o seu comportamento previsível e simplificado por estar limitado a um conjunto de condições com a finalidade de representar a realidade de forma abstrata. Como exemplo, tem-se as definições trazidas pelas ciências econômica e jurídica. Enquanto para a primeira, o consumidor é reconhecido como um agente racional, ou seja, fará suas escolhas orientadas pelo nível de renda e preço, preferindo sempre os melhores bens e serviços pelos quais puder pagar dentro do que a sua restrição orçamentária permitir (VARIAN, 2000); para a segunda, conforme estabelece a lei brasileira n.º 8.078 de 1990¹⁴, o consumidor é definido como “toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”, de modo que não se terá um consumidor se esse enunciado lógico não for atendido.

Nas definições evidenciadas, observa-se que a questão do grau de consciência especialmente sobre o que se consome e o motivo pelo qual se consome, não são pontos fundamentais. Para aquelas definições, a concreção do ato de consumir é o mais relevante. Dessa forma, pode-se entender o consumo como algo delimitado, condicionado e que pode ser quantificável. No entanto, esse tratamento dado ao consumo não satisfaz questionamentos como: “o que é consumo?” e “quem é consumidor?” no âmbito das Ciências Sociais, porque para essa área do conhecimento, o consumo é melhor investigado como um processo, e não somente como um resultado. É tido como uma prática social complexa e de difícil definição, principalmente, por considerar um aspecto quase não contemplado pelas visões anteriormente expostas, que é o simbólico. Daí a dificuldade de determinar também as condições que definem o agente consumidor.

É importante destacar que não está sendo feito aqui um juízo de valor acerca

¹⁴ Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8078.htm>.

das abordagens científicas tomadas como exemplo, mas sim a busca pela evidência das diferenças conceituais e o quanto tais diferenças revelam a fragmentação das áreas de conhecimento sobre o tratamento dado para o consumo. Ao mesmo tempo, quando bem aproveitadas, essas mesmas divergências permitem tornar a investigação mais profunda por viabilizar uma análise interdisciplinar.

Não é comum o hábito de pensar o consumo. Na maioria das vezes, ele é julgado como algo irrefletido ou gasto inútil (CANCLINI, 2010), em função tanto da “ausência da visão dos agentes sociais sobre os seus próprios atos” como de uma “postura teórica universalizante sobre o significado e o papel do consumo na vida cotidiana das pessoas, que não distingue [...] os múltiplos significados da atividade de consumir” (BARBOSA, L., 2004, p. 11). Por causa dessas dificuldades, o consumo pode ser habilmente instrumentalizado, especialmente, pelo mercado. Assim, é fundamental difundir o entendimento de que “o consumo engloba várias atividades, diferentes atores e um conjunto de bens e serviços que não se restringe necessariamente ao provido pelo mercado” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 26). Ou seja, outras fontes de provisão de bens e serviços fazem parte do nosso cotidiano, ainda que não sejam tão óbvias. Dentre elas, tem-se o Estado, que ao fornecer serviços públicos configura o chamado consumo coletivo; e o próprio universo doméstico-familiar, que promove gestos e produtos envolvendo o consumo e que são justificados pela afetividade (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

Além desse entendimento limitado do consumo apenas como uma etapa da prática de comércio, quando o que está sob avaliação é o consumo do outro, aquela visão normalmente passa a ser orientada por um significado particular não relativizado sobre o que é supérfluo e necessário, desdobrando-se em julgamentos acerca do que deve ser (para o outro) o consumo responsável. Esse tipo de julgamento costuma ocorrer por alicerçar-se em um valor moral atribuído ao consumo, motivado pelo hábito de associá-lo necessariamente a uma contraprestação em forma de trabalho para que seja considerado um “consumo correto”. Ou seja, acredita-se que é necessário trabalhar, produzir para consumir, esquecendo-se que existem bens não comercializados e produzidos pela natureza que são constantemente consumidos por todos para garantir a vitalidade física, como o caso clássico do oxigênio.

Na tentativa de criar uma conceitualização mais abrangente e transversal, Canclini (2010) sugere o entendimento do consumo a partir de uma análise que

relativiza, colocando-o como um conjunto de processos socioculturais. Essa acepção permite a compreensão do consumo através de diversas perspectivas, as chamadas racionalidades, que apesar de poderem ser separadas para finalidade de estudo, permeiam-se na dinâmica do cotidiano.

Assim, além do consumo poder ser interpretado sob a racionalidade econômica e, portanto, visto como uma etapa do ciclo de produção onde ocorre a expansão do capital, a reprodução da força de trabalho e também a subordinação a uma lógica estratégica voltada para a obtenção de lucros (CANCLINI, 2010), o consumo pode também ser tratado como expressão de distinção social¹⁵ e ainda interpretado por meio de outras racionalidades, como a chamada racionalidade sociopolítica interativa, onde o consumo assume um viés político por passar a ser pensado pelos setores populares através de manifestações provocadas pela desigual participação no processo de distribuição e apropriação de bens e serviços, como também sob a caracterização de um instrumental de poder, utilizados para fins de disputas eleitorais.

No que diz respeito ao consumo sob a lógica da distinção social, Canclini (2010) explica que a racionalidade das relações sociais se constrói mais no processo de disputa em relação à apropriação dos meios de distinção simbólica, do que na luta pelos meios de produção. Desse modo, ao considerar os bens como símbolos de distinção e os estilos de vida como sistemas de sinais socialmente qualificados (BOURDIEU, 2007), pode-se depreender que o pertencimento a uma determinada classe vincula-se ao status social gerado pela apropriação de bens. Essa conclusão coloca o consumo não mais reduzido a uma necessidade de subsistência (VEBLEN, 1974), mas como fator socialmente diferenciador baseado na priorização de aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora.

Outra perspectiva importante é a que serve para explicar o porquê dos gastos em celebrações costumam ser expressivos, mesmo quando se possui uma limitação orçamentária bastante restrita. Para obter tal explicação, Canclini (2010) faz uso de um estudo realizado por Mary Douglas e por Baron Isherwood (1990), que estabelece uma relação entre custos altos e os rituais de celebração. O resultado desse trabalho constitui-se no entendimento de que os rituais têm a função explicitar as definições públicas derivadas do que o consenso geral julga como valioso. Assim,

¹⁵ De acordo com Bourdieu (2007 apud CHARTIER, 2011, p. 22), a distinção social pode ser compreendida a partir da ideia de que os bens podem ser considerados sinais distintivos.

quanto mais significativo for um evento para um grupo, mais indiferente este último será com relação ao custo da aquisição dos bens destinados ao ritual de celebração.

A partir da reflexão exposta, reconhece-se que as sociedades capitalistas contemporâneas se estruturaram com forte apelo ao consumo sob a perspectiva da racionalidade econômica. No entanto, o mercado não pode ser compreendido como o único espaço que possui a prerrogativa de promover o consumo: uma miríade de interações socioculturais complexas o ultrapassam a partir de outros espaços, como os constituídos pelo ambiente familiar e o derivado da relação entre a sociedade civil e o Estado. Diante disso, o consumo perde a característica de ser apenas um simples ato individual de apropriação de um bem para ser considerado também um ato coletivo de apropriação, englobando fatores sociais e simbólicos. Em resumo, o consumo torna-se um processo complexo formado por práticas que influenciam a formação das identidades individual e coletiva, estabelece fronteiras entre os grupos sociais e, fundamentalmente, cria valores e regras ligados ao pertencimento social.

2.2 O consumo na formação do Estado de Bem-Estar Social

De acordo com Marshall (1967 apud MATTOS; SILVA, 2009), no período de 1945 a 1973, houve a consolidação do sistema de proteção denominado *Welfare State* ou Estado de Bem-estar social, através do qual o Estado redefiniu um padrão de regulação, abandonando a ideia antecessora de que deveria ter apenas como foco, o relativo amparo aos mais pobres sem interferência na "vida normal da comunidade." Esse cenário só se tornou possível, porque a proteção social passou a ser aceita nas diretrizes liberais como uma alternativa estratégica para conter as inúmeras insurgências dos movimentos sociais direcionadas aos fundamentos do capital e, especialmente, como meio para garantir a reprodução daquele último, em tempos onde a resistência em relação ao seus ideais não poderia mais ser desprezada.

É claro que a esquerda deve defender os ganhos da classe trabalhadora que se tornaram inscritos nas atividades de bem-estar do Estado, porém qualquer defesa simples do *Welfare State* que esqueça sua forma capitalista é altamente problemática. (HOLLOWAY, 1991, p. 251 apud MOLLO, 2001, p.11).

Ou seja, a desconsideração do Estado Mínimo¹⁶ não foi um evento que surgiu espontaneamente a partir da boa vontade liberal em reconhecer o bem-estar coletivo como uma necessidade. Teve como mola propulsora a crescente indignação popular, especialmente, a da classe trabalhadora que encontrava inspiração na teoria Marxiana para interpretar a realidade formada pelas contradições no âmbito social. Diante disso, os conceitos da tradição liberal relativos ao progresso, direitos, liberdade, deveres e igualdade tiveram que ser revistos. Inclusive, é importante frisar que esse tipo de reformulação na ideologia liberal ocorre sempre que a legitimidade da burguesia, enquanto classe dominante, encontra-se ameaçada (MARANHÃO, 2010). Reforça o entendimento anterior, o posicionamento de Boaventura Santos (2012), que defende o Estado configurado para o bem-estar social como produto de um “pacto” entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital em decorrência de uma realidade marcada por guerras destrutivas, lutas sociais violentas e crises econômicas graves. Deste modo, os capitalistas abdicam parcialmente de sua autonomia enquanto proprietários dos fatores de produção e a parte dos seus lucros no curto prazo (concordam em ser mais fortemente tributados), enquanto os trabalhadores abdicam das suas reivindicações mais radicais contra o contexto configurado pela economia capitalista que promove a exploração do homem pelo homem. Esta dupla renúncia, que constitui os termos do referido pacto, passa a ser administrada pelo Estado.

De forma geral, essa nova visão sobre o tratamento da esfera social trouxe mudanças significativas no campo econômico. Na dimensão microeconômica, ou seja, no âmbito da rotina das empresas, promoveu considerações importantes que levariam a consolidar a relação direta entre melhorias das condições de trabalho e o aumento da produtividade¹⁷. No entanto, não se pode deixar de evidenciar que a preocupação com a produtividade visava unicamente o aumento do lucro, já que a

¹⁶ De acordo com Minto (2006), a ideia de Estado Mínimo pressupõe a não-intervenção e este afastamento é em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos. A ele cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários (policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc), abrindo mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais.

¹⁷ É importante destacar que a consideração dos aspectos sociais na rotina dos trabalhadores nas empresas também teve como forte aliado, a visibilidade da importância do fator humano na literatura da ciência administrativa, conseguida especialmente a partir da famosa “Experiência de Hawthorne”. De acordo Balbi et al (2010), uma série de experimentos foram realizados por Elton Mayo e seus colegas na fábrica Hawthorne da Western Electric Company entre as décadas de 1920 e 1930. Esses investigadores estudaram a relação entre os efeitos de iluminação e das pausas de descanso com a produtividade e a fadiga.

força de trabalho em si, continuava sendo reconhecida como uma mercadoria. Na esfera macroeconômica, as ações sociais passaram a ser vistas com utilidade no sentido de promover um cenário mais fecundo ao desenvolvimento do capital sob a seguinte lógica: quanto melhor for a qualidade de vida derivada do aumento da renda das famílias, maior será o estímulo ao aumento do consumo agregado. Esse novo prisma estimulou o enfraquecimento dos fundamentos do Estado mínimo enquanto orientações mais apropriadas para se ter o crescimento econômico.

No entanto, mesmo o *Welfare State* sendo uma tentativa de minimizar as novas adversidades geradas pelas sociedades capitalistas que criam estruturalmente problemas endêmicos e necessidades não-atendidas (OFFE, 1972 apud SOUSA, 2009), e também sendo considerado, conforme Gomes (2006, p.214), “uma reforma [...] outorgada pela classe capitalista com o efeito de criar uma aceitação consensual de seu papel”, todo o processo de reconfiguração das ações estatais que se seguiram serviu para lançar luz sobre a utilidade das políticas sociais e afirmá-las como um incontestável instrumental contra a pobreza provocada pelas contradições próprias do modelo liberal.

2.2.1 Movimentos sociais e o Estado de Bem-Estar Social

Ao desenvolvimento do modelo capitalista, atribui-se o surgimento de uma estrutura social dividida em classes. Ao contrário do que ocorria nas primitivas sociedades agrícolas, onde a dinâmica societária dos meios de produção era toda coletiva e o estatuto social regia-se pela hereditariedade, nas sociedades capitalistas generalizou-se a noção moderna de classe social¹⁸. Ou seja, houve uma fragmentação dos segmentos sociais antes similares e predominantemente homogêneos que se repetiam ao longo do tempo (POCHMANN, 2013, p. 157) com mudanças nas relações de produção que fizeram a população segmentar-se social e politicamente com base no privadamente herdado e possuído, fato que

¹⁸ O conceito e a análise de classe social variarão segundo a abordagem teórica em que se embasam. As versões clássicas mais conhecidas para a referida temática, são as de Karl Marx e Max Weber. Enquanto o primeiro propôs a existência de duas classes configuradas pelo próprio sistema capitalista: a proprietária dos meios de produção (capitalistas) e a operária, onde a consciência dos operários enquanto classe, levaria a eliminação da opressão provocada pelos capitalistas; o segundo, Marx Weber, apresentou a conceituação de classe de forma mais ampla partindo da teoria marxiana, ao considerar uma estrutura social composta por várias classes, onde o tipo de oportunidade no mercado seria determinante na definição da classe do indivíduo em uma classe dentro de uma condição privilegiada ou desprivilegiada (MATTOSO, 2004).

garantia às famílias proprietárias, o trabalho dos membros das famílias não-proprietárias. Desse modo, nestas sociedades e nas que as sucederam a partir desse processo estruturador das relações de produção sustentadas na propriedade privada dos meios de produção e de distribuição, as famílias, seus chefes, e representantes seguiram diferenciando-se com base na propriedade privada de tais meios e no poder que tais posses representavam. Em resumo, a estrutura da sociedade passa a ser configurada pelas relações de produção no contexto do desenvolvimento da manufatura, fazendo com que cada vez mais a detenção da riqueza advinda por meio do mercado se tornasse um critério de diferenciação entre os grupos sociais. De acordo com Costa Pinto (1970 apud SILVA, 1981, p. 39):

A posição das diferentes classes na estrutura social é fundamentalmente determinada por suas relações com os meios de produção e com o mercado. Elas se identificam pelo papel que têm na organização do trabalho, e daí, pelo volume, pelo modo de ganhar e pelo modo de empregar a porção de riqueza de que dispõem.

Como base nesse contexto configurado pelo liberalismo, a mobilidade entre classes passa a ser favorecida pela circulação dos indivíduos de uma posição para a outra” (CUIN, 1993 apud GRÁCIO, 1997, p. 48), cuja dinâmica pode ser derivada de diversos fatores, como novas vinculações entre famílias e a instabilidade da renda. Esse processo de movimentação entre classes repercute sobre a caracterização dos grupos que compõem uma classe social, tornando-o mais heterogêneo. De acordo com Giddens (1975, p. 128), “quanto maior o grau de 'fechamento' de chances de mobilidade [...], mais fácil é a formação de classes identificáveis.” No caso, para aquele último autor, o efeito do fechamento em termos de movimento intergeracional “é conseguir a reprodução da experiência de vida comum ao longo das gerações.”

É importante destacar que a explicação para classe social e suas variações não podem ser reduzidas ao fator renda. Acerca disso, Jessé Souza (2013) apresenta uma crítica ao conceito de classe social quando tratado apenas por variáveis estritamente econômicas. Para esse autor, quando isso ocorre, as classes sociais deveriam ser denominadas de “classe econômica” ou simplesmente de “faixa de renda”. Esse posicionamento reflete a ideia de que a classe social compreende também uma dimensão simbólica, especificidade que

faz com que a sua reprodução se dê “pela transferência de valores imateriais [...] e de seus privilégios no tempo” (SOUZA, 2012, p. 23). Em outras palavras, para essa perspectiva, dispor do mesmo nível de renda não significa pertencer a uma mesma classe social. Essa observação pode ser explicada através de uma situação hipotética em que mesmo havendo igualdade entre as rendas disponíveis de dois sujeitos, estes últimos apresentam trabalho, valores, referências culturais e hábitos cotidianos completamente diferentes. Essas diferenças os colocam em classes sociais distintas em função da vivência de processos de socialização divergentes, onde apenas para um, foi oportunizado privilégios. Tais privilégios podem envolver, por exemplo, o aspecto educacional formal e informal em um ambiente cultural considerado mais erudito.

Assim, sem desconsiderar a importância de cada abordagem apresentada, pode-se dizer que o entendimento mais apropriado para classe social nas sociedades capitalistas contemporâneas é o que considera em sua constituição, os aportes ideológicos, éticos, morais e educacionais compreendidos pela noção de cultura (TEIXEIRA, 2013) imersos em um contexto marcado pelas diferenças de renda e por desigualdades socioespaciais resultantes das contradições inerentes ao capital.

Em específico, além das diferentes variáveis que precisam ser consideradas em conjunto no estudo das transformações entre classes, principalmente, quando a análise é particionada entre intergeracional e intrageracional¹⁹, é fundamental para explicar a ocorrência da mobilidade social sob a perspectiva da renda, que essa última seja analisada a partir da sua composição: deve-se levar em consideração a discriminação do percentual derivado de benefícios sociais, transferências unilaterais de renda (pensões, por exemplo), de salários e outros tipos de rendimentos.

Em relação ao percentual de salário, uma nova observação deve ser feita: analisar a questão da qualidade das relações de trabalho, especialmente se as ocupações são consideradas precárias. Esse questionamento é importante, porque o tipo de ocupação e sua qualidade expressam os efeitos de outros fatores, como o processo de urbanização, o crescimento do setor de serviços,

¹⁹ De acordo com Bagolin e Vieira (2008, p.05), a mobilidade intergeracional diz respeito a comparação da posição social entre as gerações passadas e a geração atual, enquanto, que a mobilidade intrageracional diz respeito ao o desempenho social de uma determinada pessoa ou grupo de pessoas com características comuns, durante um período de tempo.

nível de desenvolvimento humano, fatores históricos e culturais relacionados com a formação da população, grau de escolaridade, a positivação e efetivação de direitos sociais, como também, em uma escala maior, a configuração socioeconômica que o país apresenta provocada pela chamada Divisão Internacional do Trabalho (DIT)²⁰. Assim, para uma análise mais consistente sobre o processo de transição entre classes, o contexto social no qual o grupo está inserido não pode ser desprezado. No entanto, é essencial deixar claro que, nos estudos sobre classe e mobilidade sociais, não se pretende descaracterizar a importância de se ter a renda como um indicador de oportunidades de consumo. Isso porque, em uma sociedade capitalista, o nível de consumo pode sinalizar o grau da qualidade de vida a partir do momento que o acesso ao conjunto dos melhores bens e serviços privados inegavelmente está em função do poder aquisitivo da renda.

Com efeito, se por um lado o consumo figurou como elemento central para garantir a viabilidade dos modelos liberais considerados inovadores no século XX, por outro, também figurou como objetivo de luta. O acesso ao consumo de bens e serviços tornou-se imprescindível, especialmente, no processo de mudança social, quando a estrutura social configurada por classes começou a despontar. Esse acesso passa a ser uma das motivações principais para a organização de movimentos sociais. Gohn (2007) conceitua movimentos sociais como a expressão de energias de resistência ao velho que oprime ao mesmo tempo que se constituem em fontes revitalizadas para construção do novo. Sob essa perspectiva, pode-se dizer que o surgimento do Estado de Bem-Estar Social é uma reação do liberalismo à dinâmica de tais energias, na qual, segundo Coutinho (2012), a classe trabalhadora, por meio de suas organizações (sindicais, políticas, entre outras), conseguiu uma forte incidência na composição [...] de forças entre o trabalho e o capital, fazendo com que a chamada revolução passiva *welfariana* se configurasse em uma resposta ao grande desafio ao capital, que era o de se reinventar em tempos de críticas e mobilizações severas e contínuas contra o seu modo de operação.

²⁰ De acordo com Pochmann (2000, p.03): “a qualidade dos postos de trabalho existentes tende a estar associado tanto ao desenvolvimento tecnológico e organização do trabalho quanto às condicionalidades impostas pela regulação no mercado nacional de trabalho. A partir disso, o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância [...] no uso e rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.”

2.2.2 O Estado de bem-estar capitalista: o consumo massivo como escopo da visão liberal

Quando os efeitos da industrialização já haviam modificado de forma estrutural o modo de vida especialmente nas sociedades europeias, a defesa da concepção do Estado como um interventor necessário na esfera socioeconômica passou a encontrar relativa aceitação além das fronteiras dos movimentos sociais: obteve consideração na lógica dos mecanismos concentradores da livre iniciativa, sem, contudo, modificar a essência da sua dinâmica, que é a de necessariamente expandir seu potencial destrutivo de concentração da propriedade, e intensificar a exploração do trabalho para garantir a reprodução da sustentabilidade das suas taxas de lucro (MARANHÃO, 2010). Assim, por causa da pressão feita pelos movimentos sociais, que não poderia mais ser sufocada pela teoria liberal vigente, novas perspectivas irão despontar trazendo modificações radicais para a trajetória da abordagem capitalista que até então alicerçava-se na ideia do Estado Mínimo. É o caso do modelo macroeconômico Keynesiano, do Fordismo e do Plano Beveridge que, sem dúvida alguma, foram eventos essenciais por inaugurarem um novo período para se ter a formação do modelo do Estado de Bem-estar social²¹ na primeira metade do século XX.

Com o desenvolvimento das relações de produção e de trabalho sob a égide capitalista, o Fordismo²² inovou ao trazer o "gerenciamento [...] de uma mão de obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados" (TENÓRIO; PALMEIRA, 2008 apud TENÓRIO, 2011, p. 01). Possui como uma de suas características principais, a meta da produção em massa e como uma das suas implicações negativas decorrentes da especialização e rigidez do trabalho, a alienação do trabalhador em relação ao processo produtivo como um todo. Para que os objetivos empresariais desse sistema de produção pudessem ser atingidos em termos de lucratividade, tornou-se necessário que o consumo em massa se consolidasse. E para conseguir a ampliação da demanda pelos bens

²¹ O modelo de Estado de Bem-estar social variou em cada região em função das particularidades políticas, sociais e econômicas de cada local. Uma síntese da tentativa de classificar as variações do referido modelo pode ser encontrada em Fiori (1997).

²² O fordismo, sistema de produção que sucedeu o taylorismo e antecedeu o toyotismo, foi criado por Henry Ford, um empreendedor do ramo automobilístico que inovou ao implantar a montagem em série, estratégia que objetiva produzir em maior quantidade a um menor custo possível. De acordo com Tenório (2011, p.01), o fordismo significa "paradigma técnico-gerencial cuja periodização vai dos anos 1910 ao final dos anos 1960".

produzidos, chegou-se à conclusão de que quanto mais a população dispusesse de melhores condições de emprego, maior seria a probabilidade de mais renda estar disponível para o consumo. Navarro (1993) explica que no início do século XX, Henry Ford compreendeu que a produção em grande escala não se sustentaria sem um consumo massivo, percepção que motivou a ideia de que o bem-estar da classe trabalhadora seria condição fundamental para se alcançar o bem-estar da classe capitalista.

Quanto ao plano ou relatório Beveridge, foi motivado pela urgência de reconstrução da sociedade no período do segundo pós-guerra mundial. Tido como referência fundamental no processo da evolução securitária, foi considerado pioneiro por ter questionado a proteção somente dada aos empregados de uma determinada empresa, enquanto todos os outros trabalhadores estão também igualmente sujeitos aos riscos sociais²³ (JARDIM, 2013). De acordo com Pereira (2008 apud CARDOSO, 2010, p. 4), o relatório apresenta um plano político concreto, com propostas de reformas sociais abrangentes e universalistas. Como consequência, implantou um avançado regime de proteção social que obteve significativa aceitação e repercussão. Sobre o modelo Keynesiano, foi estruturado com base em uma contestação ao modelo econômico criado por Adam Smith²⁴, especialmente, no que diz respeito ao modo de solucionamento de crises econômicas. Teve seu início nos anos 30 e consolidou-se no período após a segunda guerra mundial. Através dessa nova proposta, o Estado obteve novos instrumentais que viabilizaram a sua atuação direta na economia por meio das políticas fiscal e monetária objetivando o fomento da renda e do investimento, que por sua vez, levariam ao aumento do consumo e do emprego, tendo como nível ideal, o pleno emprego. De acordo com Keynes (1996, p.345):

Uma socialização [...] mais ampla dos investimentos, será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda espécie que permitam o Estado cooperar com a iniciativa privada.

²³ De acordo com Boschetti (2009, p.2), a abrangência da proteção que o plano Beveridge questionou, diz respeito a abrangência restrita associada ao plano de seguridade idealizado por Otto von Bismarck, que era concedido apenas aos que trabalhavam na indústria e o acesso estava condicionado a uma contribuição direta anterior.

²⁴ Autor de *A Riqueza das Nações* publicado em 1776, defende a liberdade de mercado e a concepção do Estado mínimo como mecanismos capazes de resolver até mesmo todas as crises econômicas. De acordo com Faleiros (1995), o bem-estar para Smith se identificava com a riqueza, que por sua vez, dependia do esforço individual num sistema de concorrência perfeita.

Assim, ao propor a intervenção estatal tendo como condição precípua a preservação da liberdade de mercado, Keynes inova ao incentivar o planejamento governamental e o investimento através de um Estado intervencionista como meio para correção dos problemas sociais e econômicos que o liberalismo modelado pelas ideias de Adam Smith não foi capaz de solucionar.

Com efeito, pode-se observar, nos três eventos expostos, elementos referenciados como importantes para construção do modelo estatal de bem-estar social. Dentre aqueles elementos, tem-se a defesa do aumento do nível de consumo como objetivo final. Este último passou a ser considerado o impulsionador da economia como um todo, já que a sustentabilidade dos empreendimentos da iniciativa privada se dá a partir de uma dinâmica cíclica da economia. Conforme explica Navarro (1996, p.159), “o consumo massivo e o crescimento do Estado de Bem-Estar surgem quando a classe capitalista toma consciência de que a produção massiva requer consumo massivo.” Então, para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos privados, uma nova estruturação social tinha que ser pensada, em que o sentido dado para a cooperação entre Estado e iniciativa privada deveria ser o da promoção de um espaço social propício para a reprodução capitalista. É dentro desse contexto que ganha destaque o conceito de consumo coletivo, entendido segundo a concepção de Manuel Castells (1982 apud ARANTES, 2009, p.108) como:

Aquele diferente do consumo individual de mercadorias, o consumo coletivo se realiza econômica e socialmente não por meio do mercado, mas do Estado e de suas políticas públicas. Isso porque o consumo coletivo não tem como ser suprido exclusivamente pelo mercado e exige uma intervenção estruturalmente necessária do Estado. Este se encarrega da “produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho: saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos etc.” e, desse modo, “se converte em verdadeiro planejador do processo geral de consumo: isto está na base da chamada política urbana.”

Ou seja, o consumo de bens e serviços provenientes de empresas privadas deveria encontrar no consumo coletivo provido através da ação estatal, um dos seus mais fortes promotores. Assim, em um ambiente no qual a população pudesse contar com melhores condições de vida (o que inclui oportunidade de emprego, salário adequado e disponibilidade de crédito para investimentos), mais disporia de renda para consumir a produção massiva da iniciativa particular. Essa proposta fica bem evidente nos modelos Keynesiano e do Fordismo. Nesses últimos, o consumo é

tomado como elemento fundamental para satisfação dos objetivos perseguidos dentro da perspectiva da racionalidade econômica e o Estado de Bem-Estar social é necessário para viabilizá-lo.

O Estado de Bem-estar social era um projeto cogente para recuperar o vigor e a capacidade de expansão dos países capitalistas após a tensão social, econômica e política do período entre guerras. Tanto que o estabelecimento do Estado de bem-estar social, entre as décadas de 1940 e 1960, ficou conhecido como “era dourada do capitalismo” por ser um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pleno para a maioria da população nos países mais desenvolvidos. [...] Esse cenário propiciou o crescimento econômico industrial e a implementação das políticas sociais com uma aliança entre os diferentes setores da sociedade: os empresários, a classe média e os trabalhadores. O momento dourado chegou a ser visto como uma nova Revolução Industrial, por causa do crescimento da produção mundial e do aumento de consumo. Toda essa expansão ocasionou uma nova reurbanização, acarretando consequências não desejáveis em razão do aumento do uso dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), mas que pouco incomodavam, uma vez que os resultados econômicos minimizavam as vozes de quem alertava para a maneira como esse processo acontecia. (VICENTE, 2009, p. 124).

Com o avançar do tempo, o dispêndio com a proteção social foi considerado como uma ameaça para a capacidade de pagamento dos governos, especialmente na década de 70. Esse argumento foi trabalhado pela corrente neoliberal²⁵ como estratégia para desconstruir a importância da atuação estatal, especialmente no que diz respeito ao conjunto de garantias trabalhistas e previdenciárias até então conseguidas.

As narrativas neoliberais pretenderam e em certa medida conseguiram oferecer explicação palatável para a crise e alternativa plausível para a superação daquilo que se usou chamar de consenso keynesiano dos “trinta gloriosos” do pós-guerra. Uma dessas narrativas, talvez uma das mais bem-sucedidas, no sentido de operar como instrumento de coesão social e imposição das ideias dominantes é aquela que explica os problemas derivados das políticas sociais ou do Estado de Bem-Estar Social. Nessa estória, três *scripts* correm em paralelo, conectando-se em circunstâncias apropriadas: os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento); os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamentos de indivíduos, grupos sociais e empresas; os resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas. (MORAES, 2002, p. 14).

²⁵ De acordo com Moraes (2002), “o pensamento único ou hegemonia ideológica neoliberal teve como uma de suas armas mais efetivas, a capacidade de gerar e difundir narrativas que prometiam explicar o mundo em crise dos anos 70”. Em Carinhato (2008, p. 38), tem-se que “a ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia.”

De outro modo, para fazer com que a supremacia do mercado voltasse a ser restabelecida, o modelo estatal de Bem-Estar Social precisava ser desmantelado, principalmente, em função do desenvolvimento de um novo cenário provocado pelo advento da globalização, que implicou em eventos como: a consolidação de blocos econômicos; inovações tecnológicas que resultaram na automação de serviços; e a preferência pelo capital especulativo em detrimento do capital produtivo. Mandel (1990 apud KAMITAMI, 2007, p. 3) retrata essa situação quando afirma que “no fim da década de 1960 e início dos 1970 a crise desponta. A lua de mel do capital com o *Welfare state* chega ao fim, e com ela o retorno de todas as contradições e mazelas inerentes ao próprio sistema produtor de mercadorias.”

As transformações pelas quais passou o capitalismo a partir da segunda metade dos anos 1970, quando estava clara a ruptura do sistema financeiro internacional que havia sido erigido em Bretton Woods, desdobraram-se em uma nova postura das autoridades econômicas dos países desenvolvidos em relação ao padrão de intervenção estatal que caracterizou o período logo após a segunda Guerra Mundial, que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar Social. (MATTOS; SILVA, 2009, p. 135).

De acordo com Fiori (1997), a principal conclusão que pode ser obtida acerca deste tema nos estudos que tratam da configuração histórica do *welfare state* é a de que não se pode afirmar a existência de uma progressão linear nem uma convergência entre os vários tipos, padrões de construção e organização do Estado de Bem-Estar Social. O que se sabe ao certo, independente das variações do modelo de Bem-estar social em cada região, é que o objetivo central foi a recuperação das economias em benefício dos mercados local, regional e internacional através do aumento do consumo massivo. Além disso, verificou-se também que “à rigidez do *welfare state*, seguiu-se a flexibilização e a desregulamentação das políticas sociais e da relação capital/trabalho mudando a política, o Estado, os sindicatos e as empresas” (MARICATO, 2003, p. 163), tendência que repercutiu também no Brasil²⁶.

2.2.3 A provisão adequada dos meios de consumo coletivo no Estado brasileiro

As conquistas sociais que consolidaram-se na Constituição Federal de 1988

²⁶ Ver Ribeiro (2006) e Benevides (2011).

(CF/88) podem ser caracterizadas como elementos remanescentes do *Welfare State*²⁷. Contudo, tais conquistas foram consideradas peculiares por serem paradoxais (COUTO, 2006). Isso porque, se de um lado o modelo estatal democrático de direito²⁸ se constituiu especialmente por meio da pressão dos movimentos sociais, por outro, esses mesmos movimentos viram o enfraquecimento da efetivação dos direitos e garantias fundamentais tão arduamente conquistados. Essa circunstância se deve aos sucessivos e desastrosos planos econômicos que justificavam as violações aos direitos sociais sob o pretexto de perseguir o controle da inflação e o ajuste fiscal em prol do crescimento econômico²⁹, meta exigida ostensivamente aos países em desenvolvimento por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em outras palavras, a contradição entre texto constitucional e a sua prática especialmente na década de 90, confirmou a mudança de perspectiva do capitalismo em relação ao modelo estatal de bem-estar social, cujo desmantelamento em atendimento aos ditames macroeconômicos de acordos internacionais (VICENTE, 2009), como o do Consenso Washington, passou a ser o objetivo central. Tal objetivo foi aplicado também na realidade brasileira à revelia do próprio desenvolvimento socioeconômico nacional.

A ideologia presente nestas mudanças pelo Consenso de Washington completou o trabalho de desarticular [...] boa parte daquilo que não havia ainda adquirido escala universalizante na sociedade brasileira: emprego, previdência social, assistência à saúde, educação, moradia, transporte, saneamento. (ARANTES; VAINER, 2000 apud MARICATO, 2003, p.12).

²⁷ “Somente com a Constituição de 1988 é que a proteção social passou a ser concebida, de fato, sob a perspectiva de direito da cidadania, configurando-se, portanto, em um Estado de Bem-Estar nos termos assumidos nesse trabalho: o *Welfare State* incluiria os programas e medidas necessários ao reconhecimento, implementação e exercício dos direitos sociais reconhecidos em uma dada sociedade como incluídos na condição de cidadania, gerando, por conseguinte, uma pauta de direitos e deveres.” (TEIXEIRA, 1985 apud BENEVIDES, 2011, p. 65).

²⁸ Esse conceito reúne duas ideias: a que explica o Estado na condição de democrático e a que atribui ao Estado a condição de direito. Sobre a primeira, de acordo com Silva (2007, p. 66), o Estado Democrático “se funda no princípio da soberania popular que impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública.” Já a condição de direito, diz respeito a condição de sujeição de todos os membros do Estado ao conjunto de leis que o forma.

²⁹ Para a perspectiva da ciência econômica, deve-se estabelecer a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Enquanto o primeiro termo diz respeito apenas aos ganhos obtidos com o aumento dos potenciais produtivos, com efeitos diretos sobre a renda e sobre o consumo independente do modo como são distribuídos, o segundo conceito, como bem evidencia Sandroni (2003, p.169), é “o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica”. Ou seja, são aqueles ganhos referenciados anteriormente, só que descentralizados do poder de uma minoria e aplicados em melhorias traçadas para atender o interesse público. Uma vez esclarecida essa distinção, pode-se afirmar que o crescimento econômico por si só não é garantidor da promoção do bem-estar social.

Antes da inclusão da perspectiva da racionalidade econômica na concepção do Estado Social trazida pela CF/88, a realização das ações governamentais era essencialmente marcada pela existência da eficácia e da efetividade sem a exigência da eficiência (BRESSER – PEREIRA, 2007). Com a nova ideologia gerencial, a proposta foi a de mudar o quadro anterior a partir da própria estrutura e funcionalidade institucionais, que deveriam estar atreladas legalmente a eficiência, como condição para que se pudesse materializar a função do Estado através do desempenho satisfatório previsto em lei, que é o de servir adequadamente aos interesses coletivos. Diante disso, por meio da redação do §1º do art. 6º da Lei nº 8.987 de 1995³⁰, a legislação brasileira definiu como serviço adequado o “que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação”.

E para contribuir com a concreção de tal definição, através da Emenda Constitucional nº 19 de 1998 (EC nº 19/98), o art. 37 da CF/88 foi alterado com a introdução do princípio da eficiência adaptado para gestão pública e de outros princípios administrativos igualmente positivados na mesma ocasião. Outra alteração fundamental ocorrida no mesmo art. 37, diz respeito ao que passou a determinar o §3º, onde ficou estabelecido o dever de participação da sociedade civil³¹ no processo de avaliação e controle dos atos administrativos da esfera pública, como uma obrigação que deve fazer jus ao poder do povo descrito pelo parágrafo único do art. 1º da CF/88:

A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

- I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;
- II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;
- III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

Assim, a partir dessas alterações legais promovidas pela Reforma Gerencial³²,

³⁰ Refere-se ao regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal de 1988.

³¹ De acordo com Coutinho (2006, apud MACHADO, 2012, p. 49), sociedade civil é o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, a organização material da cultura.

³² Apesar de inovar com a introdução de um conjunto de técnicas gerenciais, incluindo, a prática da *accountability* na dinâmica burocrática da Administração Pública, a Reforma Gerencial

o controle social fortaleceu o modelo do Estado Cidadão trazido pela CF/88, ao exigir, conforme Machado (2012, p. 68), a participação ativa da sociedade civil na definição de prioridades, na elaboração de políticas e critérios de acesso a programas e projetos, na deliberação sobre o fluxo orçamentário e, fundamentalmente, na fiscalização das ações de governo em diferentes níveis. E uma vez aperfeiçoado o direito de participação popular, como efeito direto passou-se discutir a qualidade da relação entre o Estado e a sociedade civil com enfoque maior sobre o modo como os grupos sociais reconhecem a condição constitucionalmente garantida de sujeitos titulares de direitos, já que, como evidencia Carmelita Yazbek (2006 apud MACHADO, 2012, p. 21), "na sociedade capitalista, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também do conhecimento para compreender a sociedade em que vivem". É justamente daquele reconhecimento que dependerão o uso tanto do poder de influência sobre o processo decisório público como do poder para o efetivo exercício do controle social, bem como a vivência dos direitos humanos e sociais.

Na abordagem do pensamento marxista trazida por Antonio Gramsci, salienta-se a importância da reflexão crítica acerca do papel do indivíduo na sociedade em que vive, como o maior instrumento que aquele dispõe contra a sujeição a uma ideologia dominante capaz de privá-lo da vivência da sua própria dignidade humana. De outro modo, o exercício de pensar e agir criticamente constitui-se na base da práxis, um conceito importante no pensamento gramsciano para lidar com consensos ideológicos.

A filosofia da práxis é entendida como uma construção própria das classes subalternas, que se organizam, junto com seus intelectuais, para suplantarem e superar a visão restrita e desumanizadora das classes elitizadas. Partindo das contradições [...] do mundo dirigido e mantido pelos dominantes, a filosofia é da práxis porque os subalternos, com suas práticas políticas, econômicas e culturais, conseguem elaborar uma proposta alternativa, universal e socializadora de mundo, superior à ordem existente, atribuindo-se a tarefa histórica de construir coletivamente, de baixo, uma nova, "total, integral civilização". Para Gramsci, só assim os subjugados podem chegar à liberdade, à sua própria identidade e hegemonia. E a conquista desta unidade na diversidade acontece no processo político, por meio de uma luta de hegemonias. (SEMERARO, 2005, p. 04).

também é chamada de "contra-Reforma". Esse termo decorre do fato de ser inegável que a referida mudança gerencial teve como alicerce principal, a perspectiva liberal. Para Behring (2003 apud Oliveira, 2011, p.142) "a expressão reforma do Estado tem um sentido totalmente ideológico. Tratar-se-ia, ao contrário de uma "contra-reforma" do Estado, pois o discurso do programa de reforma se fundamenta apenas em elementos fiscais. O discurso de preocupação com a proteção social presente nos planos e emendas constitucionais que dão embasamento legal à reforma mais parece uma pintura para deixá-la mais aceitável socialmente."

Se aquele reconhecimento não ocorre e, portanto, não se estimula a práxis, as decisões públicas sempre se concentrarão arbitrariamente em benefício de alguns, por não haver resistência que impeça a concreção de privilégios particulares sobre os interesses públicos. De acordo com Ivete Simionatto (2009, p. 98): a "prioridade do público sobre o privado e o fortalecimento de uma cultura pública aparecem [...] como referências fundamentais a serem resgatadas, na medida em que se reatualizam elementos diversos da tradição autoritária, conservadora e excludente." Nesse contexto, sob a perspectiva dos meios de consumo coletivo, definido por Jean Lojkine (1997 apud COCCO; SILVEIRA, 2010, p. 68) como "aqueles que permitem que as necessidades da sociedade como um todo sejam coletivamente atendidas", a relação entre a qualidade do modo como os bens e serviços públicos são distribuídos e disponibilizados pelos agentes públicos para população e o posicionamento dessa última diante da concreção dos seus direitos de acesso a esses bens e serviços (nas áreas de saúde, educação, transporte público, assistência social, entre outros), indica o nível de cooperação entre governantes e governados e, principalmente, como o conceito de cidadania é tratado por essas duas esferas, que necessariamente precisam estar articuladas. Assim, a provisão adequada dos meios de consumo coletivo será determinada pela relação entre Estado e povo, em um exercício contínuo de cooperação e fiscalização dos serviços públicos prestados.

2.3 O consumo e a formação da cidade

De acordo com Abramo (1995), o desenvolvimento do capitalismo é constituído por momentos históricos particulares, em que o palco para a efetivação da reprodução do capital assume uma nova caracterização a cada novo conjunto de valores, significados, hábitos e normas. Com isso, a funcionalidade da estrutura urbana, conceituada como sendo o conjunto de características do ambiente construído urbano, mudará de acordo com o delineamento do processo de valorização e de acumulação do capital ao longo do tempo. Em Lefebvre (2008), o estudo da problemática urbana inserida na sociedade moderna deve ter o processo de industrialização como ponto de partida. No entanto, para o referido autor, é importante saber que a cidade preexiste à industrialização, tanto que quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia eminentemente industrial, a cidade já

possuía uma poderosa realidade.

As criações urbanas mais eminentes [...] datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático); a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). (LEFEBVRE, 2008, p. 11).

Lefebvre evidencia também que antes do capitalismo, a cidade era mais obra do que produto. Ou seja, a cidade hoje é muito mais um valor de troca do que valor de uso³³ porque tanto a cidade como a terra, independente se urbana ou rural, são tratadas como mercadoria para o capitalismo, o que por sua vez, faz com que o seu valor de uso e os processos sociais envolvidos em suas transformações sejam reduzidos ou negados pela generalização do valor de troca. Sob essa perspectiva, entende-se que o espaço urbano é construído primordialmente como valor de uso e, em função disso, apresenta com mais intensidade a contradição entre valor de uso e o de troca. Em conformidade com esse pensamento, Lahorgue (2012, p. 49) afirma que “anteriormente à industrialização, a cidade era o centro não só da vida social e política, não só um centro de acumulação de riquezas, mas um lugar de produção de conhecimento, técnicas e obras.”

É importante destacar que a consideração da terra como mercadoria deve ser feita com cautela em função das particularidades que a terra possui diante de outros tipos de mercadoria, como por exemplo, o fato de ser “impossível reproduzir algo que não foi fabricado” e “que um lugar para ser cambiável deve ser comparável a outros lugares” (LAHORGUE, 2002, p. 49-50). E para vislumbrar melhor a forma do uso da terra antes de assumir o *status* de mercadoria, pode-se utilizar o processo histórico da utilização da terra, especialmente, o das comunidades pré-capitalistas³⁴, segundo a visão marxiana. Sobre isso, Marx (1981), evidencia a diferença entre as finalidades do trabalho quando o indivíduo encontra-se na posição de trabalhador, e quando está na posição de proprietário membro de uma comunidade:

³³Duarte (2010, p.76) explica que “o valor de uso tem características particulares em cada mercadoria, já o valor de troca independe dessas características concretas, particulares, e se traduz simplesmente por uma relação quantitativa na troca entre as várias mercadorias.”

³⁴A ideia de comunidade organizada pré-capitalista pode ser tratada como a definida por Marx (1981, p. 70): “a comunidade [...] passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre estes proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior — e, ao mesmo tempo, sua garantia. A comunidade baseia-se, aí, no fato de seus membros serem trabalhadores proprietários, pequenos camponeses que cultivam terra; mas, igualmente, a independência destes consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, na defesa do *ager publicus* (terra comum) para as necessidades comuns, para a glória comum, etc.”

A finalidade deste trabalho não é a criação de valor, embora eles possam realizar trabalho excedente de modo a trocá-lo por trabalho estrangeiro ao grupo, isto é, por produtos excedentes alheios. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo. [...] O primeiro pressuposto desta forma inicial da propriedade da terra é uma comunidade humana, tal como surge a partir da evolução espontânea [...]: a família, a tribo formada pela ampliação da família ou pelos casamentos entre famílias, e combinações de tribos. Pode-se considerar como certo que o pastoreio ou, dito de forma mais geral, a vida nômade é a primeira forma de sobrevivência, na qual a tribo não se estabelece em lugar fixo, aproveitando, antes, o que encontra no local e logo indo adiante. Os homens não foram fixados pela natureza [...]. Portanto, a comunidade tribal, o grupo natural, não surge como consequência, mas como a condição prévia da apropriação e uso conjuntos, temporários, do solo. (MARX, 1981, p. 66).

Ante o exposto, percebe-se que não é o trabalho da terra em si que a torna uma mercadoria, mas a finalidade do produto daquele trabalho quando voltado para o lucro. Aqui, o consumo sob a perspectiva econômica e não apenas com a finalidade de satisfazer a sobrevivência vital humana, revela-se como o elemento chave para a dinâmica da lógica do capital. É por meio dele que a terra materializa-se como mercadoria. E como desdobramento desse raciocínio, o consumo do espaço também apresentará particularidades:

O consumo do espaço difere do consumo das coisas, não só por sua dimensão e quantidade, mas também por características específicas. De fato, o tempo entra agora em cena, ainda quando o espaço programado e fragmentado tenda a eliminá-lo. [...] O espaço envolve o tempo. Por mais que se queira omiti-lo, não se deixa dominar. Através do espaço, o que se produz e reproduz é um tempo social. (LEFEBVRE, 1976 apud LAHORGUE, 2002, p. 51).

Feita essa observação, uma explicação possível a ser adotada para entender a relação entre o consumo e a formação do espaço urbano sob a perspectiva do capital, é a trazida por Jaramillo (1977), que alicerçado nas premissas da teoria marxista aplicada ao solo, preocupa-se em seus estudos com o momento em que o consumo passa a vincular-se ao espaço urbano. De acordo com o raciocínio do referido autor, o espaço é definido como a terra transformada pela ação antrópica.

Em outros termos, a terra urbana é preparada pelas famílias para que possam desenvolver suas atividades sobre ela. Isso significa que não se está diante de uma criação dada pela natureza. Essa especificidade, inclusive, é o ponto de similitude entre a terra rural e a urbana, enquanto que a diferença fundamental entre as duas encerra-se nos produtos que são gerados sobre elas: o produto básico da terra rural

são os bens agrícolas, que por sua vez, possuem tempo de uso da terra limitado pela etapa inicial do processo de comercialização para consumo final e/ou intermediário; já o produto da terra urbana se dá a partir da sua própria transformação, ou seja, o produto é o espaço urbano, cujas características principais são: a de durar o tempo de sua vida útil; e as possibilidades do seu uso dependerão das especificidades da terra urbana que lhe dá suporte.

Las posibilidades de utilización del producto están condicionadas por la forma particular de inserción del terreno sobre el cual está construído, em el conjunto estructurado de todos los valores de uso organizados sobre el espacio físico de una ciudad concreta. (JARAMILLO, 1977, p.5).

E para que ocorra a produção do espaço construído sobre a terra urbana, é necessário que haja uma preparação resultante do dispêndio de outros bens e da energia humana empregada para manuseá-los. Essa etapa constitui a chamada articulação primária. Após esse processo de construção do espaço físico urbano, outras relações simultâneas e diversificadas vão sendo articuladas, especialmente, na esfera econômica. Essa segunda dinâmica que passa a ter o consumo como elemento central é intitulada como articulação secundária, e quando ocorre sobre o terreno preparado, implica na articulação completa (JARAMILLO, 1977, p. 6). Em decorrência dessa lógica, pode-se conceituar também o urbano. Este último, quando tratado sob a visão dialética, é tido como o “produto de contradições emergentes do conflito entre as necessidades da reprodução do capital e as necessidades da sociedade como um todo” (CARLOS, 1994, p. 14).

Sendo assim, percebe-se que a cidade não se restringe ao seu lado econômico e, tampouco, ao lado infraestrutural concreto. A cidade abrange também uma esfera intangível composta por relações sociais e todas as suas implicações no âmbito das identidades individual e coletiva. Para um estudo aprofundado, é necessário pensar para além da configuração que a busca desenfreada pelo lucro promoveu no processo de desenvolvimento da cidade. Desse modo, tem-se que a vida cotidiana citadina não foi criada no exato momento em que as práticas de comércio se firmaram: ela é resultado de transformações contínuas de outros modos de convivência e de organização social preexistentes, encontrando no capitalismo outra fase com especificidades singulares que tenderão a ser absorvidas e transformadas de alguma maneira pelo contexto social que sobrevier. No entanto, ao

buscar compreender a formação e a totalidade do espaço sob a perspectiva dialética, não há como desvencilhar a produção das cidades e a construção dos seus variados espaços (como os lugares de moradia, lazer e de trabalho, diferenças entre bairros, ocupações irregulares, entre outros) das relações de produção e de trabalho, bem como das relações de classe, já que para aquela abordagem, são estas relações que os configuram.

3 ASPECTOS DO COTIDIANO, CONSTRUÇÕES ASSOCIATIVAS E O PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÕES PÚBLICAS URBANAS

O cotidiano pode ser entendido como uma criação formada pelas esferas individual e coletiva, envolvendo significados antigos e novos que interagem de forma sinérgica produzindo os modos de agir desejado e o socialmente aceito a partir da permanente contraposição, desconstrução e invenção de valores, hábitos e outros aspectos na dimensão simbólica que se derivam do convívio humano. De acordo com Agnes Heller (2000), a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, afirmação que leva ao entendimento de que o homem vivencia o cotidiano envolvendo todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, sentimentos e ideias. Ou seja, envolvendo toda sua individualidade e personalidade. Além disso, segundo a referida autora, a significação dos conteúdos das atividades desenvolvidas faz com que o cotidiano possa também ser considerado singular, heterogêneo e hierárquico, já que para cada sujeito, as diferentes atividades que desempenha serão organizadas como importantes de acordo com o grau de significação que recebem.

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobre tudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividades. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social [...] Mas a significação da vida cotidiana tal como seu conteúdo não é apenas heterogênea mas igualmente hierárquica, hierarquia que por sua vez não é imutável (HELLER, 2000, p. 18).

De forma complementar, o sujeito também é convidado a todo instante a experienciar um ambiente estruturado fora do seu universo interior. Trata-se da esfera coletiva, cuja dinâmica do cotidiano alicerça-se no que é manifestado coletivamente. E um dos caminhos para se chegar ao que é aceito socialmente, é o construído através de uma espécie de disputa pela concordância e introjeção de interesses externos sobre as preferências individuais. Em outras palavras, diferentes grupos sociais ou membros de um mesmo grupo disputam o espaço imaginário de outros sujeitos, motivados pela possibilidade de transformar modos de se viver e pensar a partir da popularização e convencimento de suas próprias ideias.

Esse jogo movido pela interação torna o sujeito além de um ser individual, um ser coletivo. Para Touraine (1994, p. 248), o sujeito “não é um princípio que paira

acima da sociedade, nem o indivíduo na sua particularidade; ele é um modo de construção da experiência social”. E no bojo dessa interação entre o individual e o coletivo, materializam-se subjetividades que dão um sentido único para construções associativas do cotidiano, como a família, a vizinhança e a comunidade.

Sobre o que se pode compreender por família, várias abordagens a tratam como “um mundo de relações”. Nesse sentido, para entendê-la é necessário focar a miríade de relações que a envolve e interpretá-la de modo contextualizado, já que “cada família constrói sua própria história [...] como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos [...] acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem” (SARTI, 2004, p.15). Barros (1987, p.109) evidencia essa complexidade, quando compara o grupo familiar com “uma arena cruzada em diversos níveis por uma heterogeneidade de interpretações de sua realidade.” Com base nisso, depreende-se que as relações que constroem a família e a tornam singular, desenvolvem-se através da interação direta movida pela reciprocidade de interesses, pelo afeto, pela solidariedade. Esses fatores fortalecem o sentimento de pertença e de identificação sociais, criando espaços de convivência que alicerçam-se no princípio associativo. Desse modo, a partir do entendimento sobre família, é possível compreender outras estruturas associativas, como a vizinhança e a comunidade, por se moldarem através da identificação do que é familiar entre seus membros.

Em relação à vizinhança, constitui-se na forma mais elementar de associação no espaço urbano e tem na proximidade, na empatia e na interação entre vizinhos, a essência do seu alicerce, de tal modo que a vizinhança é sempre prejudicada pela segregação, o que explica a tendência de perder muito da sua significância no ambiente citadino em relação a que possui em formas de sociedade mais simples e primitivas (HECK, 1995). Essa ênfase maior sobre a relação amistosa frente a defesa de interesses do grupo é o que diferencia o conceito de vizinhança do conceito de comunidade, por ser a vizinhança considerada a “menor unidade local dentro da cidade [...]” e por visar “dar expressão ao sentimento local em face de assuntos de interesse local” (SILVA, 2009, p.69). De outra maneira, a vizinhança pode ser considerada a base primária das relações fora do círculo familiar no espaço urbano, de modo que a formação da comunidade acrescenta aos laços de proximidade da vizinhança, o espírito cooperativo com objetivos que representam os interesses do grupo.

Em detalhes, a comunidade pode ser compreendida como uma organização associativa de cunho cooperativo, onde os laços solidários que a forma, colocam a obtenção da segurança individual como uma espécie de recompensa por se abdicar de parte da liberdade de exercer apenas os desejos individuais em troca do atendimento dos interesses de todo grupo. A ação coletiva em benefício dos objetivos comunitários pode ser tratada como a condição de existência da comunidade para Weber (1973) e como fonte de identidade³⁵ para Castells (1999), quem considera que a identidade passa a ter a função de promover as reações em defesa da comunidade. Por sua vez, a comunidade está contida na sociedade, mas diferencia-se desta última, por brindar uma maior proximidade entre seus membros e uma menor impessoalidade nas interações que abarca. Sobre essa diferença Tönnies (1973, p. 97) explica que “tudo que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto é compreendido como a vida em comunidade. A sociedade é o que é público, é o mundo”. Nisbet (1967 apud MOCELLIM, 2011) também evidencia esses laços pessoais estreitos como especificidade da vida comunitária ao dizer que o arquétipo da comunidade é a família e a força do vínculo comunitário se dá através de relações não-comunais de concorrência ou conflito.

Por outro lado, a dimensão identitária constitutiva das organizações sociais mencionadas pode sugerir, à primeira vista, a necessidade de se ter preferências homogêneas como condição para a convivência. No entanto, também faz parte da convivência uma diversidade de perfis, gostos e experiências de vida, ou seja, uma heterogeneidade que explica a singularidade de cada organização social. De acordo com Elias (1994, p. 27), “mesmo dentro de um mesmo grupo, as relações conferidas a duas pessoas e suas histórias individuais nunca são exatamente idênticas: cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte.” Simmel (2006) também ressalta aquela heterogeneidade, quando afirma que as interações sociais que produzem uma mesma sociedade também podem ser divergentes em seus interesses, necessidades e finalidades específicos. Nesse caso, todas as diferentes formas do que Simmel (2006, p.64) denomina como sociação, “são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal”. Essas perspectivas da teoria sociológica

³⁵ Castells (1999, p.23) define identidade como o processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalecem sobre outros significados.

facultam a reflexão de que na convivência de uma mesma realidade, os grupos sociais apresentam particularidades diferenciadas derivadas de suas experiências e referências identitárias que não podem ser “sinteticamente somadas de maneira simples” (SETTON, 2009, p. 300).

As mesmas relações sociais e sua multiplicidade de interpretações fazem com que o conceito de lugar também possa ser compreendido para além da definição que o vincula unicamente a uma delimitação física ou virtual. Para Augé (1994, p.73), “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”. Também considerando a apropriação do lugar pelos significados atribuídos, Certeau (1998) trabalha com o conceito de lugar a partir da relação que este último possui com o conceito de espaço, de modo que o espaço consistirá no resultado da apropriação do lugar pelo sujeito. Assim, em uma visão mais ampla, pode-se inferir a cidade como sendo “a tentativa mais bem sucedida do homem de refazer o mundo em que vive [...]. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. [...] Ao fazer a cidade o homem refez-se a si mesmo (PARK, 1967 apud HARVEY, 2008, p.73).

Ante os aspectos teóricos apresentados, se em todas as construções mencionadas tem-se uma configuração singular derivada das vivências cotidianas que as formam, como é possível lidar com família, vizinhança, comunidade e o significado lugar nas intervenções urbanas feitas pelo poder público, sem a compreensão de suas concepções e trajetórias³⁶ e, portanto, de suas particularidades? É importante destacar que não se defende aqui o abandono do instrumental derivado das ciências administrativa e econômica relacionado com o planejamento estratégico governamental. O que se propõe é que aquele mesmo instrumental, quando aplicado a um problema social, não desconsidere a complexidade das relações sociais que estão implicadas na realidade tratada, já que a valorização desse aspecto potencializa a própria efetividade das políticas públicas urbanas.

Segundo Souza (2003, p.69), a finalidade de se considerar a singularidade de cada situação concreta é o de “obter o máximo possível de realismo, ajeitando o

³⁶ De acordo com Bourdieu (1996, p.292), “toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social”.

figurino da intervenção [...] de acordo com as reais necessidades, a cultura e os sentimentos dos beneficiários, sem que [...] se perca de vista [...] a referência teórico-conceitual e metodológica mais geral”. Para o referido autor, os beneficiários não são meros recebedores passivos de benefícios, mas sim agentes controladores do próprio processo. Se assim é, a experiência prática cotidiana e o saber local dos cidadãos deverão ter livre expressão e incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora. No entanto, no caso de políticas públicas urbanas voltadas para a concessão de moradias populares, ainda é superficial a consideração dada ao mundo das relações humanas. Esta observação pode ser verificada através dos resultados de um estudo etnográfico sobre o PROSAMIM³⁷ feito por Meneguini e Menezes (2013), que mostram a obrigatoriedade de assimilação de novos referenciais de conduta, a chamada “etiqueta urbana”, como condição dada pelo governo para permanência no habitacional social, pode ser uma expressão do poder da violência simbólica.

Essa faceta civilizatória do Prosamim fazia emergir um conflito de etiquetas. Evidenciava com nitidez que a transformação do espaço de moradia impunha uma nova forma de ser e agir, adquirida através de práticas de violência simbólica como os cursos de etiqueta. No entanto, diante da etiqueta urbana difundida [...], os moradores resistiam afirmando outras condutas, valores de bem viver e espaços de sociabilidade. Diferentemente do que técnicos e alguns pesquisadores sustentaram, a pesquisa etnográfica demonstrou que o processo civilizatório promovido no âmbito do Prosamim não produziu um “novo cidadão” [...], inserido socialmente no espaço urbano, e com status social mais elevado [...] mas um sentimento subjetivo de aprisionamento em um espaço cada vez mais controlado, segregado e estigmatizado.

Segundo Bourdieu (2012, p.25), esse tipo de violência decorre de “todo poder que chega a impor significação e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força.” Desta forma, tal violência incide prejudicialmente sobre o processo de rearticulação da vida urbana promovida pela nova moradia. Em detalhes, ao admitir rearticulação da vida urbana como a rearticulação das relações sociais presentes no novo cotidiano vivenciado, pode-se exemplificar os efeitos de tal incidência sobre a dimensão individual e coletiva, especialmente, em relação a espaços de sociabilidade do cotidiano como o trabalho, convivência doméstica, relações de vizinhança e o espírito cooperativo que permite a articulação dos moradores em prol da manutenção e ampliação do acesso a bens e

³⁷ Programa público derivado da política habitacional de Manaus.

serviços de consumo coletivo.

Sobre a dimensão individual, pode-se ter afetação da significado da existência individual, o que por sua vez pode levar, por exemplo, a apatia e a sentimentos como a angústia. Segundo Sônia Barbosa (2004, p.126), não haverá “superação das infinitas dores da alma se não houver a discussão de um projeto de sociedade que insira os sujeitos e suas identidades sociais definidas e plenas, com seu caráter político e transformador”. A possibilidade de desânimo na esfera do trabalho, mesmo considerando que todo sujeito possui a capacidade de aprender novas competências, pode decorrer da desconsideração das habilidades natas ou adquiridas ao longo de anos de trabalho, em que o sujeito se vê impelido a ter outra ocupação que não o satisfaça para sobreviver no novo contexto vivenciado, como se o conhecimento laboral já sedimentado pelo tempo pudesse ser apagado ou automaticamente substituído. Sobre as esferas doméstica e da vizinhança, a violência simbólica pode incidir sobre os laços de amizade e outros vínculos afetivos. Tais vinculações podem ser enfraquecidas ou não criadas entre as famílias que chegam de outros territórios urbanos para ocuparem um novo espaço de habitação, abrindo espaço para desentendimentos e disputas dentro do mesmo grupo familiar e/ou comunitário. A repercussão desse processo dissociativo se dá sobre o espírito cooperativo, inviabilizando a articulação dos moradores para a manutenção e ampliação do acesso a bens e serviços de consumo coletivo.

Outro estudo mostra a violência simbólica na tentativa público-privada de desconstrução identitária de uma comunidade. Albuquerque, Albuquerque e Peixoto (2012) demonstraram as tentativas do governo municipal de Maceió em Alagoas, em remover uma vila de pescadores com base no argumento de que a intensa valorização econômica da área, considerada berço da cidade, é incompatível com a permanência da comunidade. Como um dos resultados obtidos, tem-se o seguinte:

Os moradores mais antigos contam que pelo menos uma centena de famílias da comunidade original se retirou logo que a prefeitura começou a “pressionar” a comunidade. Por uma questão de segurança, eles preferem não se identificar, mas denunciam a estratégia utilizada pelo poder público de aliciar moradores para minarem os esforços de articulação e mobilização da comunidade. Nos dias que antecederam a remoção, havia quem dissesse que esses “agentes” da municipalidade acreditavam que seriam contemplados com mais de uma unidade no conjunto de apartamentos, como “prêmio por sua atuação” no convencimento dos vizinhos. A violência simbólica aqui se verifica na atitude daqueles que se conformam com a imagem construída pela prefeitura e alteram sua visão de mundo. Passam a ver e crer que é melhor mudar e levar outros a fazer o mesmo. (ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE;

PEIXOTO, 2012, p. 11).

No contexto apresentado, observa-se o poder da violência simbólica motivado por uma estratégia de mercado executada pelo Estado. Nesse cenário, a ação pública de “pensar o melhor para e pela comunidade” revelou a parcialidade estatal e encontrou total correspondência ao que Maricato (2003, p.159) afirma: “quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. A lei de mercado, e não a norma jurídica determina o cumprimento da lei.” Em outras palavras, a força da parceria público-privada voltou-se para a consecução de objetivos econômicos em detrimento do interesse coletivo. E para atender tais objetivos, adotou-se a estratégia de enfraquecer a identidade social individual e coletiva da comunidade, ao fazer uso de mecanismos alicerçados na imposição de ideias como um meio para legitimar a construção de um cotidiano permeado por processos socioculturais de dominação social, que só se desenvolve através da consolidação de valores e opções políticas; do ordenamento jurídico que estabelece um padrão único e universal para toda a cidade; e das práticas decorrentes das parcerias entre Estado e iniciativa privada dissociadas da supremacia do interesse coletivo (POLLI, 2008). E é nesse lugar de injustiças que o protagonismo popular reafirma-se como ferramenta essencial para efetivação de direitos negados em um contexto urbano marcado pela segmentação social. Para Fontes (1993, p.367):

Os movimentos reivindicativos urbanos não são importantes apenas por se constituírem em instrumentos poderosos de reivindicação através da mobilização popular. As organizações populares constroem toda uma rede de solidariedade social, que se configura principalmente em fórmulas cooperativas para o estabelecimento de serviços e instalação de equipamentos urbanos não ofertados pelo setor público.

Mas, para que o protagonismo social parta de grupos sociais que experienciam a miséria urbana, é necessário o apoio estatal. Nesse sentido, no âmbito da habitação social, as intervenções públicas precisam estimular a identidade coletiva antes e após a mudança habitacional, o que só será possível através da valorização das trajetórias de vida, do saber local e do reconhecimento social dos beneficiários. Como consequência, haverá a possibilidade de se ter maior proximidade entre os moradores, o que por sua vez, faculta o fortalecimento de laços

de vizinhança pré-existentes e a criação de novos vínculos. Assim, sendo a vizinhança a base primária das associações na cidade, compreendê-la é identificar as forças que provocam a dissolução de animosidades, conflitos e tensões, oportunizando com isso, estratégias para promoção da cooperação que enseja a vivência do direito à cidade.

4 O DIREITO À CIDADE E O DIREITO À MORADIA

Direitos essenciais garantidos constitucionalmente continuam a ser violados em larga escala na realidade brasileira. É o caso da moradia, que apesar de ser formalmente considerada um direito social por ter sido positivada no artigo 6º da CF/88 através da emenda constitucional nº 26/2000, não é vivenciada por significativa parcela da população nacional, seja por não se ter uma habitação para morar ou por se ter, mas fora de critérios infraestruturais mínimos considerados essenciais ao atendimento da dignidade humana.

A habitação pode ser compreendida como a instrumentalização do direito à moradia por meio de um bem imóvel. Conforme explica Sérgio Souza (2012), pode ter caráter oneroso ou gratuito e a importância prática daquela distinção é que a perda, inadequação ou suspensão da habitação devem se dar observando-se a tutela jurídica do direito à moradia. De modo complementar, o conceito de habitação também pode ser analisado sob a perspectiva do consumo. Nesse caso, ao considerar a cidade como uma produção social em um contexto capitalista, o espaço urbano irá refletir as contradições típicas das relações entre capital e trabalho que se manifestam através de lutas e nas relações políticas (CUNHA, 2008). Em função disso, a habitação como mercadoria³⁸ irá refletir “a diferenciação entre estamentos de classe social, que se manifesta na distribuição da renda e nas formas de consumo coletivo a que as pessoas têm acesso” (PEDRÃO, 1989, p.20). Assim, as habitações que correspondem a um determinado nível de renda representam diferentes condições de consumo, que por sua vez, expressará, ao mesmo tempo, as racionalidades econômica, de distinção social e sociopolítica interativa.

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em si mesmo, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço. (LEFEBVRE, 1974 apud LIMONAD, 1999, p.73).

³⁸ “Para Max Weber, o ato constitutivo do capitalismo moderno foi a separação entre os negócios e o lar — o que significou ao mesmo tempo a separação entre os produtores e as fontes de sua sobrevivência [...]. Esse duplo ato libertou as ações voltadas para o lucro, e também aquelas voltadas para a sobrevivência, da teia dos laços morais e emocionais, da família e da vizinhança — simultaneamente esvaziando tais ações de todo o sentido de que eram, antes, portadora” (BAUMANN, 2003, p. 32).

Diante do exposto, depreende-se que moradia assume um conceito mais amplo que o de habitação. Essa evidência justifica a não recomendação do tratamento da questão da moradia fora da discussão sobre o direito à cidade, premissa que pode ser explicada pela íntima relação entre os conceitos de habitação, moradia e cidadania. Tal vinculação conceitual é explicada dentro da seguinte perspectiva: ao admitir o conceito de habitação como a instrumentalização da moradia, esta última poderá ser conceituada como a habitação que proporciona, além do significado de lar³⁹, o atendimento dos outros direitos fundamentais, incluindo a provisão adequada dos meios de consumo coletivo no espaço em que está inserida. Mas, para que o espaço onde a habitação está localizada possa proporcionar a satisfação dos referidos direitos, é necessário que integre uma cidade produzida a partir de processos interativos guiados pela consciência cidadã, que é justamente o principal determinante do direito à cidade.

Sobre o direito à cidade, apesar de ser um direito não previsto explicitamente nas legislações brasileiras constitucional e infraconstitucional⁴⁰, intui que a arena de interesses do processo decisório relativo ao espaço urbano, assim como também o controle social sobre a execução das decisões que forem ali tomadas, sejam feitos efetivamente por todos os atores sociais interessados na realidade discutida, desde que aqueles atores estejam em uma posição de paridade no que diz respeito a se ter condições para apresentar razões político-estratégicas bem definidas para as pretensões que defendem.

Esse posicionamento permite a reflexão de que o livre exercício do direito de mudar a cidade não se reduz a colocação impensada de qualquer desejo pessoal ou coletivo. Especialmente em uma realidade citadina caracterizada por não haver um espaço maior para a apreensão da cultura cívica em função da prevalência dos valores liberais (BURITY, 2001), as pretensões individuais e/ou coletivas precisam estar ainda mais atreladas à compreensão crítica da mudança social, envolvendo questionamentos que relacionem o engajamento popular ao modo como o poder público trata a problemática urbana.

³⁹ Para o homem, a moradia é mais do que abrigo e proteção: morar expressa nossa identidade (ALVES, 1993). Reforça essa perspectiva, Guimarães (2007 apud FLORES, 2010, p. 26) ao afirmar que “quando se trata a residência no sentido de lar, essa passa a ser entendida como um ninho, refúgio e proteção, e os objetos e arranjos espaciais redefinem o espaço da casa demarcado fisicamente por paredes portas e janelas.”

⁴⁰ Encontra-se de forma implícita nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e na lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Então, se a intenção é promover uma cidade sustentável em uma dinâmica capitalista, questionar as práticas atuais que dão suporte às intervenções públicas deve ser um exercício permanente. Em específico, no âmbito da luta pela moradia, é necessário erradicar ações que resultem na manutenção dos beneficiários na posição anterior à concessão da nova habitação, ou seja, à margem das tomadas de decisões que configuram a cidade.

4.1 A apropriação da condição da cidadania: elemento determinante para a vivência e transformação de direitos

Conforme anteriormente explicado, o direito à cidade pressupõe uma convivência integrada, em que a participação dos seus membros é considerada decisiva para uma gestão que contempla o atendimento eficaz do interesse coletivo no processo de mudança social. No entanto, essa participação não pode ser tratada como um simples ato de votação ou outras ações meramente mecânicas. É necessário conhecimento em uma linguagem acessível a todos e o estímulo a capacidade crítica para avaliar as discussões e estimar as consequências das intervenções públicas e privadas que serão feitas na cidade. Sobre isso, Maricato (2002, p.04), defende que:

Para erradicar o analfabetismo urbanístico seja na chamada sociedade civil, seja entre técnicos e administradores é preciso resgatar o tema do estreito círculo dos urbanistas e ampliar o vocabulário para além do hermético "urbanês". É preciso evidenciar, para as camadas populares, as estratégias das classes sociais na produção e ocupação do espaço, ou seja, nada aí é natural ou fruto do acaso. Junto aos técnicos (especialmente junto aos economistas) e políticos é preciso evidenciar o alto custo que decorre da irracionalidade na ocupação predatória e extensiva do solo urbano.

Nesse contexto urbano, o consumo também precisa ser uma prática refletida. De acordo com Canclini (2010, p.70), para que o consumo possa ser uma expressão do exercício de cidadania, é necessária "a participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos." Mas, como pode ser explicada a não existência de um ambiente fecundo para a vivência dessa consciência cidadã, a partir das perspectiva histórica relacionada ao capital?

De acordo com Abramo (1995, p. 517), "as características de cada regime de

acumulação particular inscrevem na espacialidade urbana a sua particularidade histórica e geográfica.” Como exemplo, pode-se citar a dinâmica da valorização do capital em um cenário caracterizado pelo consumo de massa (Fordismo) ou pelo consumo direcionado (Fordismo periférico). Para cada caso, as características do ambiente urbano construído serão diferentes (ABRAMO, 1995). Ou seja, as particularidades históricas e geográficas formadas pelas especificidades de cada período constituem os regimes urbanos diferentes. E para esses regimes se realizarem de forma diferenciada, precisam encontrar mecanismos sociais singulares que permitam a sua efetivação e reprodução. Isso significa que a produção e a distribuição do excedente capitalista exigem condições institucionais, culturais e sociais específicas, assim como hábitos e normas que assegurem sua reprodutibilidade (BOYÉR, 1986 apud ABRAMO, 1995).

Como desdobramento do posicionamento teórico exposto, é possível pensar que a reprodução do sistema capitalista irá sempre ocorrer de forma mais eficaz para os seus propósitos, toda vez que não houver resistência aos seus ditames na vida cotidiana. Nesta circunstância, a vivência da condição de cidadania pode emergir como potencial meio para promoção de tal resistência. E a sua importância, enquanto potencial instrumento de intervenção na constituição de regimes urbanos, pode explicar o desinteresse ao longo da história em promover a consciência cidadã. É necessário compreender como aquela resistência lastreada pela cidadania pode ser promovida. Para isso, é igualmente necessário destacar antes que o contexto movido pela perseguição da lucratividade acima da dignidade humana encontra, no plano ideológico, o seu ponto de partida. Uma forma que o capital encontra para se reproduzir ao longo do tempo está na sua reinvenção constante através de modismos⁴¹. Ou seja, ele cria tendências que incidem diretamente nos estilos de vida, ao estabelecer fronteiras entre o que é socialmente aceito ou não, segundo os seus interesses de mercado. De acordo com Carvalho e Neto (2000, p.86):

Enquanto a organização capitalista da vida social não invade e ocupa todos os espaços da existência individual, como ocorre nos períodos de emergência e consolidação do capitalismo, ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo, onde ele pode exercitar minimamente a sua autonomia e o seu poder de decisão.

⁴¹ De acordo com Cestari (2010, p.01) “compreender os modismos envolve [...] apresentar as razões pelas quais uma ideia se torna mais importante que outra numa determinada época e por que ela se difunde.”

Essa circunstância realça a importância sobre entender as relações sociais que tornam o homem um ser individual e coletivo. De acordo com Gramsci (1978 apud FALEIROS, 2014), todos modificam a si mesmos na medida em que alteram e modificam o complexo de relações de que são o centro de ligação. E ter consciência dessas relações implica transformar o conjunto de tais relações. Ou seja: conhecê-las implica poder. Diante disso, não causa estranheza que o poder advindo do conhecimento não seja um efeito desejado para os que buscam a dominação. Conforme afirma Leithäuser (2007, p. 166):

O aumento do grau de consciência, assim como a sua limitação, é algo disputado politicamente. Não apenas regimes totalitários, mas também as instituições que governam e dominam as democracias pretendem fragmentar e manter a consciência dos seus cidadãos dentro de certos limites políticos.

Então, quanto mais se tem consciência acerca da natureza das relações sociais em que se está envolvido, mais se tem resistência à imposição do mundo externo sobre as preferências individuais em relação aos recursos culturais disponíveis, cuja articulação contribui com a estruturação dos modos de expressão pessoal e de distinção social e, especialmente, com a constituição de um padrão de consumo (FILHO, 2003). Além da resistência, encontra-se o poder de transformar a realidade vivenciada. No entanto, no caso brasileiro, mesmo tendo sido garantido constitucionalmente o poder⁴² de fiscalização e avaliação das ações estatais, verifica-se que o uso dos mecanismos de controle social⁴³ ainda é apático diante do que poderia ser, se houvesse o pleno exercício da cidadania. De acordo com Coutinho (1997, p. 146):

Um dos conceitos que melhor expressa essa reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos - que melhor expressa, portanto, a democracia - é precisamente o conceito de cidadania. Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humanas abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

⁴² Segundo Pinho (2010, p. 61), este poder refere-se ao descrito no § 1º do art. 1º da CF/88 e se desdobra em dois: o poder político de participar das decisões referentes à formação dos atos normativos do Estado, e o direito público subjetivo de fazer controle da execução das decisões políticas, tanto as constituídas diretamente pelo povo como as constituídas por meio dos representantes eleitos.

⁴³ Por exemplo: sindicatos, ouvidorias, conselhos, ação popular, associação de moradores, Ministério Público, orçamento participativo, etc.

Nesse sentido, não é exagero pensar que a sociedade parece emergir de um conjunto de suposições sobre a cultura contemporânea que são tomadas como dados e quase nunca desafiadas criticamente (BARBOSA, L., 2004, p. 11). De acordo com os resultados de uma pesquisa apresentada por Correia e Ribeiro (2012, p. 159), existem incentivos gerados por contextos sociais e institucionais como:

Existência de elevados índices de violência [...] na relação entre os indivíduos e as instituições de segurança pública; [...] fortes desconfiças da população quanto a real capacidade do Estado para administrar a Justiça; [...] baixo grau de efetividade das políticas públicas no atendimento das demandas básicas da população; e [...] desigualdades sociais objetivas e subjetivas persistentes na sociedade que geram uma percepção coletiva de mundos sociais hierarquizados e distanciados. Estes elementos convergem na criação e difusão de um sentimento de insegurança e incerteza que gera um ambiente cultural dominado pela desconfiança, seja nas relações interpessoais, seja em relação às instituições, elevando consideravelmente os custos da participação sociopolítica.

Desse modo, segundo aqueles autores, a desconfiança encontra seus fundamentos em causas estruturais, culturais e institucionais. Além disso, essa mesma desconfiança guia o comportamento político do brasileiro “bloqueando a constituição de uma cidadania ativa, e, por consequência, cria impasses para a consolidação de uma democracia plena no Brasil” (CORREIA; RIBEIRO, 2012, p. 159). Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento socioeconômico dependerá tanto da qualidade da gestão pública participativa como da percepção de que níveis altos de consumo, de investimentos privados e públicos, de renda e geração de emprego estão em função, sobretudo, do nível de bem-estar social, que por sua vez, depende da qualidade da provisão dos meios de consumo coletivo e, essencialmente, da compreensão que indivíduo tem de si mesmo enquanto cidadão.

Uma vez explicado que o espaço urbano é um produto social e possui íntima relação com o consumo dentro da lógica capitalista, para que haja uma transformação social orientada pelos critérios de justiça e equidade sociais, o exercício do direito à moradia não deve continuar a ser reduzido a uma mudança de habitação e nem o direito à cidade reduzido ao acesso ao consumo de bens e serviços disponíveis no espaço urbano. Ambos os direitos precisam ser vivenciados envolvendo a possibilidade de participação e responsabilização popular na construção e transformação contínua da realidade urbana que vivenciam. E para tal objetivo, é fundamental a apropriação da condição de cidadania, que por sua vez,

conforme explica Portilho (2010, p.192), não deve se restringir ao acesso a direitos previamente reconhecidos, mas voltar-se também para a capacidade de redefinição da noção de direito, por meio da apreensão da ideia do direito a ter direitos, ou seja, deve-se buscar a invenção de novos direitos que emergem de lutas específicas e práticas concretas no cotidiano.

4.2 Pobreza, trabalho precarizado e suas implicações sobre o acesso à moradia

O Brasil ainda está longe de vencer índices consideráveis de pobreza, como os divulgados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano 2013 (ADH 2013)⁴⁴. Neste documento, que baseia-se em valores referentes ao ano de 2010, os percentuais da população brasileira que vivencia a pobreza estão assim discriminados: 6,62% em estado de extrema pobreza⁴⁵; 15,20% em estado de pobreza⁴⁶; e 59,76% em estado de vulnerabilidade à situação de pobreza. Estes números, em especial, o de vulneráveis, confirmam a importância da análise crítica e mais detalhada sobre o recorte social estudado. Isso porque, como se pode garantir a sustentabilidade do desenvolvimento humano, se as melhorias conseguidas em termos de qualidade de vida não são consistentes por permitirem o retorno a condição de vida anterior com relativa facilidade?

A vulnerabilidade é considerada a partir do resultado desfavorável da relação entre a disponibilidade de recursos [...] da população e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais, que proveem do Estado, do mercado e da sociedade civil. [...] A situação de vulnerabilidade, aliada às turbulências socioeconômicas, ocasiona uma grande tensão entre os grupos sociais, o que agrava diretamente os processos de inclusão social e, em algumas situações, alarga o processo de exclusão e/ou a qualidade da inclusão. (AVELINO; CAVACANTI; LYRA, 2008, p.20).

Dentro desse cenário nacional, chama-se atenção para o reiterado debate nos últimos meses envolvendo a 'expansão' da classe média, como já mencionado em capítulo anterior. Mais uma vez, destaca-se a importância de se considerar a análise da composição da renda, e não apenas o valor absoluto da renda familiar auferida para afirmar a mobilidade ascendente entre classes sociais. Basta contrastar a

⁴⁴ Os dados informados sobre a pobreza foram extraídos da plataforma para consulta: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/>.

⁴⁵ Renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais.

⁴⁶ Renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.

situação de grupos sociais que passaram a contar com uma fonte de renda ou com o aumento da que já possuíam através de benefícios governamentais e/ou por meio de “bicos” (ocupações precárias⁴⁷), com a realidade que expressa o padrão estimado da classe média. Em outras palavras, o aumento da capacidade de consumo de bens e serviços por grupos sociais em situação de pobreza não significou que estes últimos passaram a integrar efetivamente a classe média brasileira. Sobre isso, Quadros (2008 apud ABÍLIO, 2011, p.05) elucida que:

Em poucas palavras, nas condições brasileiras, um autêntico padrão de classe média pressupõe o acesso, com recursos próprios, a educação de qualidade; cursos de idiomas; viagens internacionais; convênios médicos abrangentes; moradias diferenciadas; alguma das diversas modalidades de segurança pessoal; serviços pessoais especializados, tais como, psicólogos, dentistas, oculistas, fisioterapeutas, nutricionistas e etc. Reforçando que, em geral, tudo isso deve ser alcançado sem depender das redes públicas de serviços sociais bastante sucateadas. O que, convenhamos, esta muito distante das condições da sofrida “classe C”, que no máximo pode ser classificada como remediada ao se diferenciar da massa de pobres e miseráveis.

Em uma esfera mais ampla, toda essa circunstância também reafirma a necessidade de reflexão sobre como estão sendo orientadas as políticas sociais voltadas para o combate da desigualdade de renda e da pobreza: se vislumbrando a futura autonomia das famílias beneficiadas ou se possuem apenas um intuito meramente assistencialista. Além disso, em uma sociedade cada vez mais marcada pela ascensão do setor de serviços, por jornadas de trabalho mais extensas sem regulamentação e pela terceirização de empregos, é importante pensar também sobre como aqueles grupos podem se manter em faixas maiores de renda, se estão completamente sujeitos a um conjunto de transformações econômicas e políticas que propiciam a diminuição da eficácia dos direitos sociais e incentivam formas contratuais de trabalho constantemente reinventadas para gerarem o mínimo custo possível, sendo este último, principalmente, obtido com a omissão de direitos trabalhistas.

Em relação aos motivos pelos quais as pessoas se decidem por ocupações precárias, além das explicações já bem conhecidas, como as relacionadas com a falta de escolaridade que atenda ao nível de qualificação exigido para empregos formais que oferecem melhores condições de trabalho, Luce (2013, p. 184)

⁴⁷ Definidas por Miyata e Suzuki (2012), como as atividades de baixa remuneração principalmente ligadas ao setor de serviços.

explica que aquela decisão pode não se dar apenas pela sobrevivência, mas, em muitas situações, também pela vontade de possuir bens e serviços que vão sendo considerados necessários para sociabilidade⁴⁸ continuamente criada com o capitalismo.

Dessa circunstância pode-se depreender que o capitalismo cria modismos destinados ao fortalecimento do mercado, usando como tática o estabelecimento do que traz ou não prestígio social. E como um dos desdobramentos dessa tendência de consumo posta, em alguns contextos sociais, chega-se a não reconhecer alguém como consumidor, se ele não possuir acesso ao consumo de bens classificados que trazem aquele prestígio social criado pelo mercado (YACCOUB, 2011, p.209). Nesse caso, o próprio entendimento basilar sobre o que é consumidor sofre distorções, como se a aquisição e uso de bens e serviços que não são convencionados como elitizados não constituíssem consumo.

Assim, os roteiros de consumo postos pelo mercado, que objetivam influenciar o comportamento do consumidor e também o seu entendimento sobre pertencimento social, faz com que a aquisição de um bem específico que representa aceitação no meio em que se vive, torne-se uma meta de vida a ser atingida. Tal meta passa a justificar, inclusive, endividamentos que comprometem a totalidade da renda familiar disponível. Em outras palavras, o consumo nessas situações pode ser visto como um fator de distinção social sob a perspectiva do capitalismo, em que o pertencimento depende da aquisição de um bem normalmente mais apreciado pelo seu valor de troca do que de uso. É o que explica McCracken (2003 apud YACCOUB, 2011, p. 216), quando afirma que “o indivíduo compra com a finalidade de pertencer e fazer parte de um estilo de vida ideal. A compra tem a qualidade de evocação desse pertencimento”.

E ao analisar a relação entre consumo e habitação sob a lógica da sociedade capitalista contemporânea, sendo a habitação considerada um bem que expressa valor simbólico e provoca a diferenciação de grupos segundo o prestígio convencionalmente socialmente, percebe-se que aquela valoração possui uma relação direta com a formação do preço do imóvel. Assim, mesmo sendo a moradia um direito social, ou seja, possui um caráter universalizante, a propriedade ou a posse regular de um imóvel que apresente condições básicas

⁴⁸ De acordo com Boudon (1995, p. 82), “um círculo de sociabilidade reúne indivíduos, mas não individualidades. E não os reúne com o propósito específico que não seja o de reuni-los.”

satisfatórias para habitação ainda podem ser considerados como um privilégio para poucos no contexto brasileiro. Com isso, percebe-se que a dinâmica na qual a questão da moradia está envolvida é fortemente orientada pela lógica do mercado imobiliário, realidade que se não tiver a intervenção estatal, produz continuamente mais segregação e exclusão.

Sobre esses dois últimos conceitos aplicados ao espaço urbano, Gordilho (2000 apud DE LA MORA; VILAÇA, 2004, p.05) os define da seguinte maneira: enquanto a segregação consiste na “separação da população no espaço habitacional por classes sociais relacionadas à renda, em localizações distintas, com características físico-ambientais diferenciadas”; o termo exclusão é definido como sendo a “privação do direito dos benefícios urbanos individuais e coletivos”. Assim, tanto a segregação como a exclusão são efeitos diretos da lógica do capital e da omissão estatal, combinação que estabelece quem tem direito à cidade.

A vivência de um direito é deixada praticamente a mercê das forças do mercado imobiliário, de modo que as famílias em estado de pauperização e sem a assistência do Estado, passam a buscar assentamentos irregulares e precários para constituição de seus lares, potencializando ainda mais as fronteiras entre ricos e pobres em um mesmo espaço urbano e a desigualdade quanto ao acesso de equipamentos comunitários e urbanos.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países, como entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel. Esse é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente, correlato a ela estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego, e mesmo o emprego mal remunerado. (CORREIA, 1995, p. 29).

De outro modo, o problema deixa de ser apenas a insuficiência do número de moradias dignas e passa a ser também a insegurança provocada pela falta de propriedade do imóvel. No entanto, é fundamental destacar que a segurança que a propriedade oferece não se confunde com as formas existentes para se garantir o direito à moradia. Sobre essa diferença, o Ministério da Cidade⁴⁹ esclarece que não

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/planejamento-urbano/1618-fac->

há dúvidas de que a propriedade de um imóvel que constitui moradia de uma família garante a proteção contra atos de terceiros. Mas essa proteção do direito à moradia não depende unicamente da propriedade, porque aquele direito pode ser exercido de outras formas, como por exemplo, por meio do aluguel de um imóvel. E para que os grupos excluídos dos privilégios sobre a distribuição espacial da cidade possam ter a posse e/ou a propriedade regulares de uma habitação no contexto socioeconômico nacional atual, precisam recorrer aos benefícios da política social de habitação.

Diante da dinâmica de exclusão capitalista associada com as limitações da abrangência e da eficácia dos benefícios sociais, têm-se duas consequências diretas: a potencialização do déficit habitacional e o surgimento de assentamentos precários. Sobre o déficit habitacional, é definido, segundo Garcia e Castelo (2006 apud CAIXA, 2012, p.22), como sendo “uma fotografia que mostra o excesso de população que necessita de habitações. Ou seja, é o excedente entre a demanda e oferta de um bem de caráter social.” Complementar a esta afirmação, tem-se o entendimento da Fundação João Pinheiro (2014, p.07) acerca do déficit habitacional como sendo “a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.”

De acordo com Furtado, Krause e Neto (2013), em um estudo feito para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verificou-se entre os anos de 2007 e 2012 que houve redução do déficit habitacional, por este último passar de 5,59 milhões de domicílios em 2007 para 5,24 milhões de domicílios em 2012. No entanto, neste mesmo documento, quando se analisa a composição do referido indicador por faixa de renda para os mesmos anos de referência, verifica-se que a redução do déficit ocorreu apenas para as famílias com renda maior que três salários mínimos e, principalmente, para as que possuem renda maior que dez salários mínimos. Esse resultado confirma que o déficit habitacional continua sendo majoritariamente mais grave nos estratos que representam níveis mais baixos de renda.

Quanto ao surgimento de assentamentos precários compostos por habitações estruturalmente inadequadas⁵⁰, derivam-se das práticas da autoconstrução das [regularizacao-fundiaria](#)>.

⁵⁰ Em Araújo e Azevedo (2007, p.248), tem-se que inadequação estrutural é definida pelos domicílios improvisados, pelas moradias rústicas e pelos cortiços. Ou seja, aqueles que não apresentam um padrão infraestrutural mínimo capaz de oferecer qualidade de vida compatível a dignidade humana.

moradias, da ocupação de espaços inadequados para se morar; e da posse irregular do espaço através de ocupações forçadas. De acordo com Rolnik (2009):

A falta de moradia, todavia, não é a única maneira pela qual as pessoas têm negado o seu direito à moradia adequada. Dados do UN-Habitat revelam que mais de um bilhão de pessoas, um terço da população mundial, vivem em assentamentos precários e favelas, sem acesso a serviços básicos e sem condições de vida adequadas. O impacto dessas precárias condições de vida e a conseqüente falta de reconhecimento legal ou administrativo vão além da privação material e ambiental impostas aos moradores das favelas. Viver em assentamentos não regularizados deixa os moradores sem o usufruto de um amplo espectro de outros direitos humanos, civis e políticos, ou econômicos, sociais e culturais.

Incrementa esta problemática, a evidência de que a renda das famílias que habitam tais moradias procede, principalmente, de ocupações no âmbito da informalidade. Conforme explica Smolka (2003 apud CAFRUNE, 2010, p. 201), a regularização fundiária do solo urbano se faz urgente, porque a informalidade não é considerada apenas efeito da pobreza, mas também causa, na medida em que a população que se encontra em ocupações informais está implicada em uma realidade marcada por círculos viciosos que reiteram a condição de pobreza.

5 O MOVIMENTO POPULAR COMO DETERMINANTE PARA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

A formalização constitucional dos direitos sociais na contemporaneidade não se deu por acaso na dinâmica das contradições na sociedade capitalista: é fruto de movimentos sociais que pleiteiam a consolidação de uma vida digna. De acordo com Gonh (1991, p.15), especialmente na segunda metade da década de 80, a conjuntura política brasileira foi modificada pela reestruturação na política pública⁵¹ na esfera social. Segundo aquela autora, a participação dos movimentos sociais passa a incidir efetivamente no desenho daquelas políticas, porque consolida-se “o ideal da participação enquanto fórmula de gerenciamento dos negócios do Estado”.

Nesse contexto, os movimentos sociais deixam de ser eventos marginais, ao perderem o caráter meramente contestador “para ganharem um caráter legalista, ordenador e participante das novas regras estabelecidas para o convívio social” (GONH, 1991, p. 15). Com efeito, os conflitos gerados pelo questionamento, sobretudo, da qualidade de vida urbana como mercadoria, promovem mudanças substanciais no processo decisório público ao chamar atenção para a cidade que se quer viver e que não pode ser tratada como um mero investimento. Essa mobilização constrói-se no decorrer do agravamento do panorama urbano brasileiro, marcado por um êxodo rural expressivo entre 1940 e 1991, quando a população urbana passou de 31,2% para 75% do total da população nacional. Acrescenta-se a esta problemática, a falta de planejamento estatal e de assistência social, o que fez com que as cidades brasileiras crescessem desprovidas de infraestrutura mínima, uma das explicações para a segregação espacial que passou a se intensificar ao longo dos anos seguintes (SAULE JÚNIOR; UZZO, 2009).

O processo de urbanização começou no Brasil na década de 1930 e teve seu auge na década de 1970, sendo que durante esse período diversas Constituições foram promulgadas – 1934, 1937, 1946, 1967 e a Emenda nº. 1 de 1969. No entanto, até o momento em que a Constituição Federal de 1988 entrou em vigor não existiam dispositivos constitucionais específicos para guiar o processo de desenvolvimento territorial e de gestão urbana. (FERNANDES, 2008, p.04).

A mobilização social relacionada ao problema da moradia encontrou

⁵¹ De acordo com Secchi (2013, p. 09), “independente do nível de análise ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público.”

oportunidade para expressar suas demandas no processo Constituinte da CF/88. Nessa ocasião, as forças populares puderam articular suas pretensões e promover uma vigorosa ofensiva contra poderosos *lobbies* das forças conservadoras pós-1964, o que levou a criação, em janeiro de 1985, do Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU (SAULE JÚNIOR; UZZO, 2009), cuja atuação seria responsável pelo “capítulo⁵² [...] introduzido na Constituição de 1988 que estabeleceu as bases jurídico-políticas para a promoção da reforma urbana no País” (FERNANDES, 2008, p.04).

É possível localizar na década de 1980 um momento de amadurecimento de um discurso inovador em torno da política urbana, que ocorreu no bojo do processo de redemocratização do país, que se tornou conhecido como Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Este movimento foi articulado em torno dos nascentes movimentos sociais de luta por moradia, parte dos novos atores políticos que surgiam no país naquele momento, pressionando por reformas em várias áreas do Estado. Os novos movimentos sociais foram atores fundamentais no processo de redemocratização brasileira nos anos seguintes e foram um fator fundamental para a criação de um tónus político para a negociação e aprovação de uma série de mudanças institucionais posteriores. (CYMBALISTA; NAKANO; ROLNIK,p.06).

Outros avanços foram viabilizados por meio do MNRU, que em 1987, se tornou o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU), configuração vigente até os dias atuais. Foi especialmente através da resistência dessa articulação que os movimentos sociais pela moradia digna ampliaram seus objetivos ao passarem a lutar também “pelo acesso à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à cidade, constituindo-se numa luta emancipatória da população como sujeito de direitos” (FERREIRA, 2012, p. 01). Ou seja, é nesse momento que concretiza-se o entendimento de que a discussão da moradia não pode ser tratada de forma pontual: ela precisa estar vinculada com a discussão do direito à cidade, o que por sua vez, envolve o atendimento dos outros direitos sociais, como educação, saneamento, lazer e saúde. No esteio dessas transformações que consolidavam novas formas de se pensar a cidade, emerge a necessidade de aperfeiçoar a relação dialógica entre a população e a gestão pública urbana local. É a partir dessa pretensão, que se passa a buscar a autonomia do governo municipal para o planejamento da cidade, demanda que viria a ser formalizada na CF/88⁵³ e, posteriormente, na legislação infraconstitucional, especialmente com a lei nº 10.257 de 2001, o Estatuto da Cidade.

⁵² O capítulo da CF/88 destinado à política urbana, que reúne os artigos 182 e 183.

⁵³ A CF/88 estabeleceu em seu art. 182, que a política de desenvolvimento urbano será executada pelo poder municipal e o plano diretor, que a orienta, deve ser aprovado também pelo município.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações brasileiras que lutam por cidades melhores para todos nós. São movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana. O que isso quer dizer? Significa que precisamos lutar por políticas que garantam direitos básicos de todos, como moradia de qualidade, água e saneamento, transporte acessível e eficiente. Estamos organizados em todas as regiões do Brasil. Nosso trabalho é mobilizar pessoas e entidades para mudar as injustiças das nossas cidades. O FNRU se fundamenta a partir de três princípios fundamentais. O primeiro deles é o Direito à Cidade. Achamos que todos os moradores das cidades têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, a saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Para que isso tudo aconteça na prática, nos focamos em nosso segundo princípio, a Gestão Democrática das Cidades. Ou seja, os cidadãos têm que participar das decisões fundamentais para o futuro das cidades. As prefeituras e Câmaras de Vereadores devem abrir o diálogo com a sociedade antes de decidir os destinos da cidade. Nosso terceiro princípio tem a ver com os outros dois: acreditamos na Função Social da Cidade e da Propriedade. O espaço das cidades tem que servir, antes de tudo, aos interesses coletivos das grandes majorias. (FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA).

No entanto, ao mesmo tempo que a CF/88 configura o Brasil como um Estado Social⁵⁴ ao positivar direitos e garantias voltados para a proteção social⁵⁵, fato que colocou o referido diploma “em contemporaneidade com os anseios da sociedade brasileira após 42 anos de vigência da Constituição Federal de setembro de 1946, última promulgada sob regime democrático” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011, p.01), na prática, também acompanhava-se a não efetivação plena daquelas conquistas constitucionais em função da prioridade econômica a serviço do modelo neoliberal consolidado globalmente. É o que evidencia Ferreira (2012, p. 01), quando afirma que as “políticas neoliberais que incidiram sobre toda a América Latina e, especialmente no Brasil, a partir da década de 80, agravaram o quadro da [...] crise urbana, decorrente da redução de gastos nas políticas sociais e do desemprego em massa”. Esse cenário caracterizado pela ineficácia dos dispositivos constitucionais arduamente conquistados reforça ainda mais a luta pela moradia. No entanto, a especificidade principal desse novo momento de luta é a organização estratégica das pretensões dos movimentos sociais urbanos no campo da moradia, que passam a objetivar uma política específica de habitação popular. De acordo com Ferreira

⁵⁴ Segundo Netto (2015), “a Constituição de 1988 consagrou direitos políticos essenciais, abriu caminho para se repensar direitos civis e, sobretudo, ampliou o leque dos direitos sociais no país. Com todas as desigualdades e assimetrias, creio que se pode dizer que no pós-1988 tivemos formalmente a institucionalização da cidadania moderna no Brasil”.

⁵⁵ De acordo com Tonella (2013, p.30), a Constituição foi tratada como progressista, ao reconhecer formalmente novos direitos e criar novos mecanismos de participação política ao lado dos tradicionais procedimentos da democracia representativa, como o de controle social.

(2012, p.01):

No Brasil, à luta pela redemocratização e elaboração da Constituição Cidadã de 1988, sucedeu-se a luta dos movimentos sociais urbanos por uma política voltada para a habitação popular. Assim, na década de 90, os movimentos de moradia construíram uma proposta de iniciativa de lei de criação de um Fundo Nacional de Habitação Popular, visando à implementação de uma política nacional de habitação de interesse social.

Mas, esse pleito só seria atendido após uma década. De acordo com Tonella (2013), a aprovação em 2005⁵⁶ do Projeto de Lei nº 2.710/92 que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular (SNHIS) foi decisivo para a consolidação da luta por moradias de interesse social, porque resultou na lei federal nº 11.124/05 “que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor, criando as condições legais e institucionais para a consolidação do setor habitacional como política de Estado” (TONELLA, 2013, p.33).

É importante destacar, que as iniciativas para se ter políticas para habitação de interesse social não são exclusivas da década de 90. De modo geral, segundo Arantes (2009, p. 116), periodiza-se a provisão habitacional em duas fases. A primeira consiste “no fornecimento da moradia pelas empresas (as vilas operárias), reduzindo as despesas arcadas diretamente pelos trabalhadores, mas debitando-as no seu salário”; já a segunda fase, “a formação de um excedente de mão-de-obra torna desnecessária a fixação do trabalhador à empresa, que passa a transferir a responsabilidade de provisão da moradia e serviços urbanos para o próprio trabalhador e para o Estado”. De acordo com o referido autor, é desse modo que o problema da “periferia” passa a ser aprofundado, onde “aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, compõem o local de residência da mão-de-obra necessária para o crescimento da produção.

Mas, é no período da era Vargas (1930 – 1954) que se tem a primeira intervenção estatal em prol da habitação de interesse social no Brasil. Os mercados de produção de imóveis, de comercialização como também de aluguéis passam a ser regulados pelo governo como uma estratégia para a promoção de uma sociedade de cunho urbano-industrial capitalista (OLIVEIRA, 1971 apud BONDUKI, 1994). E entre as principais medidas implementadas por esse governo em relação à questão habitacional, podem ser citadas as seguintes:

⁵⁶ Nesse período, encontrava-se vigente o governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O decreto-lei do inquilinato em 1942, que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações. (BONDUKI, 1994,p.01).

Todas as conquistas mencionadas serviram de base para se ter no período atual, o enfrentamento do cenário nacional de desigualdade socioespacial através de um arcabouço técnico e jurídico voltados para o planejamento e para o controle da ocupação de áreas urbanas, atingindo, sobretudo, espaços ilegalmente ocupados e os grupos sociais que encontram-se em estado de “marginalização” nos centros urbanos. De acordo com Fagnani:

Entre 2007 e 2010, houve maior articulação entre a política econômica e a política habitacional. Destaca-se a decisão da área econômica de ampliar a capacidade de endividamento de Estados e municípios para a contratação de operações de crédito voltadas à habitação popular. Da mesma forma, foram adotadas medidas de desoneração tributária, que estimularam o setor da construção civil. Essas medidas foram fundamentais para viabilizar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC Habitação, lançado em 2007, veio reforçar os instrumentos de política habitacional. Como medida anticíclica visando a enfrentar a crise financeira internacional de 1988, foi lançado o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Houve inequívoco aumento do patamar de investimentos no setor. Todavia, mais uma vez, parcela reduzida desse montante foi destinada aos extratos de menor renda. Finalmente, o governo da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2011, segue os rumos trilhados pelo antecessor.

Outros marcos legais imprescindíveis para a promoção da habitação social dentro do plano de reordenação urbana nacional, são: a lei nº 11.977/09 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e também a recomendação ao Ministério das Cidades para instituição da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos trazida pela Resolução nº 87/09. Como aplicação dessas leis, tem-se os programas públicos voltados para habitação advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como o “Comunidade Cidadã” e o PAC Beberibe. No entanto, apesar da existência dessas iniciativas legiferantes e de seus desdobramentos em programas e ações em diferentes esferas governamentais, observa-se que a eficácia dos referidos diplomas legais ainda não consegue evitar o desenvolvimento desigual das cidades. Até mesmo o plano

diretor⁵⁷, que é a unidade mais básica de planejamento local, costuma não ser efetivamente posto em prática na maioria dos municípios. Como exemplo, tem-se o caso representativo de Recife:

Aprovado em 2008, o Plano Diretor do Recife virou uma peça de ficção. Com validade de dez anos, corre o risco de caducar sem nunca ter sido efetivamente implantado. Em todos esses anos, o principal documento de ordenamento urbano da capital ficou à espera de leis complementares que nunca foram regulamentadas. Na prática, perdeu a sua eficácia. O hiato deixado pela inutilidade da legislação só fez o desafio aumentar. Regiões como o Pina, na Zona Sul, e Santo Amaro, no Centro (para citar dois alvos recentes do interesse imobiliário), repetem uma lógica de expansão saturada. E o recifense segue vendo, diariamente, a cidade crescer à revelia, sem planejamento e condenada a reproduzir os erros de sempre. Na época em que o Plano Diretor foi aprovado, a promessa da gestão municipal era a de que a regulamentação aconteceria num prazo máximo de dois anos. O tempo passou e quase nada foi feito. O custo da inércia é alto. O Recife é uma das capitais do Nordeste com um dos maiores déficits habitacionais, amargando uma carência de quase 63 mil moradias. (CARVALHO, 2014).

Diante disso, percebe-se que um dos problemas estruturais relacionados com o desenvolvimento urbano é o desafio de fazer valer os instrumentais legais já disponíveis que dão suporte ao planejamento urbano e sua execução. Observa-se um círculo vicioso formado pela inércia do legislativo e do executivo na esfera municipal potencializado por um controle social ainda pouco conhecido e/ou posto em prática, consolidando uma engrenagem formalmente democrática, mas que em verdade possui mais “direitos-em-princípio do que direitos-em-uso” (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003, p. 138). Diante dessa circunstância, reafirma-se mais uma vez a emergência da efetivação do direito à cidade e a importância da mobilização popular nesse processo.

5.1 O tratamento público dado ao problema habitacional na cidade do Recife nos últimos anos

Divide-se a cidade do Recife em seis Regiões Político Administrativas (RPA). De acordo com a lei municipal nº 16.293 de 1997⁵⁸, essa divisão ocorre para “efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento governamentais”. Em termos de estrutura, cada RPA subdivide-se em

⁵⁷ De acordo com Silva (1995, p. 124), é plano, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município.

⁵⁸ Dispõe sobre as Regiões Político-Administrativas do Município do Recife.

três microrregiões, sendo cada uma composta por um grupo de bairros. O objetivo de cada microrregião é o de tornar possível a definição das intervenções municipais e a articulação com a população. Na tabela 01, tem-se de forma discriminada a composição de cada RPA, segundo a legislação municipal citada.

Tabela 01: as Regiões Político Administrativas do município do Recife

	MICRORREGIÕES		
	MICRORREGIÃO I	MICRORREGIÃO II	MICRORREGIÃO III
RPA's	Bairros	Bairros	Bairros
RPA 1	Recife, Santo Amaro.	Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Soledade.	Coelhos, Ilha Joana Bezerra.
RPA 2	Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho, Torreão.	Água Fria, Alto Santa Terezinha, Bomba do Hemetério, Cajueiro, Fundão, Porto da Madeira.	Beberibe, Dois Unidos, Linha do Tiro.
RPA 3	Aflitos, Alto do Mandu-Sítio Grande, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço, Santana, Tamarineia, Sítio dos Pintos-São Brás.	Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição, Vasco da Gama.	Brejo da Guabiraba, Brejo do Beberibe, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Macaxeira, Nova Descoberta, Passarinho, Pau Ferro.
RPA 4	Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi.	Engenho do Meio, Torrões.	Caxangá, Cidade Universitária, Várzea.
RPA 5	Afogados, Bongí, Mangueira, Mustardinha, San Martin.	Areias, Caçote, Estância, Jiquiá.	Barro, Coqueiral, Curado, Jardim São Paulo, Sancho, Tejipió, Totó.
RPA 6	Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina.	Ibura, Jordão	Cohab-Ibura de Cima.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis na lei municipal do Recife, nº 16. 293/97.

Além da configuração trazida pelas RPAs, o município do Recife, por meio da lei municipal que regula o uso e ocupação do solo, lei nº 14.511 de 1983, também estabeleceu zoneamentos. Dentre as zonas existentes, tem-se as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são definidas no inciso II do art.

14 do referido diploma legal, como sendo “áreas de assentamento habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária”. Essa definição é complementada pelo que estabelece o inciso II do art. 2º de outra lei do mesmo município, a lei nº 16.113 de 1995, voltada para o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), cuja redação é: “poderão ser consideradas Zonas Especiais de Interesse Social, [...] as áreas destinadas a programas habitacionais de Interesse Social”. É importante destacar que Recife é o município pioneiro na aplicação das ZEIS e possui hoje 66 zonas. Em relação ao seu objetivo, a criação das ZEIS possui o seguinte propósito:

Tem como objetivo incluir no zoneamento da cidade áreas com padrões específicos de urbanização, com exigências mais brandas para áreas ocupadas irregularmente para fins de moradia, a fim de facilitar o processo de regularização jurídica das mesmas [...]. Essas exigências devem ser estabelecidas para cada caso específico, tendo em vista que cada ocupação pode ter características particulares não compartilhadas com outras áreas. (ARANTES et. al., 2012, p. 124).

Por outro lado, mesmo considerando a importância do zoneamento de interesse social como um instrumento para regularização da porção da cidade que se desenvolve na informalidade, são observadas críticas sobre o seu uso. Os argumentos contrários baseiam-se, principalmente, na diminuição do valor do imóvel na área da ZEIS e na impossibilidade de uso do terreno para empreendimentos imobiliários destinados aos segmentos populacionais mais abastados.

A demarcação desse tipo de ZEIS em locais desocupados é mais difícil porque esse tipo de proposta gera conflitos com os proprietários dos imóveis inseridos nesses locais. Com a aplicação desse instrumento, tais proprietários passam a ter menos possibilidades de aproveitamento do solo urbano. Trata-se de uma restrição de uso que afeta diretamente o valor do imóvel. Em outros casos, o conflito ocorre com agentes do mercado imobiliário que tem interesse em usar as áreas demarcadas como ZEIS para outros tipos de empreendimentos destinados a grupos sociais com maior poder aquisitivo. As ZEIS podem sofrer, também, oposições por parte dos moradores da vizinhança que entendem, erradamente, a aplicação desse instrumento como a perpetuação de habitações precárias que, por sua vez, são vistas como fatores de incomodidade e de desvalorização imobiliária (CYMBALISTA; NAKANO; ROLNIK, p. 21).

Sobre o desenvolvimento humano no município de Recife, segundo os

dados do ADH 2013, demonstra-se que houve um aumento no Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M)⁵⁹ de 34,03% nas últimas duas décadas, mas ainda abaixo da média de crescimento nacional que é de 47% e da média de crescimento estadual que é de 52%. Sobre a concentração de renda, não se verificou melhoras, já que o Índice de Gini⁶⁰ variou para mais entre os anos de 1991 a 2010, passando de 0,67 para 0,68 a partir de um patamar já considerado desfavorável. Essa situação pode ser relacionada com os dados contidos na Tabela 02, onde se tem que 20% da população mais rica concentrou a maior parte da renda do município ao longo de mais de dez anos. Esse contexto provoca distorções consideráveis em termos de bem-estar social, principalmente por criarem um círculo vicioso que reflete a manutenção da baixa porcentagem de renda apropriada entre os 80% mais pobres em relação aos 20% mais ricos.

Tabela 02: Percentual da renda apropriada por estratos da população - Recife

	1991	2000	2010
20% mais pobres	1,80	1,83	1,91
80% mais pobres	28,65	28,24	27,47
20% mais ricos	71,35	71,76	72,53

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013.

Sobre a composição da renda e, em específico, o percentual derivado de rendimentos do trabalho⁶¹, precisa ser observado quanto a qualidade das ocupações: se precarizadas ou não. Respaldam esse entendimento, Salata e Scalon (2012, p. 391) ao defenderem que a importância dessa verificação é a de permitir melhor identificar a atual situação das pessoas “pelo componente causal específico de suas chances de vida, na medida em que esse componente é representado, exclusivamente, por interesses econômicos, na posse de bens e oportunidades de rendimentos, sob as condições do mercado de produtos ou do

⁵⁹ Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal: preocupasse com o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, ajustada para o município. Quanto mais próximo o resultado de 1, melhor o desenvolvimento humano.

⁶⁰ Mede o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Seus resultados variam de 0 a 1, onde 0 representa a situação de total igualdade (todos possuem a mesma renda) e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (uma só pessoa detém toda a renda do lugar).

⁶¹ De acordo com a metodologia da PNAD, esse rendimento do trabalho considera os rendimentos dos empregados, dos empregados domésticos, de empregadores e dos que trabalham por conta própria.

mercado de trabalho.” Cohn (2013, p. 108) acrescenta a esse entendimento, a importância da mesma verificação para a classe média em função da ampla tendência de precarização das condições de trabalho. Segundo a referida autora, a classe média tradicional “vem há muito sofrendo um processo de crescente proletarização, seja vinculada ao serviço público, seja ao setor privado. Proletarização esta vinculada não ao valor do salário mínimo, mas à precarização das condições e dos contratos de trabalho.”

Com base no exposto, os dados apresentados na Tabela 03 revelam que o percentual de composição da renda referente aos rendimentos do trabalho formal em ambas as esferas de análise, Brasil e Recife, decaem ao longo do período considerado. Sobre isso, tomando novamente como exemplo a discussão sobre a expansão da nova classe média, Pochmann (apud COHN, 2013, p. 109) alerta que apesar de ter havido aumento na capacidade de consumo em função do efeito renda⁶² “a nova classe média não vem acompanhada da redistribuição da propriedade, o que lhe impõe sérios limites para que siga prosperando.”

Tabela 03: Percentual da renda familiar derivado do trabalho formal

	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho formal		
	1991	2000	2010
Brasil	84,26	76,55	74,32
Recife	78,53	71,06	67,34

Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela ADH 2013.

Esse contexto quando relacionado ao problema do déficit habitacional em Recife, que apresentou uma redução de 9,4% em 2011 para 8,4%⁶³ em função da queda do número de domicílios considerados precários segundo a Fundação João Pinheiro (2014), permite a interpretação de que não se pode garantir que aquela redução foi acompanhada por melhorias consistentes e estruturais envolvendo a qualidade de vida da população como um todo.

⁶² De acordo com Varian (2000, p. 149), o efeito renda consiste no aumento da demanda de um bem quando a renda aumenta.

⁶³ Dados disponíveis no documento intitulado Nota Técnica 1 – Déficit Habitacional no Brasil de 2011 a 2012, publicado em junho de 2014 através da Fundação João Pinheiro.

5.2 O PAC Beberibe e a provisão habitacional

O PAC Beberibe, lançado em 2007 com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, não se restringe ao problema habitacional. Contempla também outras prioridades infraestruturais, como obras de eletrificação e pavimentação, voltadas para o desenvolvimento da área da bacia do rio Beberibe, zona norte do município de Recife, onde inúmeras famílias continuam a viver em condição de miséria (Figuras 01, 02 e 03). De acordo com a Secretaria de Infraestrutura (2012)⁶⁴ do governo estadual de Pernambuco:

A área da Bacia do Rio Beberibe apresenta [...] uma população total que se aproxima dos 590 mil habitantes distribuídos ao longo de seu pequeno território, transformando-a em uma área predominantemente urbana e de alta densidade demográfica, com cerca de 7.300 hab/km². Registra a maior concentração de assentamentos de baixa renda da RMR, espalhados em áreas de risco, em morros e alagados e apresenta os menores índices de atendimento em infraestrutura urbana. O Rio Beberibe, situado na Região Metropolitana do Recife, é um dos mais poluídos do Estado de Pernambuco, em decorrência do déficit de saneamento básico de Olinda e Recife e tem seu curso comprometido pela ocupação informal das encostas que o margeiam. [...] os assentamentos precários instalados em encostas e nas margens do rio, contribuem decisivamente para a contaminação de suas águas e aumento de doenças de veiculação hídrica devido à falta de saneamento básico.

Com relação ao tratamento da questão habitacional, o PAC Beberibe absorveu o programa anterior, o Prometrópole, por este último não apresentar recursos suficientes para cobrir a totalidade dos projetos habitacionais planejados. Hoje, de acordo com a Prefeitura do Recife, mais de 500 famílias foram beneficiadas com novas habitações pelo PAC Beberibe. E uma particularidade da execução desse programa, diz respeito ao fato de todos os habitacionais terem sido construídos no seio da cidade. Como uma das características do espaço urbano recifense é a de “não apresentar uma segregação geográfica marcante, mas distâncias sociais bem acentuadas” (BITOUN et al., p.03), a população beneficiária encontra-se no meio de manifestações cidadinas que fundem hábitos de áreas consideradas valorizadas e desvalorizadas pelo mercado imobiliário.

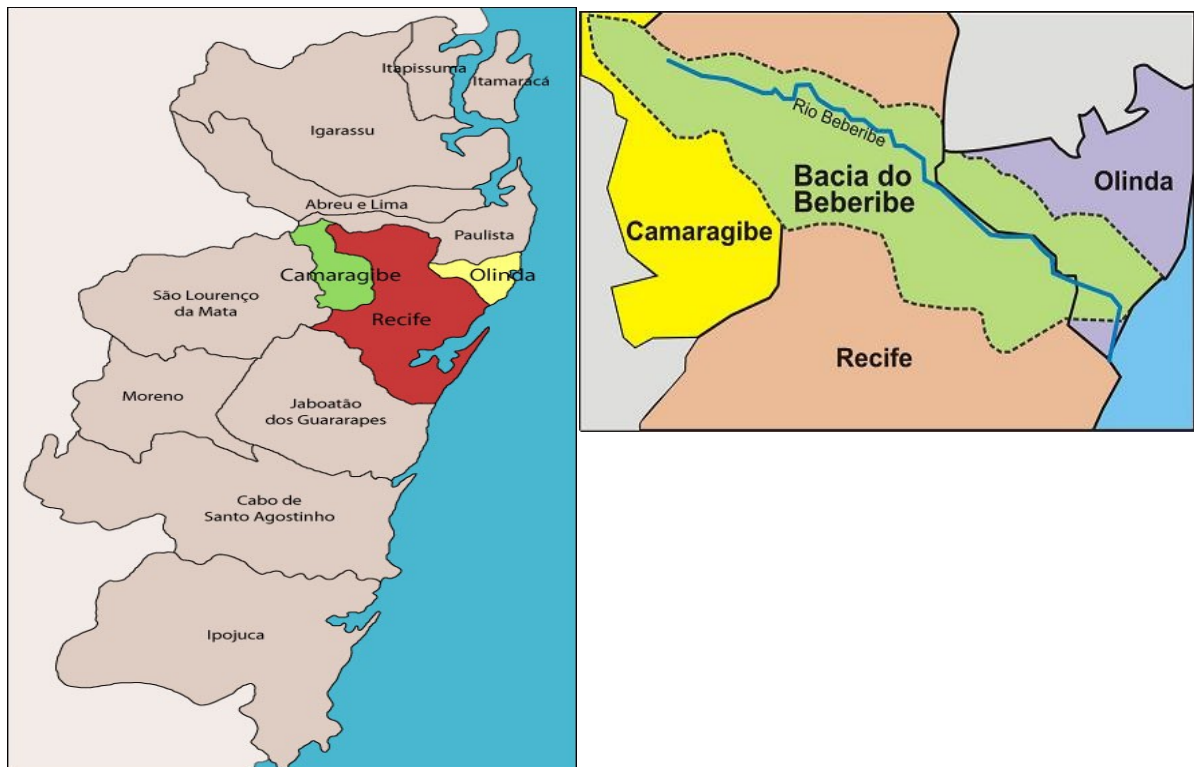
Com investimento total de R\$ 146 milhões, o PAC Beberibe é um programa de saneamento integrado desenvolvido pela Secretaria de Saneamento [...] ao longo da bacia do Rio Beberibe. Vai beneficiar, diretamente, cerca de 120 mil moradores de dez bairros da zona norte da cidade, a exemplo do Arruda,

⁶⁴ Beberibe - Dragagem e Características. Disponível em: <http://www.sirh.srh.pe.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=419>.

Beberibe e Campina do Barreto. Retomado pela atual gestão no ano passado, o projeto prevê obras de pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário em dez bairros da zona norte, o que inclui a remoção, até o final do ano, de 1.496 famílias ao longo da bacia do Rio Beberibe. Além desses dois conjuntos, serão entregues mais 13 habitacionais ligados ao PAC Beberibe, sendo um ainda este mês, e o restante até dezembro. (RECIFE, 2014).

Assim, em um ambiente citadino onde ainda há o desencorajamento em exercer o direito de decidir sobre a cidade que se quer viver, especialmente, por causa de um regime urbano que incita um consenso em prol da não interferência na dinâmica do mercado imobiliário, cujas criações mais eminentes são, sem dúvida, as que abarcam a ressignificação de uma localidade de desvalorizada para valorizada em um curto intervalo de tempo com a legitimação do poder público e sem uma análise de impacto especialmente sobre a dimensão social da área da intervenção; é fundamental identificar se as famílias atendidas pelo programa de habitação social passaram efetivamente a viver a cidade e a interferir em sua configuração a partir da apropriação da cidadania.

Figura 01: A bacia do Beberibe e sua interseção com os municípios de Camaragibe, Recife e Olinda.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura – Governo do Estado de Pernambuco.

Figura 02: Ambiente de habitação às margens do rio Beberibe



Fonte: Guga Matos – JC Online.

Figura 03: Tipos de habitação na área de intervenção do PAC Beberibe.



Fonte: Guga Matos – JC Online.

6 O SENTIDO DADO À VIVÊNCIA DO DIREITO À CIDADE DO RECIFE PÓS MUDANÇA HABITACIONAL

6.1 Dados descritivos e discussão

6.1.1 Sobre os moradores entrevistados

A amostra desta investigação é composta por dez moradores de habitacionais do PAC Beberibe, que foram elencados a partir da técnica bola de neve. Todos os entrevistados possuem tempo de residência no habitacional social menor que dois anos e a maioria residia em habitações precárias às margens do rio Beberibe. Sobre as condições de moradia anterior, apenas três moravam em autoconstruções feitas em alvenaria e não estavam sujeitos aos alagamentos provocados pelo período de cheia do rio Beberibe. Todos os demais afirmaram ter vivido em palafitas.

Em relação ao gênero e ao estado civil, sete são mulheres, todas são mães e moram com seus filhos, mas apenas três continuam casadas. Dentre os três homens pesquisados, somente um é solteiro e não possui filhos. Todos os entrevistados possuem o ensino fundamental e só um continua estudando (está concluindo o nível médio).

Sobre a situação ocupacional, três trabalham e declararam realizar serviços no setor informal. Os demais disseram apenas viver com renda proveniente do bolsa família e/ou de aposentadorias de familiares que trouxeram para morar no habitacional, exatamente pensando na complementação da renda, fato que pode explicar a afirmação de alguns entrevistados dividirem o mesmo apartamento com mais parentes além do núcleo familiar que construíram. Ou seja, trouxeram também mães, pais, tios, tias, irmãos, primos e sobrinhos. Acerca do título de propriedade do imóvel, três responderam possuir tal documento e um não possui por ter apenas a posse decorrente do contrato de aluguel que estabeleceu com o verdadeiro morador beneficiário do programa de habitação. Já os demais, afirmaram ainda estar esperando essa regularização que garante o acesso ao solo urbano como prevê a lei nº 11.977 de 2009⁶⁵.

⁶⁵ Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e altera outros decretos.

6.1.2 Sobre os habitacionais sociais pesquisados

Os dois habitacionais sociais pesquisados possuem menos de dois anos de existência e estão localizados no Arruda, bairro que faz parte do RPA 2 e encontra-se na zona norte do Recife. Ambos serão identificados neste trabalho com os nomes fictícios de Bezerras e Ponta de Pedras, para preservar ainda mais a identidade dos entrevistados. São derivados do PAC Beberibe e os apartamentos que os constituem foram doados para famílias que moravam em condições precárias às margens do rio Beberibe. Em relação ao perfil do bairro sob o critério do segmento populacional por nível de renda, pode-se concluir que é uma área que mescla construções e equipamentos públicos que evidenciam a presença de diferentes classes sociais. Essa configuração espacial atual encontra explicação nas raízes da formação do bairro em questão, que já apresentava um relativo desenvolvimento em 1922, por possuir, por exemplo, dois cinemas e maxambomba⁶⁶ que foi substituída no mesmo ano pelo bonde elétrico (BARBOSA, V., 2009).

Da década de 1920 até a de 1960, o bairro, em franco desenvolvimento, teve uma grande concentração de casas comerciais, consultórios médicos e inúmeras modificações na estrutura social e na configuração do espaço urbano. Entretanto, a sua infraestrutura urbana apresentava problemas comuns à maioria dos bairros recifenses no que diz respeito à necessidade de ruas asfaltadas e de saneamento. O grande destaque do bairro é o Estádio José do Rego Maciel, do time Santa Cruz Futebol Clube. [...] Em 2000, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do bairro do Arruda era de 13.434 habitantes. (BARBOSA, V., 2009).

A transformação dos aspectos históricos dinamizada especialmente pela especulação imobiliária, que recria o valor dos espaços urbanos segundo as vontades do mercado imobiliário, faz com que o bairro do Arruda seja representativo de uma particularidade importante da cidade do Recife: a tendência da maioria dos habitacionais sociais está localizada em áreas onde não há uma forte demarcação entre espaços considerados nobres e pobres. Essa característica, que evidencia que os contrastes sociais da cidade convivem juntos, pode ser verificada no entorno dos habitacionais pesquisados, por estes últimos contarem com ruas pavimentadas, eletrificação e saneamento e, ao mesmo tempo, dividirem espaço com favelas, supermercados como o “Bompreço”, lojas de departamento, pequenas vendas

⁶⁶ Pequena locomotiva para transporte de pessoas.

improvisadas, o Estádio José do Rego Maciel (Estádio do Arruda) e outros habitacionais privados na mesma área.

Em específico, o habitacional Bezerras possui duas entradas. E a menos de dez metros de distância de uma delas, são encontradas casas que podem ser consideradas de alto valor pelo mercado imobiliário por possuírem piscina, primeiro andar, muros altos com detalhes em mármore e toda uma estrutura que demonstra planejamento arquitetônico. No entanto, no outro lado do habitacional, tem-se inúmeras habitações feitas com madeiras, papelão e outros materiais que sinalizam o improvisado e o não uso de materiais adequados para construção residencial. O mesmo ocorre no entorno do habitacional Ponta de Pedras, onde em uma mesma área observa-se uma favela dividindo espaço com galeria comercial, academia de pilates, casas e edifícios voltados para as classes mais abastadas. Toda essa configuração espacial marcada pela proximidade entre favelas e construções planejadas onde habitacionais estão localizados, pode ser visualizada na figura 04.

Em relação à estrutura dos habitacionais, o Bezerras possui mais de 40 vagas de estacionamento, uma área de lazer comum e mais de cinco blocos. Cada bloco possui mais de vinte apartamentos distribuídos em quatro andares. Já o habitacional Ponta de Pedras é menor, mas possui também estacionamento e uma área de lazer. Os apartamentos de ambos habitacionais possuem a mesma planta e contam com 41m² de área construída dividida da seguinte maneira: dois quartos, um banheiro, uma sala com a cozinha e área de serviço integradas. Cada beneficiário recebe um manual contendo informações e orientações sobre a planta do apartamento e os direitos e deveres do morador. Todos os apartamentos estão ocupados e foram distribuídos através de sorteio feito pela prefeitura do Recife, sem levar em consideração aspectos como vizinhança e possíveis dificuldades de acessibilidade dos moradores.

De acordo com a prefeitura do Recife, as comunidades atendidas foram escolhidas em função tanto da precariedade das habitações que residiam (agravada nos períodos de cheia do rio Beberibe) como do objetivo de revitalizar a área da bacia do Beberibe. No entanto, como consequência da não consideração das especificidades de cada família beneficiária, um entrevistado relatou possuir um familiar com problemas graves de locomoção, mas mesmo informando essa necessidade aos agentes da prefeitura, o apartamento que recebeu não ficou no térreo do bloco. Com medo de perder a oportunidade da nova habitação, resolveu

6.2 A busca pela apreensão do Discurso

Para Orlandi (1994, p. 52), o discurso refere-se aos “efeitos de sentido entre locutores”. Ou seja, o discurso supõe um sistema significativo e deriva-se da “relação desse sistema com sua exterioridade, com a história, já que sem a história “[...] não há sentido”. Assim, o que se realizou neste trabalho foi uma compreensão do significado das falas dos entrevistados (ORLANDI, 1994), envolvendo suas trajetórias, suas histórias de vida. Histórias que para o caso específico das famílias moradoras dos habitacionais do PAC Beberibe, estão relacionadas com a cidade do Recife, uma capital de um estado nordestino, com um cotidiano urbano marcado pelo contrastes sociais, pelo desemprego, pela moradia em palafitas e por uma população segmentada em diferentes camadas: desde as mais precarizadas da classe trabalhadora até as mais elitizadas.

É importante destacar, que o estudo do discurso nas narrativas obtidas se fez sem seguir um roteiro procedimental criado por autores que são referência em AD. No entanto, foi guiado especialmente pelas seguintes premissas: (i) o discurso é tudo aquilo que possui forma e produz sentidos para os sujeitos; (ii) no processo de externar suas histórias, os sujeitos criam suas imagens e projetam significações (ORLANDI, 1994). Então, sob essas assertivas, foram considerados como discurso: as falas, o modo de falar, os gestos e até mesmo o silêncio em momentos de perceptível emoção do entrevistado durante o esmiuçar de suas memórias. Uma outra expressão do discurso também considerada, foi a captada pela observação direta, *in loco*, dos seguintes aspectos: a forma como o habitacional está sendo cuidado pelos moradores; a forma como os moradores organizam seus pertences dentro e fora de suas habitações; e a forma como se posicionam diante da prefeitura e dos outros moradores do entorno dos habitacionais pesquisados.

6.2.1 O consumo coletivo como mediador do processo de integração social entre a cidade e as famílias beneficiadas

6.2.1.1 Hábitos de consumo

O contexto anteriormente apresentado, revelador da questão social urbana na contemporaneidade da sociedade capitalista brasileira e caracterizado pela

proximidade entre espaços e imóveis considerados valorizados e desvalorizados, faz com que todas as famílias que residam no bairro do Arruda, independente do nível de renda que possuam, fiquem em uma mesma posição quando se considera a disponibilidade de bens e serviços privados e públicos no local. No entanto, torna-se visível o distanciamento entre aqueles grupos de moradores quando se considera a oportunidade de acesso aos bens e serviços ofertados pela iniciativa privada, especialmente, aqueles que apresentam melhor qualidade e os que suprem determinados serviços públicos ainda providos de modo ineficiente, como os de saúde e de educação.

Em específico, sobre os equipamentos comunitários e urbanos na área, os moradores beneficiários quando questionados se houve mudança de algum hábito de consumo coletivo provocado pelo novo cotidiano, ressaltaram a satisfação em relação aos serviços de saneamento e eletrificação que estão tendo oportunidade experimentar no habitacional. Inclusive, alguns moradores estão usufruindo tais serviços pela primeira vez. Apenas dois entrevistados disseram ter contado com água encanada na antiga habitação. No entanto, a maioria relatou que são altos os custos desses serviços, especialmente o da energia elétrica. Em função disso, alguns relataram estar inadimplentes e queixaram-se por não contarem com uma tarifa social especialmente para o serviço de eletrificação.

Quando procurou-se saber sobre transportes coletivos, atendimento médico, lazer e escolas, declararam que a mudança apenas ocorreu no trajeto percorrido para acessá-los, por estarem agora residindo em outro endereço. Em específico, sobre o uso de ônibus, a maioria respondeu que andam mais “a pé”, porque consideram o preço da passagem alto e, por causa disso, não podem utilizar com frequência esse serviço que está disponível bem próximo aos dois habitacionais. Em relação ao atendimento médico, a maioria continua utilizando o mesmo posto de saúde perto do antigo local de residência e, quando necessário, utilizam os hospitais públicos. Já sobre os espaços de lazer na cidade e escolas, afirmaram manter os mesmos hábitos anteriores, como a participação em eventos públicos no centro da cidade e passeios em praias na região metropolitana do Recife. Acerca das escolas, apenas um entrevistado mantém o filho em uma instituição educacional particular. Todos os outros, fazem uso de escolas municipais.

Em relação aos bens e serviços ofertados pela iniciativa privada como alimentos, gás e outros artigos para uso doméstico, os moradores beneficiários

apresentaram basicamente duas opções para atender as necessidades de consumo no ambiente que hoje residem: ou buscam outras formas de pagamento como o “fiado”; ou procuram obter em outros lugares, os substitutos próximos⁶⁷ dos bens que atendem suas necessidades com preços mais baixos. Acerca disso, quando os moradores entrevistados de ambos habitacionais foram questionados sobre onde adquiriam os produtos necessários para alimentação e manutenção da casa, todos afirmaram não ter condições de fazer compras em mercados de pequeno porte, muito menos nos supermercados próximos, de modo que solucionam essa questão comprando o que precisam em comerciantes informais nas proximidades de onde moravam antes do habitacional. Sobre esse contexto, seguem algumas falas significativas dos entrevistados:

*“Vou todos os dias pra Campina [bairro Campina do Barreto]. Lá eu consigo no menino comprar minhas coisas. Aqui não tenho condições de comprar minha feira.”
(Inácio, 65 anos)*

*“Eu compro fiado o que dá com aquele menino ali⁶⁸. A gente se vira como pode. E pago a ele com o dinheiro da aposentadoria da minha mãe. Trouxe ela pra morar comigo, porque tô sem serviço. Só sou eu e ela aqui.”
(Roberta, 43 anos)*

Do discurso obtido nos relatos dos entrevistados acerca do modo como lidam com o consumo doméstico e de alguns bens e serviços coletivos (como exemplo, os serviços de saúde e pequeno comércio) após a mudança habitacional, e igualmente com relação à integração aos novos espaços de moradia, suas falas expressam forte ligação com a vizinhança antiga. Tais ligações parecem prevalecer acima de qualquer dificuldade, revelando certa resistência à apropriação deste novo território de moradia, ou seja, o do habitacional e seu entorno.

Pode-se extrair também que o posicionamento dessas pessoas frente a esse outro lado da cidade que estão vivendo, expressa um sentido de acomodação e não

⁶⁷ De acordo com Varian (2000), dois bens podem ser considerados substitutos próximos quando o aumento (ou diminuição) do preço de um deles provoca o aumento (ou diminuição) da quantidade demandada do outro.

⁶⁸ Um vendedor informal de frutas e verduras disponibilizadas em uma barraca improvisada nas proximidades do habitacional.

de transformação (FREIRE, 1967), já que a integração social com o meio urbano, segundo o que estabelece o direito à cidade, não se efetivou. Como apenas foi proporcionada a nova habitação, os meios de trabalho não sofreram mudanças e, tampouco, a forma como os moradores compreendem a condição de cidadania. O poder aquisitivo dos moradores permaneceu o mesmo da situação da antiga moradia.

Diante disso, os serviços e bens privados com melhor qualidade existentes principalmente no entorno do habitacional, continuaram praticamente inacessíveis. E em relação aos serviços públicos e os derivados de concessões públicas, como o transporte coletivo, também não se identificou nos discursos falados um uso similar em relação aos outros moradores de outros imóveis que estão no mesmo espaço dos habitacionais pesquisados. Diante disso, os entrevistados caminham no lugar de utilizar o transporte coletivo, por não haver condições para o acesso frequente dessa opção de mobilidade no cotidiano.

Diante dessa situação, observa-se que o consumo coletivo se concretiza de forma diferente para realidades distintas em um mesmo espaço urbano, situação que obstaculiza a possibilidade de provocar a integração social. Isso porque, as diferentes classes sociais não se 'encontram' durante as práticas de consumo coletivo, principalmente no sentido de não se reconhecerem como iguais enquanto membros criadores da mesma cidade. A reprodução dessa situação confirma que as intervenções públicas em prol da moradia acontecem sem combater a segregação, a acomodação. Pelo contrário, estas últimas continuam a acontecer, só que em um novo endereço.

Por outro lado, mesmo os entrevistados se autodeclarando como pobres, os tipos de objetos que possuem e a forma como são organizados no apartamento, revelam hábitos típicos da sociedade de consumo contemporânea⁶⁹. Como exemplo disso, nos apartamentos que puderam ser adentrados, verificou-se eletrodomésticos modernos e móveis em bom estado de conservação. Percebeu-se também que os apartamentos visitados possuíam uma cortina entre a sala e os demais cômodos, de modo que na sala ficavam os melhores objetos expostos, enquanto que do outro lado da cortina, onde ficam os quartos, o banheiro, a cozinha e a área de serviço, são

⁶⁹ De acordo com Livia Barbosa (2004, p.14), "a sociedade de consumo caracteriza a sociedade moderna contemporânea. A cultura material e o consumo são elementos fundamentais de qualquer sociedade. Mas apenas a nossa tem sido caracterizada como uma sociedade de consumo. O que significa dizer que o consumo está preenchendo entre nós, uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução comum".

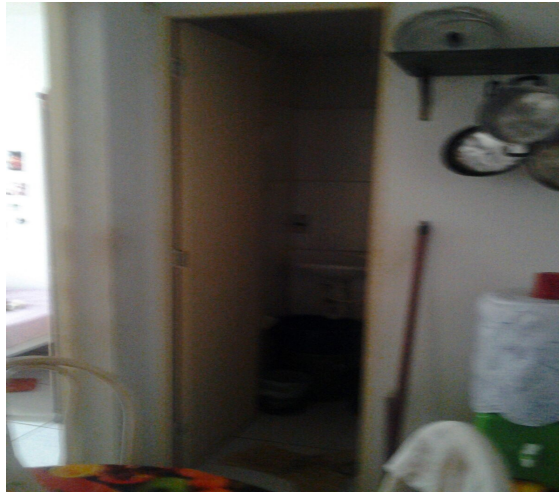
colocados os objetos que estão depreciados (Figura 06).

O próprio mercado faz com que produtos como televisão, geladeira e outros eletrodomésticos sejam feitos com insumos com menor durabilidade e envolvendo sistemas elétricos cuja compreensão está cada vez mais restrita às empresas autorizadas pelo fabricante. Isso tudo reflete a descartabilidade como estratégia de mercado para se ter ganhos contínuos e maiores através da venda de garantias de funcionamento do bem, da reposição de tais bens em menor tempo e, fundamentalmente, para se garantir o consumo de modelos mais avançados lançados no mercado.

No contexto moldado por essa lógica, é possível inferir que até mesmo as pessoas mais preocupadas com o que consomem e para qual finalidade consomem, tenderão a adquirir bens com modelos mais modernos em um curto espaço de tempo. Assim, a demanda pelos “últimos modelos” não escolhe classe social. E isso se deve a introjeção de conceitos que levam a aceitar a rápida descartabilidade dos bens e o consumo como forma de obtenção de prestígio social. Em outras palavras, essas observações evidenciam claramente a sociabilidade criada pelo capitalismo, onde os modismos postos pelo mercado lançam a ideia de que a distinção e a pertença sociais estão condicionadas ao consumo de certos tipos de bens e serviços.

Fora do apartamento e, portanto, no entorno dos prédios, antenas parabólicas, veículos automotores e bicicletas estacionados compõem o ambiente (Figura 07). Estes bens foram confirmados pelos entrevistados como pertences de moradores do habitacional. É importante destacar, que os moradores beneficiários saíram de um estado de miserabilidade e, por causa disso, se presume que não possuem em tão pouco tempo (menos de dois anos), condições de adquirir e manter alguns bens específicos como carros (Figura 08).

Figura 06: Organização da mobília em um apartamento do habitacional do PAC Beberibe



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 07: Bens como antena parabólica e veículos automotores dos moradores



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 08: Estacionamentos dos habitacionais – PAC Beberibe



Fonte: arquivo pessoal.

Por outro lado, não se quer dizer com isso, que as famílias beneficiárias, durante o período que estão morando no habitacional, não possam ter se reintegrado à estrutura econômica a partir de ocupações menos precarizadas e modificado seu padrão de renda e, portanto, de consumo. O que se pretende ao evidenciar essa constatação, é a observação de outra prática: a de que aqueles veículos e outros serviços, como o de televisão a cabo e internet, não sejam de moradores beneficiários do PAC Beberibe, mas de outras pessoas que alugaram os apartamentos daqueles últimos e que talvez não possuam em suas trajetórias de vida, a mesma vivência daqueles moradores em habitações precarizadas. Essa

hipótese foi levantada por ter entre os entrevistados, um locatário que não residia antes em favela. Segundo esse entrevistado que mora há alguns meses no habitacional, essa é uma prática comum e todos relataram que o aluguel do imóvel assim como a sua venda são ações proibidas pelo programa habitacional.

Essa informação provoca a reflexão sobre o motivo pelo qual um beneficiário alugaria o seu imóvel tão “sonhado” em tão pouco tempo de uso, já que ambos os apartamentos dos habitacionais foram entregues para população há menos de dois anos. Um dos caminhos possíveis para se ter uma explicação coerente para esse evento, talvez possa ser o de tentar compreender como está sendo o processo de rearticulação de vida urbana após a mudança habitacional. Essa rearticulação corresponde aos novos processos interativos dos moradores em setores do cotidiano como trabalho, vida doméstica e, principalmente, vizinhança.

6.2.1.2 A rearticulação da vida urbana em setores do cotidiano como trabalho, vida doméstica e vizinhança

Dentre as informações obtidas durante a pesquisa *in loco*, chamaram atenção os relatos da sensação dos sujeitos se sentirem jogados e abandonados no habitacional pelo poder público; da saudade da convivência na antiga habitação; e da vontade de mudança assim que receberem o documento que garante a propriedade do imóvel doado. Sobre os dois últimos relatos, se devem principalmente a um conjunto de dificuldades de convivência atribuídas ao modo como foi feito o arranjo das famílias beneficiárias, que contemplou grupos diferentes na área de intervenção do programa, a bacia do Beberibe.

Segundo os entrevistados, aquele arranjo configurado por “gente de toda qualidade” contribuiu para a atual falta de entrosamento entre os moradores e para formação de outros 'territórios' dentro do próprio habitacional, identificados por uma espécie de classificação dos prédios segundo critérios como organização, desorganização e risco⁷⁰. Revelam essa dificuldade de interação, declarações como as abaixo apresentadas:

“Tem hora que aqui fica cheio de maconheiro, principalmente, quando vai anoitecendo. Nesse horário eu não saio de casa.

⁷⁰ Risco por reunirem, de acordo com os entrevistados, moradores considerados mais agressivos e ligados ao uso de drogas.

Tenho medo pelas minhas filhas. Uma é mais em casa, mas a outra é muito cheia de amizade que não gosto. Quero me mudar logo.” (Maria, 37 anos)

“Já quebraram as patas do meu cachorro três vezes. Aqui o povo é muito ruim. Quando tenho que passar fora de casa uns dias, deixo ele preso aqui no apartamento mesmo. É melhor que deixar ele lá fora.” (Roberta, 43 anos)

“Só tenho amizade com duas vizinhas aqui. Com o resto não quero nem papo.” (Ana, 28 anos)

Em função desse clima, o ambiente passou a ser caracterizado pela rivalidade e pelo receio com consequência direta sobre o bem-estar de todos, na medida que propicia o medo da interação e, especialmente, desestimula o espírito cooperativo na busca por soluções junto à prefeitura do Recife, ação que ajudaria a reverter sensações como a descrita no primeiro relato mencionado. Apenas dois entrevistados declaram sentir alívio por estarem morando hoje no apartamento doado e livre da possibilidade de “dormir entre ratos e lama”

Em relação à saudade da vida anterior, esse sentimento foi manifestado pela maioria dos entrevistados, ao ponto de afirmarem que apesar do apartamento ser bom, o entregariam se lhes fosse dada a oportunidade de voltar a viver como antes. Ao buscar saber sobre suas trajetórias de vida, foi possível perceber que para os que sentiam saudade, a memória de um cotidiano vivido em um contexto de inegáveis adversidades materiais parece ter sido sublimado (e não negado), por lembranças afetivas vinculadas com processos relacionais tanto com outras pessoas como com detalhes do ambiente da antiga moradia.

Como exemplo de lembranças envolvendo processos sociais interativos, tem-se as relações conjugal e parental formadas e/ou terminadas naquele período. Uma entrevistada relatou sentir mágoa do novo modo de vida, porque para ela, o término do seu casamento se deve à mudança habitacional. Segundo suas percepções, o novo ambiente propiciou a inserção de novas pessoas na vida doméstica do casal. É importante ressaltar que alguns entrevistados quando ocuparam aquela área às margens do rio Beberibe, afirmaram nada possuir, nem mesmo companhia. E aos poucos novas sociabilidades foram sendo geradas a partir daquele contexto. Isso explica o fato de considerarem fortes, especialmente, as lembranças de algumas parcerias desfeitas pelo falecimento da pessoa ou pela dissociação voluntária.

Com relação aos exemplos de memórias associadas com os detalhes do ambiente da antiga moradia, destacam-se a referência a uma árvore frutífera que foi plantada com cuidado, uma igreja “pertinho” assiduamente frequentada, uma criação de pequenos animais deixada para trás e até mesmo um cômodo da antiga habitação que foi construído com mais esforço por ter sido feito com um material melhor e, portanto, com mais “capricho”. Um caso que exemplifica bem a relação estreita estabelecida com a composição do ambiente vivenciado antes, diz respeito a um entrevistado que só concordou com a mudança se deixassem o animal de estimação ir junto, o que não era permitido, segundo ele, pela prefeitura do Recife. No entanto, após reclamar insistentemente, conseguiu autorização para se mudar com o animal, que é considerado membro da família e não pode ser fotografado de modo algum em função da crença de que “o tempo de vida do animal cessa com a reprodução de qualquer imagem dele”.

“Nico' é como um filho. Ninguém tira ele de mim. Jamais ia me mudar sem ele. Pedi ao prefeito [Geraldo Júlio] chorando, ele viu me sofrimento e deixou Nico 'vim simhora' comigo. As moças da prefeitura vieram aqui em casa depois pra verem Nico e elogiaram como ele é limpo. Não dá trabalho e não incomoda ninguém.” (Paula, 60 anos)

Além dessas lembranças essencialmente afetivas, a maioria dos entrevistados fizeram menção à luta que travaram para sobreviver naquelas condições. Nessas declarações, fica claro que reconhecem e, portanto, não negam a insalubridade do local da habitação anterior, mas, mais uma vez, a lembrança torna-se positiva, porque na história de vida que contam, se enxergam como “heróis da resistência” em uma realidade extremamente adversa. É como se pinçassem e transmutassem determinados aspectos objetivos e subjetivos daquela realidade concreta e adversa para uma esfera onde aqueles aspectos de alguma forma se justificam pela capacidade de superá-los. Para esse tipo de recordação, a frase mais ouvida foi a de que “apesar de todo sofrimento, se viveu muita coisa”. No relato que se segue, percebe-se o sentimento de gratidão e o reconhecimento do esforço paterno, como uma memória mais expressiva que as lembranças difíceis trazidas pelos problemas típicos de todo assentamento precário urbano.

“Tenho saudade do meu pai que é falecido. Ele trabalhou por muitos

anos como vendedor. [nesse momento, a voz da entrevistada passou a refletir a emoção da lembrança e não demorou muito para continuar a narrativa chorando] Foi ele que construiu com muito esforço a nossa casinha em Campina e deixou ela pra mim e meus irmãos. Vivi minha vida toda ali. Criei minha filha lá. Mas agora ela [a casa] não existe mais e minha filha foi embora pra vida fácil, deixando meu neto pra eu criar. Foi muita luta.” (Paula, 60 anos)

No campo ocupacional, os entrevistados que declararam vontade de trabalhar, reclamaram que tanto a proibição da prefeitura de se ter algum tipo de comércio na área do habitacional, como também o novo ambiente urbano vivenciado, dificultam a realização das atividades que serviam para conseguir alguma renda. De acordo com um morador, antes era possível realizar “bicos” na própria comunidade. Assim, lavagem de roupas, venda de batata frita, pastéis, detergente, cloro e pequenos serviços como ferro velho, consertos de móveis e de eletrodomésticos eram consumidos pelos próprios vizinhos.

Ao que tudo indica, a solidariedade entre vizinhos e as condições que viviam sustentavam a realização daquelas práticas simples de comércio. Situação não encontrada no ambiente do habitacional, por não existir mais aquele espaço de sociabilidade. Por exemplo, foi relatado que antes era possível “lavar roupa pra fora”, porque havia aceitação da roupa ser lavada à mão. Era algo comum, um hábito comunitário. Já no atual ambiente de moradia, não é tão simples conseguir ter uma demanda como a anterior. O serviço da lavagem de roupas tornou-se uma atividade impraticável, segundo um entrevistado, porque não existe o entrosamento de antes entre vizinhos e para conseguir novos clientes no entorno do habitacional, tem que dispor de máquina de lavar e de produtos mais caros, como amaciantes e sabão em pó com marcas melhores. Apenas três moradores afirmaram que o novo contexto não influenciou sobre os meios de trabalho que realizam para se sustentarem. Um deles afirmou que continua no antigo negócio, uma pequena borracharia próximo ao local da residência anterior que não foi afetada pela remoção das casas feitas pela prefeitura. Com relação aos outros dois, um declarou prestar serviço como vigilante e o outro, como cuidador de idosos.

As declarações obtidas acerca do nível de escolaridade e das experiências em ocupações informais quando confrontadas com as atuais exigências do mercado formal de trabalho, sugerem que o ambiente comunitário pode ser considerado uma alternativa para os entrevistados obterem meios de sobrevivência. Desse modo,

percebe-se que os laços de proximidade e a interação que constituem a vizinhança, ganham especial significância no processo de participação na estrutura econômica de famílias em estado de pobreza.

Por outro lado, mesmo as relações de vizinhança não tendo se desenvolvido nos habitacionais pesquisados, foi possível perceber que alguns moradores trouxeram familiares que não residiam com eles na habitação anterior, como uma forma de aumentar a renda familiar. Essa intenção foi declarada e diante dela, tornou-se possível pensar a mudança na estrutura da convivência familiar. Alguns entrevistados afirmaram ter trazido irmãos e outros parentes para morarem juntos. Essas alterações impactam de alguma maneira sobre a vida doméstica e constroem novas formas associativas tendo como fato gerador, o mero objetivo de complementação da renda. Segundo um entrevistado, moram com ele mais seis pessoas e todos trabalham.

Outros grupos familiares descritos durante as entrevistas são constituídos por uma avó que sozinha cuida das netas; duas irmãs que moram juntas com seus filhos e sem companheiros, sendo uma delas do interior; casais separados para que um deles continue mantendo outro barraco em outro local objetivando indenizações pelo Estado; um homem que mora sozinho no apartamento, enquanto seus filhos moram em outra comunidade. Em resumo, há uma diversidade de formatos de grupos familiares, onde a atual configuração encontra de algum modo, explicação na tentativa de lidar melhor com o novo cotidiano urbano proporcionado pela habitação social, especialmente através do aumento da renda familiar.

Com base no exposto, percebeu-se no discurso falado dos entrevistados e também em momentos de silêncio, um sentimento de afastamento, de separação. Os moradores expressaram através de suas declarações, a ideia de não estarem integrados ao novo ambiente do habitacional, de não estarem à vontade. Tanto, que o processo de rearticulação ao novo meio não está se dando de forma satisfatória: eles sempre retomam o local de moradia anterior para realização de atividades cotidianas. Assim, reafirma-se que a integração social se faz através do processo de rearticulação com a vida urbana em setores do cotidiano como trabalho, vida doméstica, vizinhança, entre outros, configurando um clima de coesão social, de se sentir parte da cidade e o reconhecimento dos direitos de todos.

Quando a integração social com a cidade é pensada a partir do consumo, o compartilhamento de bens e serviços coletivos e o acesso aos produtos e serviços

privados precisam estar contextualizados em um ambiente produzido pela cidadania, pela compreensão da cidade como um espaço de todos e para todos. Se isso não acontece, os processos interativos tendem a deixar de ser associativos para se tornarem dissociativos, gerando estigmas que reverberam sobre a classificação de espaços da cidade, como: “esse lugar é de pobre”, “esse lugar só tem ladrão”, “esse lugar é apenas pra rico”. Tais rótulos fazem com que a cidade seja fatiada sob o critério do status social, contrariando, dessa forma, a ideia de uma cidade sustentável e de uma realidade urbana que precisa ser pensada conjuntamente.

6.2.2 Articulação e defesa de interesses coletivos entre as famílias moradoras dos habitacionais pesquisados

Apesar de relativamente novos, os dois habitacionais pesquisados já apresentam sinais que denunciam, por exemplo, a falta de cuidado com a limpeza do espaço de convivência entre moradores e a necessidade de manutenção de suas infraestruturas. Além disso, a violência, a falta de portões para evitar o livre acesso de não moradores nos habitacionais e a qualidade dos espaços de lazer são outros aspectos que tem causado preocupação para as famílias entrevistadas. No entanto, mesmo existindo os problemas evidenciados, não há uma articulação entre moradores que mobilize esforços para solucionar tais dificuldades. O que se percebe, são 'territórios' dentro do próprio habitacional, onde a articulação, quando existe, restringe-se ao ambiente do prédio de residência. Ou seja, envolve apenas moradores do prédio com objetivos de melhorias para o prédio.

Uma consequência disso, é a perceptível diferença entre a apresentação de um prédio para outro. Como pode ser observado na figura 07, uns possuem pequenos jardins, conjunto de caixas para correspondências personalizadas com chaves para cada morador, varais comunitários, cercas de madeiras pintadas no *hall* de entrada, entre outros detalhes que os diferenciam e expressam não só algum nível de articulação, mas também a desarticulação quando se pensa o habitacional como um todo. Essa postura dos moradores ficou clara, quando foram questionados sobre as formas de articulação entre eles e também se morariam em outro prédio. Três responderam enfaticamente que não mudariam de prédio, enquanto que o restante, mostrou-se indiferente, já que a vontade de mudança é a de sair do habitacional.

De acordo com os pesquisados, nos primeiros meses após a mudança para o habitacional, eram realizadas reuniões mediadas pela prefeitura representada por seus agentes. A maioria dos moradores participava. Nessas oportunidades, eram feitas as reclamações e os pedidos de mudança, como a possibilidade de se trabalhar dentro do habitacional com a venda de produtos e a instalação de portões para restringir o acesso de não moradores. No entanto, como tudo discutido não passou de uma conversa, a credibilidade de tais reuniões foi enfraquecida, fato que enfraqueceu também o interesse de participação dos moradores. Segundo os entrevistados, tais encontros se tornaram escassos.

Sobre a possibilidade dos moradores se unirem, tendo o questionamento da eficácia daquelas reuniões com a prefeitura como mais um objetivo de mobilização, eles responderam que não se sentem motivados, porque “ali é difícil misturar” [as pessoas]. Para eles, a presença de “gente de toda qualidade”, criou um ambiente hostil. Relataram, inclusive, que a violência no espaço do habitacional tem causado muito medo, o que prejudica ainda mais a convivência. Agressões, tiroteios, drogas entre outras formas de violência como as praticadas em animais domésticos e brigas entre torcedores de times rivais, são comuns e ocorrem a qualquer hora do dia. Para se protegerem, não saem de casa em determinados horários e não falam com determinados moradores. Além dessas medidas, a preferência pela não interação é expressa também pelo desejo de distinção em não querer aparentar qualquer semelhança com aqueles moradores que não possuem a estima dos demais. Como exemplo, tem-se a seguinte declaração:

“Pedi ao médico pra não deixar meus olhos vermelhos com o colírio que ele passou. Não quero ficar igual aos maconheiros daqui.” (Isabel, 40 anos)

“Tô preocupada com minha filha. Ela anda muito saída com gente aqui que não vale nada. Quero me mudar mais por causa dela.” (Roberta, 43 anos)

A verificação do clima de tensão pode também ser representada pelo fato de um morador só ter consentido a realização da entrevista, se esta fosse realizada dentro de seu apartamento e sem gravação. Ele falou, com voz baixa, que tinha medo de morrer se fosse ouvido dando qualquer declaração que pudesse evidenciar

hábitos de determinados grupos.

“Vamos lá pra casa. Tenho medo de responder a senhora aqui fora. Tenho medo de morrer.” (Florinda, 52 anos)

Em resumo, o que se pode afirmar com base nas observações feitas, é que o problema da falta de articulação entre os moradores em prol de uma vida comunitária melhor, esbarra no clima hostil generalizado, que acaba potencializando processos sociais dissociativos. No entanto, refletir sobre o que leva os moradores a se articularem em benefício do prédio e não do habitacional como um todo, permite a conclusão de que a capacidade de articulação social em si está presente, ainda que seja pontual. Existe também uma identidade coletiva em estado latente que é verificada, por exemplo, quando deseja-se evitar a entrada de estranhos no habitacional. Além disso, percebe-se também o desejo de proteger o grupo, quando os moradores demonstram indignação com o tratamento recebido pela polícia. As falas a seguir respaldam esses sentidos:

“A gente já pediu tanto que botasse portão aqui, que nem fizeram lá no outro habitacional. A gente aqui é tratado que nem cachorro morto. A gente foi abandonado aqui.” (Inácio, 65 anos)

“A polícia quando chega aqui, já chega batendo. Não quer saber se é velho, se é mulher. A gente não tem ninguém por nós.” (Maria, 37 anos)

De modo geral, o que não se observa é um ambiente que possa de fato desenvolver aquela identidade coletiva através do estímulo da proximidade entre moradores e da vontade de satisfação dos interesses comuns através da cooperação. Ou seja, essa situação caracteriza, em essência, um problema motivado pela falta do sentido de vizinhança. E sendo esta última a expressão mais elementar de associação no campo de análise da cidade, como anteriormente explicado, considerá-la dentro do planejamento estratégico governamental da intervenção urbana, é uma forma de prevenir resultados como estes, que obstaculizam a falta de proximidade entre os moradores e a integração com a cidade.

Figura 09: Entrada de um habitacional social – PAC Beberibe



Fonte: arquivo pessoal

Figura 10: Área de lazer de um habitacional social – PAC Beberibe



Fonte: arquivo pessoal.

6.2.3 O sentido dado à vivência do direito à cidade pelas famílias moradoras dos habitacionais do PAC Beberibe sob a perspectiva do consumo coletivo

Quando os moradores foram questionados sobre o sentido do direito à cidade, todos declararam não compreender e/ou nunca ter ouvido falar sobre aquele tal direito. No entanto, esse “não entender” é também discurso. Inclusive, um discurso bastante representativo de uma realidade onde o Estado viabiliza que os intentos da esfera privada fortaleçam-se e reproduzam-se arbitrariamente sobre o espaço constitucionalmente garantido do interesse social. Neste cenário entendido através da concepção do capitalismo, as formas de sociabilidade e o estabelecimento de

redes⁷¹ tendem a ser criados com base em um pertencer social que vincula-se ao consumo de bens e serviços elitizados como um fator de distinção social. Como consequência, tem-se a diferenciação de grupos sociais segundo os critérios do poder aquisitivo e de toda posição social decorrente desse poder. O consumo de bens e serviços de uso coletivo não é apreendido como um direito de todos, muito menos como uma prática sociocultural conjunta. Sob essa dinâmica, a cidade, por ser uma construção social, tende a transformar-se por meio dos efeitos daquelas diferenciações e aprofundar a desarticulação coletiva já existente.

O sentido da vivência da segregação socioespacial foi mais expressivo nas narrativas dos entrevistados. Em detalhes, ficou claro que há uma forte delimitação referente ao espaço de cada grupo na cidade provocada pela diferenciação entre classes sociais. Tal delimitação também expressa a desmotivação em relação ao entrosamento entre os moradores do habitacional social e os que residem no seu entorno. Há desmotivação também na busca por melhorias junto a prefeitura do Recife. De outro modo, os entrevistados acham melhor cada um “ficar no seu lugar”, porque os universos entre os moradores do bairro são diferentes e a prefeitura não resolve nenhum problema.

Assim, os discursos dos entrevistados refletem que o sentido de participação no espaço urbano diverge da participação preconizada pelo Estatuto da Cidade, por entenderem o 'participar da cidade' apenas como circular por seus espaços desde que as fronteiras entre classes sociais não sejam ultrapassadas. Essa percepção pode ser extraída de declarações como *“ali é outra ala e aqui é outra”*; *“cada um lá no seu lar e eu no meu lar”*; *“agora é eles pra lá e eu pra cá”*; *eles lá na casa deles e eu na minha”*.

Tais narrativas sugerem a preferência pela continuidade da conformação com a posição passiva no espaço urbano, mesmo com a nova vivência trazida pela condição de beneficiários do programa de habitação do PAC Beberibe. Essa conformação pode ser pensada como resultado da introjeção do estigma derivado da situação de pobreza, onde os que encontram-se na posição de pobres historicamente não são considerados sujeitos, mas sim, um “incômodo social” que precisa ser invisível para se ter uma 'cidade-investimento' mais atrativa para os

⁷¹ De acordo Johnson (1997, p.190), rede sob a perspectiva sociológica, significa um “conjunto de relações que ligam pessoas, posições sociais ou outras unidades de análise, como grupos e organizações”.

negócios imobiliários e, portanto, mais adequada para o bem-estar das elites⁷². Então, o direito à cidade para os entrevistados parece ser compreendido como o direito de continuar vivendo na cidade, mas respeitando as posições de cada grupo social já estabelecidas, o que significa continuar sem exercer o direito de intervir no processo decisório público.

Com efeito, se existe a conformação dos moradores entrevistados, não é impossível a dedução de que os outros moradores mais abastados do entorno do habitacional também conformam-se e preferam aquele distanciamento. Desse modo, infere-se que a cidade do Recife, dentro das condições apresentadas por essa pesquisa, permanece não sendo construída a partir de uma cultura cívica e colaborativa, fato que retoma a discussão sobre a importância de se promover uma estruturação habitacional coordenada com a promoção do protagonismo social. Inclusive, esse trabalho de resgate da cidadania não deve abranger apenas os beneficiários de programas de habitação social, mas também todos os outros moradores da cidade. Afinal, as consequências de cada intervenção pública e/ou privada reverberam invariavelmente sobre todo tecido social urbano.

Complementa essa análise, a tentativa de compreensão sobre como o poder municipal interpretou o direito à moradia e o direito à cidade na ocasião da intervenção pública do PAC Beberibe e como esse posicionamento relaciona-se com as falas dos moradores entrevistados. O discurso analisado partiu dos textos⁷³ selecionados a seguir:

a) Texto 1:

Na tarde desta segunda-feira, 128 famílias que moravam em comunidades às margens do Rio Beberibe receberam suas primeiras casas próprias. O prefeito Geraldo Julio entregou o Conjunto Habitacional [...], no Arruda, com quatro blocos de quatro pavimentos para os moradores que sofriam há anos com as enchentes e péssimas condições de habitação na localidade. O imóvel, [...], inaugura um novo modelo de moradia popular no Recife, com revestimento em cerâmica e forro de gesso nos apartamentos. [...] Segundo o prefeito Geraldo Julio, a entrega do conjunto ratifica o compromisso da gestão em fazer obras de qualidade e para quem precisa. “Não queremos fazer de qualquer jeito. Na minha gestão temos respeito com quem precisa da prefeitura. Todas as unidades que serão construídas durante o meu governo

⁷² Essa “adequação” da cidade para o bem-estar apenas das elites também pode ser pensada como vestígio de práticas escabrosas como as derivadas da chamada “campanha de higienização das cidades” que de acordo com Almeida (2005, p.01), tinha como alvo principal “as camadas pobres da sociedade, vistas pelas elites como “classes perigosas”, em princípio, por oferecem problemas à ordem pública, e depois por representarem também o perigo do “contágio”, especialmente, devido aos “hábitos de moradia”, os quais eram considerados “nocivos” à sociedade como um todo, e por isso, ponto de partida para políticas de saúde pública no Brasil do início da república”.

⁷³ Ambos os textos foram extraídos do sítio da Prefeitura do Recife.

serão acabadas como estas aqui, com cerâmica, com tudo forrado, pintado, pronto para se morar e para que as pessoas possam de fato ter um lugar digno para se viver”, enfatizou o gestor. [...] A partir de amanhã (3), os moradores contemplados já iniciam o processo de mudança com o auxílio da Prefeitura do Recife, com o apoio de caminhões para o transporte dos móveis. A região onde está localizado o conjunto [...] tem uma infraestrutura completa de serviços, com escolas públicas, Unidade de Saúde da Família Chão de Estrelas, as Policlínicas de Água Fria e Campina do Barreto, além da UPA do Arruda (em fase de construção).

b) Texto 2:

Na ocasião, Geraldo Julio destacou a qualidade do imóvel ao tempo em que falou da sua alegria em participar desse ato. "Qualquer entrega que fazemos nos anima, mas hoje estamos ainda mais emocionados por ganharmos a chance de ajudar, de uma única vez, 320 famílias. Vocês ganharam a chance de construir uma nova vida, com mais qualidade e é isso que queremos. Tudo foi feito com carinho e cuidado. O que está aqui não é nada a mais do que vocês merecem. Se algum dia foi diferente, foi errado", cravou. [...] Por determinação do prefeito, o imóvel inaugurado é todo revestido em gesso no teto, além de cerâmica em todo o piso, paredes do banheiro e acima das pias. O padrão seguirá em todos os habitacionais entregues pela atual gestão. O conjunto [...] é formado por 10 blocos de quatro andares, com 32 unidades cada um. Os apartamentos têm, em média, 41 metros quadrados e contam com dois quartos, sala, cozinha e banheiro área de serviço. O local dispõe ainda de quadra esportiva e área de lazer. As 320 famílias contempladas eram moradoras de comunidades das margens do Rio Beberibe. Em seu discurso, o prefeito se emocionou ao compartilhar que reencontrou hoje famílias que foram acolhidas em abrigos, por causa da enchente provocada pelas chuvas em 17 de maio de 2013. "Eu cheguei em um abrigo às 23h e vi a situação em que as pessoas estavam por terem perdido quase tudo. Hoje, chego aqui e encontro essas pessoas recebendo os apartamentos; agora elas vão viver em uma outra condição. Então, essa é uma ação que me deixa muito feliz", comemorou.

As partes destacadas evidenciam que o discurso do poder público municipal recifense representado pelo prefeito Geraldo Júlio, sintetiza o problema da moradia como uma mera doação de habitação. A preocupação com a forma de construção da habitação aparece como objetivo central. Não se observa a mesma preocupação com a fase pós-mudança habitacional, de modo a se ter a coordenação de medidas que viabilizem a reinserção das famílias beneficiárias na estrutura socioeconômica a partir de uma nova base. Obviamente, é indiscutível a importância dessa ação pública: todas as pessoas merecem que suas habitações sejam construídas dentro de padrões que garantam a dignidade humana. Todavia, a problemática da moradia não tem sua solução resumida a essa ação, como já exaustivamente explicado.

Nesse caso, como a mudança de habitação não foi acompanhada pela desconstrução da ideia de que os moradores entrevistados não são agentes de

transformação do contexto social urbano que vivenciam, observa-se que as relações de poder entre as famílias beneficiárias, o Estado e as classes sociais mais abastadas, não sofreram alterações. O que reforça ainda mais que o sentido da doação dos apartamentos feita pela prefeitura do Recife aproxima-se muito mais de uma “chance” de refazimento de uma nova vida que os moradores “ganham” do prefeito do que a materialização de um direito social historicamente negligenciado. Essa ideologia continua a ser a dominante e como desdobramento, o consumo de bens e serviços coletivos ocorre obedecendo o que é “possível ser oferecido” para os moradores beneficiários e nos limites de seus territórios e da posição social que ocupam. De outro modo: ainda que compartilhem o mesmo espaço urbano com outros grupos, a cidade vivida por cada um é diferenciada por privilégios e oportunidades.

7 CONCLUSÃO

Quando o entendimento sobre o consumo se constrói sem a relativização das diferentes preferências que levam às diferentes formas de satisfação individual e coletiva, tende-se a fazer julgamentos com base em uma concepção particular e taxativa sobre o que é ou não consumo responsável, sobre o que é ou não futilidade na esfera do consumo. Mas, ao colocar o consumo como uma prática sociocultural, todos esses determinismos são afastados, porque abre-se espaço para entendê-lo sob diferentes contextos e objetivos. Ou seja, passa-se a entendê-lo de forma relativizada.

Em específico, no campo da moradia, é importante evidenciar as diferentes interpretações para o consumo e como elas enriquecem a compreensão do processo de integração social com a cidade. A problemática que envolve o direito à moradia em área urbana na sociedade brasileira, está contida em um cenário configurado através do desenvolvimento do capitalismo, absorvendo, portanto, suas mutações e suas contradições, que abrangem não só o dinamismo do processo de produção do espaço urbano, mas também as relações sociais nele implicadas.

Nessas condições, além de ser interpretado como uma etapa do ciclo de produção alicerçado na dinâmica do mercado imobiliário, o consumo da habitação pode ser interpretado também como um objetivo de luta popular e como um meio para obter distinção social. Todas essas três interpretações para o consumo são melhor percebidas ao se admitir a habitação como um bem, onde a sua qualidade e condição como lar dependerão do poder aquisitivo que se dispõe e não do atendimento de direitos sociais, fato que motiva e legitima a luta popular por melhores condições de vida.

No esteio dessa lógica, os relatos apresentados nesta pesquisa, como os de querer se mudar do habitacional social e o de sentir saudades do ambiente da antiga habitação, causam estranheza à primeira vista. Isso porque, é comum considerar que todos os beneficiados com novas habitações deveriam estar plenamente satisfeitos e felizes com a entrega de um bem material tão sonhado. Em acréscimo, é também igualmente comum tomar como referência para o significado de moradia adequada, a habitação que se serve da melhor infraestrutura possível nas suas instalações e na sua localização. Sob a perspectiva puramente técnica, talvez essa definição seja coerente. No entanto, quando se conceitua a moradia com um

significado mais amplo que o de sua estrutura física ao lhe atribuir o sentido de lar, o entendimento daquela estrutura e de lugar como adequados passam a ser singulares e a estar relativizados, onde a compreensão só será possível se for considerada a relação que o sujeito possui com a habitação e com o lugar, envolvendo significados, as histórias de vida e outros aspectos da dimensão identitária. Essa explicação serve para entender o motivo pelo qual se tem saudade de uma moradia com uma estrutura precária e de um local classificado como insalubre, mesmo residindo agora em um imóvel com cerâmica e em um bairro com ruas pavimentadas, saneamento e eletrificação. Mais que isso, serve também para reflexão sobre como é possível pensar a cidade dentro da perspectiva de integração social, se o próprio processo de execução da política habitacional não se preocupa com a rearticulação da vida do público beneficiário após a mudança habitacional.

É necessário entender as características das comunidades que serão beneficiadas e a relação que estabelecem com o lugar de origem, de modo a se trabalhar tal conhecimento em ações que auxiliarão o processo de adaptação à nova vida cotidiana após a mudança habitacional. Procedimentos dessa natureza incidem sobre o vínculo cooperativo entre os moradores, fortalecendo a identidade coletiva e estimulando práticas reivindicativas, inclusive, para além de objetivos restritos ao habitacional ou ao bairro, como a apropriação de um espaço de luta que interfira no desenvolvimento da cidade como um todo.

É através do sentir-se à vontade com a cidade, sentimento provocado pelo autoreconhecimento como membro e artífice do espaço urbano que se vive, que o consumo coletivo dos equipamentos comunitários e urbanos poderá ser realizado com equidade e garantido com mobilização coletiva. Todavia, nos habitacionais pesquisados do PAC Beberibe, a integração social com a cidade a partir da perspectiva do consumo, não foi observada. Tem-se um conjunto de moradores beneficiários que possuem nova habitação, mas que sinalizaram não usufruir da sensação de lar e nem do acesso pleno aos bens e serviços disponibilizados no novo endereço residencial, especialmente, os privados com melhor qualidade. Vivenciam um contexto onde a rearticulação de suas vidas está se desenvolvendo sem satisfação e com a busca do antigo local de moradia para suprir necessidades materiais e subjetivas. Se esse retorno à vida anterior pode ser explicada pela sociabilidade criada no ambiente da morada antiga, também pode encontrar explicação no fato dos entrevistados não terem condições, em termos de poder

aquisitivo, para sustentar os hábitos do novo meio urbano experienciado. É uma outra 'cidade' que se vive agora.

Nos discursos analisados, a vivência do direito à cidade dentro do conceito trazido por Harvey (2014) e pelo Estatuto da Cidade parece ser algo distante e até certo ponto, irrealizável. Em seu lugar, observou-se a expressão da vivência da segregação socioespacial como mais significativa. A memória do descaso público e o tratamento que prioriza o distanciamento dado pelos outros moradores de classes mais abastadas, constroem aquela significação relacionada às fronteiras de cada grupo. Mais uma vez, reafirma-se que essas discussões reacendem a importância de se entender que os avanços na configuração do ambiente urbano dependerão da compreensão do modo como as relações sociais nele existentes se processam e são tratadas.

Por fim, é imperioso compreender que a promoção de moradias dignas em uma cidade sustentável, conceito que envolve a provisão dos meios de consumo coletivo com qualidade, o respeito às trajetórias de vida e a cultura cívica colaborativa, não é uma “chance” para se viver melhor, é a efetivação de um conjunto de direitos sociais constitucionalmente garantidos.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. A 'nova classe média' vai ao paraíso? **CODE**, IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo7.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

ABRAMO, P. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.16, n.2, 1995. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1790/2158>. Acesso em: 23 jul. 2015.

ALBUQUERQUE, A. A.; ALBUQUERQUE, A. M.; PEIXOTO, G.V. Uma demonstração do vigor da cidade: a resistência dos pescadores do Jaraguá, Maceió – AL. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS, 2012, Salvador. **Anais**, Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST175.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

ALMEIDA, M. C. P. Moradia dos pobres: cortiços, casebres e palhoças – uma ameaça à saúde pública em São Luís na primeira República (1889 – 1920). In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005. **Anais**. Londrina, 2005.

ALMEIDA, M. H. T.; CARNEIRO, L. P. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.9, n.1, p. 124-147, maio, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n1/16154.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ALVES, M. M. Homens de rua: aqueles que não moram. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 267, p. 14-16, jan./fev. 1993.

ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 83, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n83/07.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

ARANTES, P. T. L. et al. A instituição de ZEIS na legislação municipal: estudo de seis cidades médias de Minas Gerais. **Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 15, 2012. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco15-pdf/02_art02_risco15.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

ARAÚJO, M. B.; AZEVEDO, S. Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo de abordagens corporativas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 17, p. 241-255, 2007. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm17_101.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papius, 1994.

AVELINO, E.; CAVALCANTI, H.; LYRA, B. **Mosaico Urbano do Recife**: exclusão

inclusão socioambiental. Recife: Massangana, 2008.

BALBI, R. S. et. al. Origem da human factors nos Estados Unidos da América. In: SILVA, J.C.P.; PASCHORELLI, L. C. (Org.). **A evolução histórica da ergonomia no mundo e seus pioneiros**. São Paulo: UNESP, 2010.

BAGOLIN, I. P.; VIEIRA, C. R. Mobilidade intrageracional e intergeracional de renda no Rio Grande do Sul nos períodos pré e pós-estabilização econômica. In: XI ANPEC-SUL, 2008, Paraná. **Anais**. Paraná: UFPR, 2008. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/localizacao-sessao6-4.doc>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **REMEA**, Rio Grande, v. 27, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARBOSA, S. R. C. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v.7, n. 1, p. 107-131, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23539.pdf>>. Acesso: 23 jun. 2015.

BARBOSA, V. Arruda, bairro, Recife. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=327&Itemid=1>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BAUMANN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENEVIDES, C. V. **Um Estado de bem-estar social no Brasil?** 2011. 98f. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/EBES_no_Brasil_2_dissertacao_benevides.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

BITOUN, J. et al. **Segregação Residencial e Relações de Vizinhaça no Bairro de Apipucos (Recife-PE)**. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Segrega_Residencial.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

BOCCHI, J. I. Crises capitalistas e a escola francesa da regulação. **Pesquisa e debate**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 26-48, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11921/8631>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

BONDUKI, N. G. Origem das habitações sociais no Brasil. **Análise social**, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BORBA, A. Alguns aspectos do Marxismo e do Estruturalismo. **Revista Perspectiva Filosófica**, Recife, v. 4, n. 11, jan./jun., 1999. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf11_artigo2a0001.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2015.

BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**, Rio Grande do Sul: Zouk, 2007.

_____. **A reprodução: elementos para teoria de um sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 1996

BOSCHETTI, I. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. Disponível em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.505783001251746904_ivanete_boschetti_unidade_i.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

BRESSER – PEREIRA, L. C. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 9-30, jun. 2007. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2413>. Acesso em: 07 dez. 2014.

BRITO, L. A. N. (Re) Lendo Michel Pêcheux: como a Análise do Discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva? **Revista Eutomia**, Recife, v. 01, n.09, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/viewFile/967/74>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista brasileira de estudos de população**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun., 1989. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BURITY, J. A. Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 17, dez., 2001. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/viewFile/1280/1000>>. Acesso em: 25 set. 2015.

CAFRUNE, M. E. Mediação de conflitos fundiários urbanos: do debate teórico à construção política. **Revista da Faculdade de Direito UniRitter**, n. 11, 2010. Disponível em: <<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/direito/issue/current>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda Habitacional no Brasil**. Brasília: CAIXA, 2012. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/documentos_gerais/demanda_habitacional.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos**. 8. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CARAGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CARDOSO, F. L. **A influência do relatório Beveridge nas origens do Welfare State (1942 – 1950)**. 2010. 152f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/tcc/bar/3130/2010/cardoso_fll_tcc_arafcl.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARINHATO, P.H. Neoliberalismo, reforma do Estado E políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, n.3, dez. 2008. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misc_elanea_01.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CARVALHO, C. Recife, uma cidade sem planejamento urbano. **Jornal do Comercio**, Recife, 15 nov. 2014. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2014/11/15/recife-uma-cidade-sem-planejamento-urbano-156269.php>>. Acesso em 16 nov. 2015.

CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARTHIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1598/955>>. Acesso em: 14. jul. 2015.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CESTARI, L. A. S. Os modismos, a circulação de idéias e a formação de professores no Brasil. In: ENCONTRO DIALÓGICO TRANSDICIPLINAR, Vitória da Conquista, 2010. **Anais**. Bahia: UESB, 2010. Disponível em: <www.uesb.br/recom/anais/conteudo.php?pagina=02>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. ROLNIK, R. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADEVOCEF**, São Paulo, n.13, p. 123-156, nov. 2013. Disponível em:

<http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0278/2014/2014.1_Bibliografia_Complementar/Aula_04_texto_05.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

COCCO, R. G.; SILVEIRA, M. R. Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, n. 1, maio, 2010. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/download/232/216>>. Acesso em: 20 set. 2015.

COHN, A. Entre sair da pobreza e ingressar na cidadania. Nova classe média, utopia de um futuro fugaz ? In: BARTELT, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. Disponível em: <br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

CORREIA, L. R. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORREIA, F. S.; ROBEIRO, L. C. Q. Cultura política, cidadania e representação na *urbs* sem *civitas*: a metrópole do Rio de Janeiro. **Sociologias**, v.14, n.30, pp. 156-193, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n30/06.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

COSTA, L. C. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. Disponível em: <br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

COSTA, R. Rituais familiares: práticas e representações sociais na construção da família contemporânea. **Sociologia**, Porto, v. 28, p. 81-10, 2014. Disponível em:<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12736.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: v.1, n.1, p. 145-165, 1997. Disponível em: <http://educacaofiscalgoias.files.wordpress.com/2013/08/notas-sobre-cidadania-e-modernidade-nelson-coutinho1.doc>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

_____. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Revista Novos Rumos**, v. 42, n.1 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2383/194>>. Acesso em: 13 set. 2015.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, A. M. Cidade e questão social no capitalismo: em cena, Fortaleza, a Miami do nordeste. **Revista de Políticas Públicas**. São Luis, v. 12, n. 2, p. 65-73, jul./dez. 2008. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/3211/321127274007.pdf>. Acesso em 11 de jul. 2014.

DE LA MORA, L.; VILAÇA, A. P. O. Habitabilidade e lutas pelo direito à moradia. In:

CLACS, jul. 2004, São Paulo. **Artigo**. 2004. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/ldmora_cidade5.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

DESLANDES, S.F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Ed. Vozes, 1999.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **El mundo de los bienes**. Hacia una antropología del consumo. México: Grijalbo-CNCA, 1990.

DUARTE, N. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. **Pró-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 75-87, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAGNANI, E. Política habitacional. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Disponível em: <<http://dicionario.fundap.sp.gov.br/Verbete/214>>. Acesso em 17 jul. 2014.

FALEIROS, V. P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social e Sociedade**, n.120, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282014000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. 7. ed. São Paulo: Corteza, 1995.

FERNANDES, E. Política urbana na Constituição Federal de 1988 e além: implementando a agenda da reforma urbana no Brasil. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, ano 7, n. 42, nov./dez., 2008.

FICHTER, J. **Sociología**. 18. ed. Barcelona: Herder, 1994.

FILHO, J.F. Mídia, consumo cultural e estilo de vida na pós-modernidade. **ECO-PÓS**, v.6, n.1, jan./jul., 2003. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/jfreire9.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FIORI, J.L. O Estado do bem-estar social: padrões e crises. **Physis**, n. 2, Rio de Janeiro, jul./dez.1997. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

FLORES, A. R. B. **Interferência da afetividade no projeto de habitação da terceira idade**. Florinópolis, 2010. 97f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

FONTANELLA, B.J.B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, fev., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>>.

Acesso em: 15 ago. 2015.

FONTES, B. A. S. M. Poder local e organizações populares. In: QUEIROZ, N. (Org.). **Organizações populares e poder local**. Recife: ETAPAS, 1993, v. , p. 33-40.

FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FRANÇA, T. M. Um olhar sobre o conceito de memória discursiva de Michel Pêcheux. **Revista Interletras**, v. 04, n. 22. out. 2015. Disponível em: <<http://www.interletras.com.br/conteudo/artigos/17.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2011 – 2012**: resultados preliminares. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2014. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

FURTADO, B.A.; KRAUSE, C.; NETO, V. C. L. Estimativas do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD 2007 – 2012), **Nota Técnica**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 5, nov. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnica_dirur05.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2014.

GIDDENS, A. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: edições Loyola, 1991.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, mar./abril, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

GRÁCIO, S. A mobilidade social revisitada. **Sociologia - Problemas e Práticas**, n. 24, 1997. Disponível em: <sociologiapp.iscte.pt/pdfs/16/156.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2014.

GREGOLIN, M. R. V. **Análise do Discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, 1995.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume,

2006.

_____. The right of the city. **New Left Review**, n. 53, 2008. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

HECK, M. **Cultura da vizinhança: identidade individual e vida urbana**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo; Fundação Getúlio Vargas, 1995.

HELLER, A. **Cotidiano e a história**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JARAMILLO, S. **Hacia una teoria de la renta del suelo urbano**. Universidad de los Andes, Bogotá, 1977.

JARDIM, R. G. Antecedentes históricos da Seguridade Social no mundo e no Brasil. **Conteúdo Jurídico**, Brasília: 02 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.44593&seo=1>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

JONHSON, A. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KAMITAMI, E. A Crise do Capital: uma resenha sobre a obra de Ernest Mandel. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 12, abr./jul. 2007.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAHORGUE, M.L. Cidade: obra e produto. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13786/12656>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITHÄUSER, T. Ideologia e consciência. In: Souza, J. Mattos, P. (Org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

LIMA, T. C. Sasso; MIOTO, C. Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 10, n. Esp., p. 37-45, 2007.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Geographia**, ano 1, n 1, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/7/6>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

LÖWY, M. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 7. ed. São Paulo, 1991.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, jan./abr. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jul. 2014.

MACHADO, L. M. Oliveira. **Controle social da política de Assistência Social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MARANHÃO, C. H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A. Elizabete (Org.) **Desenvolvimento e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 78 – 104.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, n.17, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Erradicar o analfabetismo urbanístico**, 2002. Disponível em:<http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_analfabetism_urbano.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Cidade é o espaço da luta de classes**, Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em:<http://www.fpabramo.org.br/ciclosfpa/?page_id=60>. Acesso em: 20 out. 2015.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MATTOS, F. A. M.; SILVA, L. M. . Welfare State e emprego em saúde nos países avançados desde o Pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Economia Política**, v.29, n.3, São Paulo, jul/set. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 set. 2014.

MATTOSO, C. L. Q. Classes sociais e o comportamento das classes c e d: um levantamento bibliográfico. **Revista C. Humanas**, v.4, n.2, p.127-138, dez. 2004. Disponível em:<<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo7vol4-2.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MELO, I.F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, ano 05, n.11, 2009. Disponível em:<<http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MENDES, L. Gentrificação e a cidade revanchista: que lugar para os movimentos sociais urbanos de resistência? **Fórum Sociológico**, n. 18, 2008. Disponível em:<<http://sociologico.revues.org/226>>. Acesso em: 13 set. 2015.

MENEGUINI, M. E. F; MENEZES, T. C. Casa nova, etiqueta nova: etnografia da política de reassentamento urbano em Manaus. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 12, 2013.

Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao12-artigos/273-casa-nova-etiqueta-nova-etnografia-da-politica-de-reassentamento-urbano-em-manaus-amazonas>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINTO, L. W. Estado mínimo. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M. (Org.) **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Graf. FE, 2006. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/creditos.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MIYATA, H.; SUZUKI, J. C. Novos sentidos do trabalho: ocupações precárias na economia urbana no Brasil contemporâneo. In: XIII JORNADA DO TRABALHO, Presidente Prudente, out. 2012. **Anais**. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000142012000100057&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 jul. 2014.

MOCELLIN, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural**, São Paulo, v. 07, n. 02, p. 105 – 125, 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/plural/article/download/74542/78151>. Acesso em: 20 set. 2015.

MOLLO, Maria L. R. A concepção Marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. **Economia**, Niterói, v. 02, n.02, p. 347-389, jul./dez., 2001. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2012/A-Concep%C3%A7%C3%A3o-Marxista-de-Estado.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação e Sociedade**, v.23, n.80, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002>. Acesso em: 20 jun. 2015.

NARZETTI, C. As linhas de Análise do Discurso na França nos anos 60-70. **Revista Virtual de Letras**. v. 2, n. 02, 2010. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigo/52>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

NETTO, J. P. A luta de classes nunca tirou férias neste país. **Brasil de Fato**, São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/33400#.VklrwVFnaAcQ.twitter>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

OLIVEIRA, R. F. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua**. n. 24, jun./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/10698/7171>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

OLIVEIRA; C. R.; OLIVEIRA, R. C. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, Jan./Mar., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 set. 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1, jul./dez. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/6915/6378>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, v.14, n. 61, jan./mar., 1994. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

PALLONE, S. Diferenciando subúrbio de periferia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2. jun. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set. 2015.

PEDRÃO, Fernando. A economia da produção social de moradia. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 2, n 1, 1989. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3065>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* (Org.). **Papel da memória**. São Paulo: Pontes, 2007.

PIANA, M. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

POCHMANN, M. Mobilidade social no capitalismo e a redivisão da classe média. In: BARTELT, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. Disponível em: <br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. 2000. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>>. Acesso em: 13 out. 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS e formas de provisão de moradias. **Cadernos MetrÓpole**,

São Paulo, n. 35, mar. 2015. Disponível em:
<http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1133:cadernos-metr%C3%B3pole-n%C2%BA-35-formas-de-provis%C3%A3o-de-moradia&Itemid=170&tmpl=component&print=1&lang=en>. Acesso em: 13 mar. 2015.

POLLI, S. A. O discurso da desordem urbana: entre a preservação e a remoção. 2008. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, Brasília, 2008. **Anais**. Brasília, 2008. Disponível em:
<<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-1061-993-20080509233253.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RECIFE(Município). Prefeitura municipal. **PCR realiza sonho de 320 famílias com entrega do habitacional Beira Rio**. Recife, 06 jun. 2014. Disponível em:<<<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/06/2014/pcr-realiza-sonho-de-320-familias-com-entrega-do-habitacional-beira-rio>>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

RIBEIRO, E. A. W. Apontamentos históricos do sistema do Bem Estar Social na América Latina e no Brasil. **Revista Multidisciplinar**, n.1, jun. 2006. Disponível em:<<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista1/publi-art2.php?codigo=94>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Revista de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. XI, n. 245, ago. 2007. Disponível em:<<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24533.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ROLNIK, Raquel. Direito à moradia. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, a. 6, 51. ed., Jun., 2009. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1034:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de Economia**. 11.ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, B. S. O Estado social, Estado providência e de bem-estar. **Diário de notícias**. Portugal. 2012. Disponível em:
<http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=2968300&seccao=Convidados&page=-1>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São paulo, v.15, n.3,

2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SAULE JÚNIOR, N.; UZZO, K. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2. 2d. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECRETARIA DAS CIDADES. **Gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Beberibe – Pernambuco**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.cidades.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=12898&folderId=136052&name=DLFE-11880.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2014.

SEMERARO, G. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, maio/jun./jul. /ago., 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a03.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2015.

SETTON, M. G. J. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.41, ago., 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000200008>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

SILVA, A. **Sociologia Urbana**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

SILVA, G. B. Critérios de estratificação social. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, fev. 1981. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101981000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2014.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. A invisibilidade da luta de classe ou a cegueira do economicismo. In: Bartelt, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. Disponível em:

<br.boell.org/sites/default/files/ncmlivrohbs.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2015.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, S. I. N. Direito à moradia e de habitação. **Carta Forense**, São Paulo, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/direito-a-moradia-e-de-habitacao/8111>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

TENÓRIO, F. G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, jan./ago., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000400011&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 jul. 2015.

TEIXEIRA, M. O. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n2/a11v11n2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

TONELLA, C. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Sociedade e Estado**. v.28, n.01, 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n1/03.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como típicos-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: princípios básicos. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

WEBER, M. **A Teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições, São Paulo: Ática, 1974.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VICENTE, M. M. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIGLIECCA, H. **Minha Casa, Minha vida gera exclusão**. Notícias Terra. 22 abr. 2015. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/minha-casa-minha-vida-gera-exclusao-diz-arquiteto,9a6844c7b02ec410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

YACCOUB, H. A chamada “nova classe média”. Cultura material, inclusão e distinção sócia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a.17, n. 36, p. 197-231, jul./dez. 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v17n36/v17n36a09.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIROS DE OBSERVAÇÃO E ENTREVISTA

A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

A.1 Observação do entorno do habitacional social:

- Equipamentos públicos e urbanos (parques, praças, estado das ruas, avenidas, postes e fiação, parada de ônibus, comércio, etc) no entorno do habitacional;
- Qualidade da mobilidade;
- Observar a qualidade dos prédios e casas no entorno do habitacional.

A.2 Observação do ambiente interno do habitacional social:

- Analisar a infraestrutura e sua manutenção (espaço de convivência, garagens, carros, bicicletas, motos, depósitos de lixo, espaço de lazer específico para jovens e crianças, estado físico do habitacional).

A.3 Observação do ambiente interno da habitação social:

- Estrutura interna dos apartamentos: tamanho total do apartamento, número de cômodos, organização dos espaços como sala, cozinha, área de serviço, banheiro;
- Tipos de objetos e a disposição destes na habitação;
- Cuidados com a manutenção do apartamento.

B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA:

B.1 Caracterização do perfil socioeconômico das famílias beneficiadas com novas moradias pelo PAC Beberibe:

- Idade, gênero, estado civil, escolaridade, situação ocupacional, perspectiva de

trabalho, nº de filhos, se é chefe de família, entre outros;

- Número de ocupantes da habitação social e a relação de parentesco entre eles;
- História da saída e da chegada no habitacional social;
- Identificação do estilo de vida antes e depois da mudança de habitação, envolvendo o ambiente interno e externo do habitacional social.

B.2 Análise do consumo de bens e serviços coletivos enquanto mediador do processo de integração entre a cidade e as famílias beneficiadas:

- O consumo de bens e serviços aumentou após a mudança de moradia?
- Os bens consumidos são obtidos nos estabelecimentos do bairro onde moram?
- Onde costumam fazer as compras da casa (alimentos, material de limpeza, etc)?
- Hoje em dia, podem ter bens e serviços que consideravam antes inacessíveis?
- Os bens e serviços públicos e coletivos relacionados ao lazer no bairro ou em outras partes da cidades são utilizados?
- Como se sentem ao dividirem o uso de equipamentos urbanos com os outros moradores do mesmo bairro?

B.3 Captação de formas de articulação e defesa de interesses coletivos entre as famílias moradoras dos habitacionais pesquisados:

- Existe uma organização dos moradores em prol da manutenção do habitacional?
- Existe alguma mobilização feita pelos moradores em prol da manutenção do habitacional junto a prefeitura? Que forma de mobilização? Quem participa mais: homens ou mulheres ?
- Há um/uma representante dos moradores?
- Com que frequência se reúnem com a Prefeitura? Como são os encontros?
- Existe alguma relação entre os moradores deste habitacional com outras associações de moradores/as de outros habitacionais sociais próximos?

B.4 Compreensão do sentido dado à vivência do direito à cidade pelas famílias moradoras dos habitacionais do PAC Beberibe:

- Como se sentem vivendo neste habitacional em relação à habitação anterior?
- O que significa para você ser uma/um cidadã/cidadão?

- O que você entende quando se diz que todos/todas temos direito à cidade?
- Para você, o que tem a ver isso tudo com reivindicar e propor mudanças em relação à cidade, à moradia e aos serviços públicos?

ANEXO II



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr.^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada **O DIREITO À CIDADE EM UMA PERSPECTIVA DO CONSUMO SEGUNDO AS FAMÍLIAS MORADORAS APÓS MUDANÇA HABITACIONAL: O CASO DO PAC BEBERIBE EM RECIFE**, integrante do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A referida pesquisa tem como objetivo principal, estudar a vivência do direito à cidade sob a perspectiva do consumo e será realizada pela bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, **STELLA D'ANGELIS RODRIGUES ROCHA**, aluna do referido programa em nível de mestrado.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com utilização de recurso de gravação de áudio, a ser transcrito na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes e das organização participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. Se você aceitar participar estará contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a questão da moradia a partir da produção do conhecimento científico.

Consentimento pós-informação:

Eu, _____, fui informada sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a

explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não serei remunerada por minhas contribuições e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Recife, ___ / ___ /2015

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora



Impressão do dedo polegar
caso não saiba assinar.